



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Patrícia Fernandes de Barros Ferreira

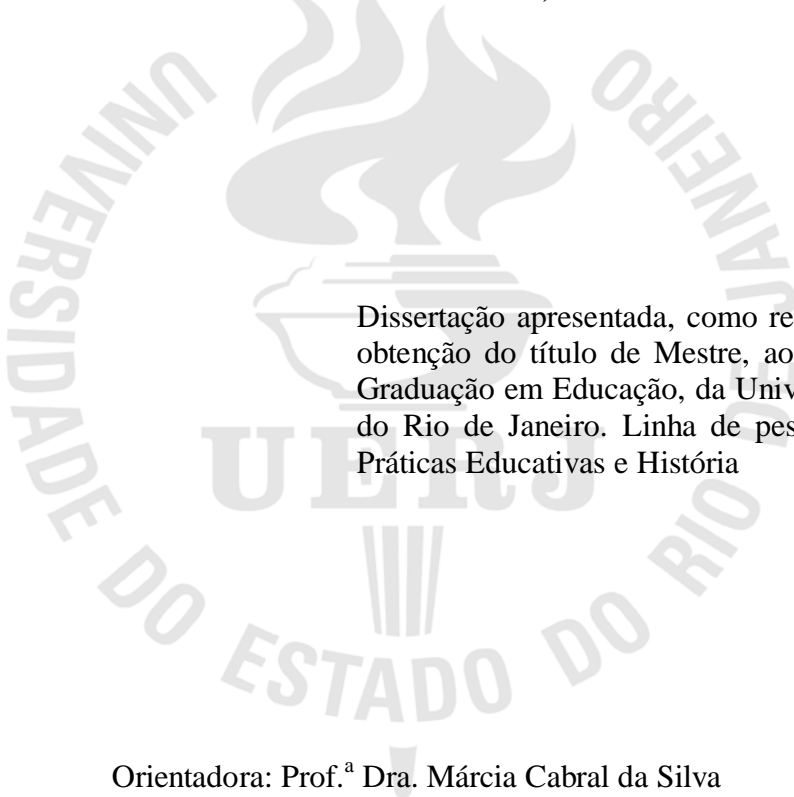
**Cultura escolar e infância em Cazuzá, de Viriato Corrêa**

Rio de Janeiro

2022

Patrícia Fernandes de Barros Ferreira

**Cultura escolar e infância em Cazuza, de Viriato Corrêa**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de pesquisa: Instituições, Práticas Educativas e História

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Márcia Cabral da Silva

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

F383      Ferreira, Patrícia Fernandes de Barros.  
            Cultura escolar e infância em Cazusa, de Viriato Corrêa / Patrícia Fernandes de  
            Barros Ferreira. – 2022.  
            168 f.

            Orientadora: Márcia Cabral da Silva  
            Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
            Faculdade de Educação.

            1. Educação – História – Teses. 2. Infância – Teses. 3. Cultura escolar –  
            Teses. I. Silva, Márcia Cabral da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
            Faculdade de Educação. III. Título.

bs CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Patrícia Fernandes de Barros Ferreira

**Cultura escolar e infância em Cazuzu, de Viriato Corrêa**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de Pesquisa: Instituições, Práticas Educativas e História

Aprovada em 25 de agosto de 2022.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Cabral da Silva (Orientadora)

Faculdade de Educação - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sônia de Oliveira Câmara Rangel

Faculdade de Educação - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Amaro Borges Ferro

Universidade Federal do Piauí - UFPI

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alexandra Lima da Silva

Faculdade de Educação - UERJ

---

Prof. Dr. Eduardo Monteiro Gonzaga do Monti

Universidade Federal do Piauí - UFPI

Rio de Janeiro

2022

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que, com a sua imensa bondade, me presenteou com coragem, perseverança e paixão pelo conhecimento para a chegada deste dia e de muitos outros dias de realização pessoal.

Agradeço à minha família, que forneceu todas as bases para que eu desenvolvesse a minha autonomia na busca pela realização dos meus sonhos.

Agradeço à professora Márcia Cabral da Silva, minha orientadora, que depositou em mim confiança desde aquele distante ano de 2009, quando começamos a trabalhar juntas na equipe da disciplina Literatura na Formação do Leitor da Licenciatura em Pedagogia oferecida pelo Consórcio Cederj. Já no Mestrado, a sua leitura atenta e meticulosa, as suas recomendações de leitura e as suas palavras de incentivo foram um combustível a mais para os meus dias e as minhas noites de pesquisa e escrita. Igualmente, agradeço ao Grupo de Pesquisa Infância, Juventude, Leitura, Escrita e Educação/CNPQ, conduzido pela Prof<sup>a</sup> Márcia, pelos momentos de trocas e reflexões junto aos colegas pesquisadores no encontros, virtuais em decorrência da pandemia de Covid-19 a partir de 2020. Sou muito grata a todos os integrantes do grupo, em especial à Catiana, que me acolheu nos momentos de angústia e incerteza quanto aos rumos da minha pesquisa.

Agradeço aos professores da Linha Instituições, Práticas Educativas e História, pelos encontros, pelas leituras e pelos debates, bem como a todos que fazem funcionar o Programa de Pós-Graduação em Educação – ProPEd.

Agradeço aos meus amigos e às minhas amigas, que, mesmo desconhecendo as particularidades dos estudos de pós-graduação, não deixaram de me incentivar nos meus propósitos e de me admirar pela dedicação e determinação.

Agradeço às minhas psicoterapeutas, Shirley e Natália, pela escuta e pelo suporte emocional, necessários para o prosseguimento da minha jornada.

Por fim, agradeço ao Colégio Pedro II, onde sou Técnica em Assuntos Educacionais, pela concessão de licença para afastamento para estudos nos meses finais da escrita da dissertação.

A nossa pálida razão esconde-nos o infinito.

*Arthur Rimbaud*

## RESUMO

FERREIRA, Patrícia Fernandes de Barros. *Cultura escolar e infância em Cazuza, de Viriato Corrêa*. 2022. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Neste estudo, examinam-se cultura escolar e infância na narrativa *Cazuza*, publicada em 1938 por Viriato Corrêa sob o selo da Companhia Editora Nacional. Tem-se como objetivos compreender o caminho que levou Viriato Corrêa à escrita de *Cazuza*, identificar as concepções de cultura escolar e de infância que balizaram a escrita da narrativa e analisar as condições de produção da obra, levando em consideração seu local e tempo, quais sejam, o Maranhão de final de século XIX e primeiras décadas do século XX. *Cazuza* é tratado como fonte principal para a investigação histórica acerca dos objetos cultura escolar e infância. Sendo a fonte histórica uma construção do pesquisador (GINZBURG, 2002), optou-se por interrogá-la no presente, mobilizando outras fontes, como leis de ensino do Maranhão que vigoraram no período pesquisado, artigos e matérias jornalísticas, estatísticas e informações geográficas e escritos de intelectuais que tocam os mesmos temas de *Cazuza*. A metodologia empregada consiste em levantamento e na análise das fontes documentais e na revisão de literatura que versasse sobre *Cazuza*, História da Educação, infância e cultura escolar. São úteis, em um primeiro momento, a investigação da trajetória intelectual de Corrêa e das suas redes de sociabilidade (SIRINELLI, 1986). A seguir, passa-se à análise da cultura escolar presente na narrativa, buscando compreender os conjuntos de normas e práticas que permeiam os processos formais de escolarização observados na narrativa (JULIA, 2001) e de que maneira os atores geram a cultura escolar e se adaptam às suas mudanças (BENITO, 2017). Por fim, a noção de infância é investigada através das mudanças na vida das crianças retratadas, compreendendo a infância como representação que os adultos fazem do período inicial da vida (KUHLMANN E FERNANDES, 2004) e da criança como depositária e destinatária dos discursos e práticas produzidos sobre a infância (GOUVEA, 2008).

Palavras-chave: Cultura Escolar. Infância. Viriato Corrêa. Cazuza. História da Educação.

## ABSTRACT

FERREIRA, Patrícia Fernandes de Barros. *School culture and childhood in Cazuza, by Viriato Corrêa*. 2022. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This study examined the analytical categories “school culture” and “childhood” in the narrative *Cazuza*, by Viriato Corrêa, published in 1938 by the Companhia Editora Nacional. *Cazuza* is treated here as the main source for a historical investigation of the objects “school culture” and “childhood”, with a view to understanding the path that led Viriato Corrêa to write *Cazuza*, to identify the conceptions of school culture and childhood that frame the writing of the narrative and to examine the conditions in which the book was produced, taking account of the place and time (Maranhão in the late nineteenth and early twentieth centuries). As the historical source is constructed by the researcher (GINZBURG, 2002), it was decided to interrogate it in the present, by deploying, as secondary sources, the education laws in place in Maranhão during the study period, journalistic articles and pieces, statistics and geographical information and writings by intellectuals that address the same themes as *Cazuza*. The methodology employed consisted in identifying and analysing documentary sources and a review of the literature with regard to *Cazuza*, History of Education, childhood and school culture. Also useful, to begin with, was existing research into Corrêa’s intellectual history and social networks (SIRINELLI, 1986). The analysis then turned to the school culture present in the narrative, endeavouring to understand the sets of standards and practices that permeate the processes of formal schooling observed in the narrative (JULIA, 2001) and how the actors involved generated school culture and adapted to its changes (BENITO, 2017). Lastly, the analytical category “childhood” was investigated through the changes in the lives of the children portrayed, from which “childhood” was understood to be a representation, on the part of adults, of the early period of life (KUHLMANN; FERNANDES, 2004), while children were the recipients and depositaries of the discourses and practices produced with regard to childhood (GOUVEA, 2008).

Keywords: School culture. Childhood. Viriato Corrêa. *Cazuza*. History of Education.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Viriato Corrêa. Acervo Centro de Memória da ABL.....	22
Figura 2 -	Capa de <i>Minaretas</i> (1902). CORRÊA (1902).....	24
Figura 3 -	Folha de rosto de <i>Minaretas</i> . CORRÊA (1902) .....	24
Figura 4 -	Concurso das Crianças na seção “Gazeta das Crianças”. <i>Gazeta de Notícias</i> . Rio de Janeiro. 25/05/1906. Página 4.....	27
Figura 5 -	Conto publicado na seção “Gazeta das Crianças”. <i>Gazeta de Notícias</i> . Rio de Janeiro. 25/05/1906. Página 4.....	29
Figura 6 -	Livraria Francisco Alves, localizada na Rua do Ouvidor, Rio de Janeiro. Acervo/ABL.....	32
Figura 7 -	<i>Era uma vez...</i> — capa. Primeiro livro infantil de Viriato Corrêa, em parceria com João do Rio. CORRÊA, DO RIO, 1908 .....	32
Figura 8 -	<i>Contos da História do Brasil</i> — capa. CORRÊA, 1921 .....	34
Figura 9 -	<i>História da Liberdade no Brasil</i> — capa. CORRÊA, 1962 .....	34
Figura 10 -	<i>História do Brasil para crianças</i> — capa e contracapa. CORRÊA, 11 ed., 1944 .....	35
Figura 11	<i>Diário de Notícias</i> . Rio de Janeiro. 18/04/1967. Página 15.....	37
Figura 12	<i>Diário de Notícias</i> . Rio de Janeiro. 18/04/1967. Página 15.....	37
Figura 13 -	<i>O Brasil dos meus avós</i> — capa. CORRÊA, 1927 .....	38
Figura 14 -	<i>Bahú velho</i> — capa. CORRÊA, 1927 .....	38
Figura 15 -	<i>Balaiada: romance do tempo da regência</i> . CORRÊA, 1927.....	39
Figura 16 -	Cartaz de divulgação da peça <i>A Marquesa de Santos</i> . <i>Correio Paulistano</i> . São Paulo. 09/03/1938. Página 6.....	41
Figura 17 -	“Os intelectuais de São Paulo homenagearam o escritor Viriato Corrêa”. <i>Correio Paulistano</i> . São Paulo. 09/03/1938. Página 3.....	42
Figura 18 -	“Cazuza”. <i>Vamos Lêr!</i> Rio de Janeiro. 07/07/1938. Página 15.....	43
Figura 19 -	“Livros e autores”. <i>Diário Carioca</i> . Rio de Janeiro. 28/04/1938. Página 6 ...	43
Figura 20 -	“Minha terra, minha casa e minha gente, do livro ‘Cazuza’, de Viriato Corrêa”. <i>Vamos Lêr!</i> . Rio de Janeiro. 06/11/1941. Página 52.....	44
Figura 21 -	A partida’ de Viriato Corrêa”. <i>Vamos Lêr!</i> . Rio de Janeiro. 08/01/1942.	44

	Página 54.....	
Figura 22 -	Posse de Viriato Corrêa na ABL (1938). Acervo Centro de Memória da ABL.....	45
Figura 23 -	Charge de Alvarus, de 1941. Viriato Corrêa, o “namoradinho” da ABL.....	45
Figura 24 -	<i>Cazuza: memórias de um menino de escola</i> . CORRÊA, 1938.....	49
Figura 25 -	<i>Cazuza</i> – capa adotada da 2ª até a 41ª edição. CORRÊA, 1982 .....	49
Figura 26 -	<i>Cazuza</i> – capa adotada na 42ª edição. CORRÊA, 2004 .....	49
Figura 27 -	<i>Cazuza</i> – capa adotada na 43ª edição. CORRÊA, 2017 .....	49
Figura 28 -	<i>Cazuza</i> - falsa folha de rosto da 1ª edição autografada pelo autor. Acervo ABL .....	51
Figura 29 -	<i>Cazuza</i> - folha de rosto da 5ª edição autografada pelo autor. Acervo ABL.....	51
Figura 30 -	<i>Cazuza</i> - 1ª edição. Acervo ABL.....	52
Figura 31 -	<i>Meu Torrão (contos da história pátria)</i> — capa. CORRÊA, 1939.....	53
Figura 32 -	Mapa do Estado Maranhão, 1909. Arquivo Nacional. Fundo Milton de Mendonça Teixeira.....	60
Figura 33 -	Mapa do Estado Maranhão, 1909 (São Luís e Coroatá em detalhe). Arquivo Nacional. Fundo Milton de Mendonça Teixeira.....	61
Figura 34 -	Letra vertical inglesa Fonte: Jackson, 1894. <i>The theory and Practice of Handwriting</i> .....	69
Figura 35 -	Letra vertical norte-americana. <i>Barne's National Vertical Penmanship</i> , 1898	69
Figura 36 -	Tábua de Pitágoras. <i>Manual Encyclopedico de Monteverde</i> (1879, p.126) ..	71
Figura 37	“Gonçalves Dias”. <i>Jornal da Tarde</i> , 4 nov. 1905, n. 262, ano 14.....	83
Figura 38	“Gonçalves Dias”. <i>Jornal da Tarde</i> , 4 nov. 1905, n. 262, ano 14.....	83
Figura 39	“Gonçalves Dias”. <i>Jornal da Tarde</i> , 4 nov. 1905, n. 262, ano 14.....	83
Figura 40	“Gonçalves Dias”. <i>Jornal da Tarde</i> , 4 nov. 1905, n. 262, ano 14.....	83
Figura 41 -	Grupo Escolar Almeida Oliveira. <i>O jornal</i> , 15 nov. 1919, n. 1522, ano 5.....	98
Figura 42 -	Segundo Grupo Escolar. <i>Diário do Maranhão</i> .....	98
Figura 43 -	<i>Menino com arapuca</i> , Portinari (1959). Acervo Digital do Portal Portinari....	111
Figura 44 -	Vapor da Companhia Fluvial Maranhense. <i>Abranches</i> .....	124

Figura 45 - Avenida Maranhense. <i>Maranhão Ilustrado</i> (1899).....	133
Figura 46 - Largo do Carmo. <i>Maranhão Ilustrado</i> (1899) .....	135

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Trabalhos acadêmicos acerca de <i>Cazuza</i> .....	16
Tabela 2 - Perfil escolar do Maranhão em 1907.....	58

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

ABL - Academia Brasileira de Letras

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CELIJU - Centro de Estudos de Literatura Infantil e Juvenil

CEN - Companhia Editora Nacional

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DGP - Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil

GRUPEEL - Grupo de Pesquisa Infância, Juventude, Leitura, Escrita e Educação

IBEP - Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas

USP - Universidade do Estado de São Paulo

PUC - Pontifícia Universidade Católica

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
1	<b>DE VIRIATO CORRÊA A CAZUZA</b> .....	21
1.1	<b>“O escritor para crianças, o professor, o teatrólogo, o divulgador de nossa história, o contista, o acadêmico imortal Viriato Corrêa”</b> . .....	22
1.2	<i>Cazuza</i> e a Companhia Editora Nacional .....	46
2	<b>CULTURA ESCOLAR EM CAZUZA</b> .....	56
2.1	<b>“Bolos” e “orelhas de burro” na escola do povoado</b> .....	59
2.2	<b>Lições e acolhimento na escola da vila</b> .....	72
2.3	<b>Nacionalismo e civilidade no Colégio Timbira</b> .....	85
2.4	<i>Cazuza</i> na cultura escolar: livro de leitura, livro didático ou romance de formação?.....	99
3	<b>INFÂNCIA EM CAZUZA</b> .....	104
3.1	<b>Brincadeiras e ambiente do povoado de Pirapemas</b> .....	105
3.2	<b>Socialização e sentimentos na vila de Coroatá</b> .....	120
3.3	<b>Experiências e virtudes na capital São Luís</b> .....	133
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	145
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	151

## INTRODUÇÃO

Meus pais contam que quando eu era muito pequena e o ônibus da escola buscava minha irmã todos os dias de manhã, eu chorava de tristeza por não poder acompanhá-la, em meus tenros dois anos de idade. Quando finalmente pude vestir meu uniforme azul e branco, sentia prazer em estar no ambiente escolar, entre meus colegas de classe e professores, funcionários. Muitas das minhas melhores lembranças de infância e adolescência estão relacionadas ao ambiente acolhedor, divertido e rico em saberes das três escolas que frequentei.

Minha paixão inesgotável pelo conhecimento me levou a cursar as Graduações em Letras Português/Alemão e em Direito e os meus rumos profissionais, atuando como mediadora a distância na Licenciatura em Pedagogia do Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro e como Técnica em Assuntos Educacionais no Colégio Pedro II, me trouxeram ao Mestrado em História da Educação. Por fim, o fascínio pelo meio escolar fez meu destino encontrar *Cazuza* (1938), a história do menino maranhense fictício idealizado pelo escritor Viriato Corrêa (1884-1967) que desejava ardentemente ingressar na escola e fez das três escolas que frequentou os seus lugares de recordações mais afetivas. Trato, nesta pesquisa, a obra *Cazuza* como fonte principal para a investigação histórica empreendida, acerca dos objetos cultura escolar e infância. Tenho como objetivos compreender o caminho que levou Viriato Corrêa à escrita de *Cazuza*, identificar as concepções de cultura escolar e de infância que balizaram a escrita da narrativa e analisar as condições de produção da obra, levando em consideração seu local e tempo, quais sejam, o Maranhão de final de século XIX e primeiras décadas do século XX.

Já no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro — instituição onde percorri todo o meu estudo acadêmico —, passei a integrar o Grupo de Pesquisa Infância, Juventude, Leitura, Escrita e Educação (GRUPEEL/CNPQ)<sup>1</sup>, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Márcia Cabral da Silva, do qual fazem parte mestrandos, doutorandos, doutores, bolsistas de Iniciação Científica, bolsistas de extensão no Projeto Rodas de Leitura Literária na EDU, bolsista de monitoria na Disciplina Fundamentos da Linguagem e Educação (Graduação

---

<sup>1</sup> Grupo registrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

em Pedagogia). Os encontros do grupo e as leituras recomendadas me possibilitaram delimitar as categorias de análise da minha pesquisa: cultura escolar e infância em *Cazuza*.

Sendo a fonte histórica uma construção do pesquisador (GINZBURG, 2002, p. 47), uma vez que se só se torna histórica quando problematizada em função do objeto, os documentos levantados são tratados como vestígios de um passado a ser investigado que não falarão por si. O sentido a ser atribuído será norteado pela sua adequação ao objeto e às perguntas formuladas para a investigação deste objeto. Delimitei as seguintes questões de estudo: quais foram as influências que o intelectual Viriato Corrêa recebeu para a escrita de *Cazuza*? Como as concepções de infância se projetam nos personagens infantis da obra? De que maneira a cultura escolar se materializa na narrativa? Quer originada nos gabinetes oficiais do Poder Estatal, na escrivania de produtores culturais ou no manuseio que seu público terá feito dela em outros tempos, a localização desta fonte histórica será o momento atual, em que a pesquisa se debruça sobre *Cazuza* e seu recorte temporal, localizado no entresséculos.

Discutindo o trabalho com as fontes em História da Educação, Ragazzinni (2001) traz a lume dois aspectos a serem considerados: “a) as fontes para a história da escola e da educação, que auxiliam a interpretar e a escrever essa história; e b) as fontes da escola, ou seja, aquelas que provêm diretamente das práticas escolares”. Dentro desse espírito, os regulamentos, as edições de *Cazuza* em suas materialidades e os documentos que se referem a Viriato Corrêa e a *Cazuza* serão considerados fontes para a história da escola e da educação.

Selecionando como objetos a cultura escolar e a infância em *Cazuza* e como fonte principal esta obra viriatiana, busquei os trabalhos acadêmicos já desenvolvidos que versassem sobre *Cazuza*. Constatei — em buscas na Plataforma Scielo e no banco de teses e dissertações da CAPES durante o biênio 2021-2022 — a existência de uma tese de Doutorado, duas dissertações de Mestrado e outros trabalhos acadêmicos que tratam de *Cazuza*, além da tese de Doutorado que tem como objeto *História do Brasil para crianças* (1934), obra relevante de Viriato Corrêa, e de dissertação de Mestrado sobre a obra teatral do escritor. No quadro, seguem os trabalhos encontrados em ordem cronológica.



Tabela 1: Trabalhos acadêmicos acerca de *Cazuza*

<p>FERRO, Maria do Amparo Borges. <i>Literatura Escolar e História da Educação: cotidiano, ideário e práticas pedagógicas</i>, 2000. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.</p>
<p>PENTEADO, Ana Elisa de Arruda. <i>Literatura Infantil, História e Educação: Um Estudo da Obra Cazuza, de Viriato Corrêa</i>, 2001. 231f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001.</p>
<p>CASTANHEIRA, Jaqueline de Oliveira. <i>Um estudo da recepção de Cazuza, de Viriato Corrêa</i>. 206 f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2006.</p>
<p>FERNANDES, José Ricardo Oria. <i>O Brasil contado às crianças: Viriato Corrêa e a literatura escolar para o ensino de história (1934-1961)</i>. 2009. 359 f. Tese (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.</p>
<p>GOMES, Angela de Castro; CAVALCANTE, Vanessa Matheus. “História da liberdade no Brasil ou quando uma história acaba em samba”. In: Helenice Aparecida Bastos Rocha; Luís Reznik; Marcelo de Souza Magalhães. (Org.). <i>A história na escola: autores, livros e leituras</i>. 1ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009, v. 1, p. 125-150.</p>
<p>FERRO, Maria do Amparo Borges. <i>Cazuza e o sonho da escola ideal</i>. São Luís: EDUFMA, 2010.</p>
<p>MACHADO, Marianne ; MOTTA, Diomar das Graças. “A construção feminina em Viriato Corrêa”. In: 18º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero — REDOR, 2014, Recife-PE. <i>Perspectivas feministas de gênero: desafios no campo da militância E das práticas científicas</i>, 2014. p. 1452-1466.</p>
<p>SCHMITT, Maria Aparecida Nogueira. “Cazuza: realidade e ficção no jogo de espelho textual”. In: Rodrigo Fialho Silva. (Org.). <i>Do texto ao contexto</i>. 1ed. Leopoldina: EdUEMG, 2015, v. 1, p. 113-126.</p>
<p>BANDEIRA, Lennyse Teixeira; NASCIMENTO, Elizânia Sousa do Nascimento. “História e memória da educação maranhense: concepções pedagógicas identificadas na obra literária <i>Cazuza</i>, de Viriato Corrêa”. <i>Anais do VIII Fórum Internacional de Pedagogia</i>, 2016, p. 1-6.</p>
<p>ALVES, Juliana Pinto de Oliveira Causin; SCHMITT, Maria Aparecida Nogueira. “Memórias e jogo intertextual: Machado de Assis e Viriato Corrêa”. <i>Revista do Programa de Pós Graduação em Estudos Literários</i>, v. 16, p. 193-212, 2017.</p>
<p>CABRAL, Gladir da Silva; PROENÇA, Magali Proença. “A Representação da Escola em <i>Cazuza</i>, de Viriato Corrêa”. <i>Revista de Educação, Ciência e Cultura</i>, v. 24, p. 57-69, 2019.</p>

Como fontes adicionais, procurei mobilizar leis de ensino do Maranhão, artigos e matérias jornalísticas, estatísticas e informações geográficas e escritos de intelectuais que tocam em temas levantados também por Viriato Corrêa na narrativa.

*Cazuza* trata dos primeiros anos de escolarização do personagem-título, abarcando também suas experiências de infância em família e com os amigos, nas diferentes localidades em que viveu, no estado do Maranhão: o povoado em que nasceu, Pirapemas, a vila onde seus pais posteriormente fixaram residência, Coroatá, e, finalmente, a capital São Luís, para onde foi enviado a fim de concluir o curso primário.

No que diz respeito à metodologia empregada, foram frutíferas as pesquisas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Digital no âmbito da Fundação Biblioteca Nacional na página <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> e consultas ao Acervo Digital da Biblioteca Pública Benedito Leite, na página virtual <http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>. Assim, o exercício metodológico teve como base o levantamento e a análise das fontes documentais e a revisão de literatura que versasse sobre *Cazuza*, História da Educação, infância e cultura escolar.

Quanto ao recorte temporal da pesquisa, observo que, embora a narrativa tenha sido publicado em 1938, o seu enredo se passa no início do século XX, sendo uma pista o meio de transporte utilizado pelos personagens — embarcações fluviais e não estradas de ferro, inauguradas no Maranhão apenas nos anos 1910<sup>2</sup>. Portanto, as fontes selecionadas para o seu estudo encontram-se por volta de 1900.

Para a investigação da cultura escolar e da infância presentes em *Cazuza*, optei por discorrer, no primeiro capítulo, acerca da trajetória intelectual do autor, o maranhense Viriato Corrêa, em sua profícua produção literária voltada para o público infantojuvenil e para peças teatrais. Início minha análise na publicação do seu primeiro escrito, o livro de contos *Minarettes* (1902), quando era um estudante de Direito no Recife, até chegar à publicação de *Cazuza* em 1938, mesmo ano em que se torna um imortal da Academia Brasileira de Letras, na ocasião um teatrólogo, jornalista e escritor consagrado. Neste ponto, me valho da investigação das redes de sociabilidade de Corrêa, em suas naturezas espacial e vivencial, por meio das quais se estabelecem as fidelidades, amizades — inclusões — e também as divergências, cisões e debates — exclusões (SIRINELLI, 1986, p. 249). Ao mesmo tempo, procuro compreender o percurso de

---

<sup>2</sup> “A maior parte das estações no Maranhão entraram em atividade no ano de 1919, mas consta que desde 1915 já havia a circulação de trens na linha.” NEVES, Diogo Galhardo. “‘Ferrovia São Luís-Teresina’: História e Cultura” ([http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI\\_coloquio\\_t6\\_ferrovia\\_sao\\_luis\\_teresina.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t6_ferrovia_sao_luis_teresina.pdf))

Corrêa junto ao público infantojuvenil enquanto se dedicava à produção teatral, buscando no acervo dos jornais os indicativos de seu prestígio e das contribuições de sua obra para a vida cultural de seu tempo, reconhecendo a imprensa

como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero 'veículo de informações', transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (DE LUCA, 2005, p. 120)

Por fim, identifico a materialidade de *Cazuza*, nas diferentes edições da obra e nas editoras que a publicaram, sem esquecer a sua recepção ao longo dos anos, bastante alinhada à reverência ao intelectual Viriato Corrêa.

No segundo capítulo, analiso a cultura escolar que Viriato Corrêa retrata em cada uma das três escolas frequentadas por Cazuza, buscando compreender os conjuntos de normas e práticas que permeiam os processos formais de escolarização observados na narrativa (JULIA, 2001) e de que maneira os atores geram a cultura escolar e se adaptam às suas mudanças (BENITO, 2017).

Divido o capítulo em quatro partes. Na primeira, trato do ambiente escolar na instituição localizada no povoado de Pirapemas, narrado como desestimulante e baseado no autoritarismo do professor e nos castigos físicos da palmatória. Na segunda parte, aprofundo discussões acerca da escola situada na vila de Coroatá, caracterizada pelo acolhimento maternal das educadoras com tom moralizante e pela relação de confiança entre alunos e destes com as professoras. Já na terceira parte do capítulo, levanto questões relativas ao Colégio Timbira, localizado na capital do Estado, São Luís, atentando para os valores de patriotismo e civilidade que professores e diretor tentavam inculcar nos alunos. Finalmente, na quarta parte discuto a presença de *Cazuza* na cultura escolar, debatendo as classificações possíveis para a obra e problematizando os seus caracteres didático e literário.

Em minha pesquisa no âmbito da cultura escolar, me valho dos estudos historiográficos que apontam a tradição brasileira de métodos punitivos no processo ensino/aprendizagem (DEL PRIORE, 2004), discordâncias entre família e escola quanto à educação das crianças (CUNHA, 2000), a arquitetura escolar (ESCOLANO, 1998) e a educação higienista (GONDRA, 2000) como partes integrantes e determinantes da sua cultura. Investigação igualmente relevante foi a descrição de artefatos escolares (VIDAL, 1998; BOTO, 2012) que faziam parte da narrativa de *Cazuza*.

Procuo cruzar minha fonte principal — a narrativa *Cazuza* — com os registros da legislação que institui os Grupos Escolares no Maranhão, a valorização das Escolas Normais, as sucessivas reformas no ensino e outras medidas governamentais para o ingresso e a manutenção das matrículas nas escolas. Também considero fontes a literatura produzida no Maranhão que descreve, pela perspectiva das reminiscências de infância de intelectuais, os métodos de ensino e seus efeitos sobre o corpo discente e os artigos jornalísticos que noticiaram os acontecimentos relevantes da cultura escolar daquele tempo.

O terceiro e último capítulo desta dissertação versa sobre a categoria de análise infância através das mudanças na vida e no progressivo afastamento da família experimentados pelas crianças da narrativa, bem como do deslocamento geográfico do protagonista. Parto, neste intuito, da infância compreendida como a representação que os adultos fazem do período inicial da vida (KUHLMANN e FERNANDES, 2004) — uma vez que *Cazuza* consiste nas memórias dos anos de meninice do narrador — e da criança como depositária e destinatária dos discursos e práticas produzidos sobre a infância (GOUVEA, 2008).

Segmento o terceiro capítulo em três partes. Em sua primeira parte, momento em que a narrativa se passa em Pirapemas, concentro atenção nas brincadeiras e nos jogos descritos e no ambiente cultural da localidade. Já na segunda parte, averiguo aspectos da socialização entre as crianças nas suas relações de amizades e disputas e os sentimentos experimentados pelos personagens infantis, no convívio na vila de Coroatá. Na terceira parte, finalmente, discuto o desenvolvimento infantil dos personagens a partir das experiências na cidade de São Luís, capital do Estado, e as virtudes atribuídas às crianças neste ponto da narrativa.

No que tange à infância, busco apoio especialmente na historiografia que se detém nos estudos das relações entre crianças e adultos (ARIÈS, 1981), da apropriação da cultura dos adultos pelas crianças (FERNANDES, 1979), da materialidade dos brinquedos (KISHIMOTO, 2010), de brincadeiras e jogos na cultura brasileira (CAMARA CASCUDO, 1979) e das ideias de virtudes (COMTE-SPONVILLE, 2002; ARISTÓTELES, 2013) aplicadas às crianças de *Cazuza*.

Tratando-se do cruzamento de fontes, analiso a infância da narrativa em confronto com escritos com recomendações para os cuidados com as crianças (ROSA, 1909) e descrições do sertão e da capital maranhenses encontradas nas publicações *Álbum do Maranhão* (1923) e *Maranhão Ilustrado* (1899).

Por fim, este estudo se encontra organizado da seguinte forma: esta introdução, onde indico as motivações da pesquisa, os objetivos, a metodologia, os referenciais teóricos e os trabalhos afins; o capítulo 1, no qual discuto o percurso literário e intelectual de Viriato Corrêa e a materialidade de *Cazuza*; o capítulo 2, onde procuro refletir sobre os elementos de cultura escolar presentes na obra; o capítulo 3, por meio do qual analiso a presença da infância na narrativa; e as considerações finais, onde retomo aspectos importantes discutidos ao longo da dissertação.

## 1 DE VIRIATO CORRÊA A CAZUZA

Neste capítulo inicial são analisadas as características do intelectual Viriato Corrêa e é apresentada a obra *Cazuza*. Não se procura encaixar o escritor nesta ou naquela categoria, mas, sim, compreender o seu percurso rumo ao reconhecimento da unanimidade que se tornou entre os intelectuais de seu tempo e de seu público leitor. Assim, servem de base para as discussões trechos de discursos proferidos na Academia Brasileira de Letras, de depoimentos dele próprio, da publicação *Viriato Corrêa (a modo de biografia)* (1966), do professor, historiador e amigo pessoal do maranhense, Genulfo Hercules Pinto, e de periódicos, tanto nos quais Corrêa exerceu a profissão de jornalista quanto nos ele foi notícia. Quanto a *Cazuza*, serão mobilizadas sucessivas edições e um resumo histórico da Companhia Editora Nacional a título de apresentação da narrativa.

Importante apontar que o manuseio de *Viriato Corrêa (a modo de biografia)* respeita os limites impostos por este gênero. Considerada por Le Goff (*apud* BORGES, 2005, p. 205) o ápice do trabalho do historiador, o interesse no estudo de biografias se apoia, segundo o autor, sob o desenvolvimento das disciplinas que estudam o homem em sociedade, levando em conta o seu espaço e a sua liberdade. Com o objetivo de evitar a idealização simplista na qual Hercules Pinto<sup>3</sup> pode ter incorrido em sua escrita, é oportuno buscar o cruzamento de fontes documentais que desvelem os fragmentos da existência de Viriato Corrêa e de sua obra. Nesta investigação, surgem acontecimentos anedóticos e aleatórios que cruzam fatos de sua trajetória intelectual, encerrando em si dados simbólicos para a compreensão dos caminhos que levaram Corrêa a produzir *Cazuza*.

Procurando conhecer a sociedade e o tempo em que o escritor viveu mediante a análise e cruzamento das fontes selecionadas, é possível verificar o alcance das relações travadas por Viriato Corrêa nos ambientes intelectuais que integrou, notadamente os periódicos, o meio literário infantil e a Academia Brasileira de Letras.

Os periódicos, por oportuno, são fontes relevantes na pesquisa, tanto para a constatação de seu ofício de jornalista como para a demonstração de seu prestígio no meio intelectual, em reportagens e artigos de opinião que citavam seu nome e o inseriam nos círculos intelectuais, bem

---

<sup>3</sup> Ferro (2010, p. 75) informa que Genulfo seria filho adotivo de Viriato Corrêa, filho da primeira esposa do escritor, que à época do casamento era viúva.

como os discursos dos membros da Academia Brasileira de Letras, os escritos dos literatos que cruzaram o caminho de Viriato Corrêa e o enaltecem nas diversas atividades às quais se dedicou ao longo da vida.

A base teórica para este primeiro capítulo está assentada nos trabalhos acadêmicos que se detiveram no estudo dos intelectuais brasileiros, da Literatura, do Teatro e da vida cultural no Brasil, além, e principalmente, da trajetória intelectual de Viriato Corrêa.

### 1.1 “O escritor para crianças, o professor, o teatrólogo, o divulgador de nossa história, o contista, o acadêmico imortal Viriato Corrêa”<sup>4</sup>



Figura 1: Viriato Corrêa  
Fonte: Acervo Centro de Memória da ABL

Manuel Viriato Corrêa Baima do Lago Filho nasceu em 23 de janeiro de 1884 (MENEZES, 1978, p. 203), no povoado de Pirapemas, localizado no norte do Estado do Maranhão. Após os primeiros anos escolares em sua terra natal, aos nove anos mudou-se para São Luís e mais tarde para o Recife, a fim de cursar a Faculdade de Direito. Sob o pretexto de terminar o curso jurídico na capital do país, Viriato mudou-se para o Rio de Janeiro, com a real intenção de investir na sua carreira literária (PINTO, 1966, p. 48).

Fato é que Viriato Corrêa faz parte de uma tradição de literatos que se formou no Maranhão ao longo do tempo. Esta Unidade da Federação guarda tradição de inclinação às letras

---

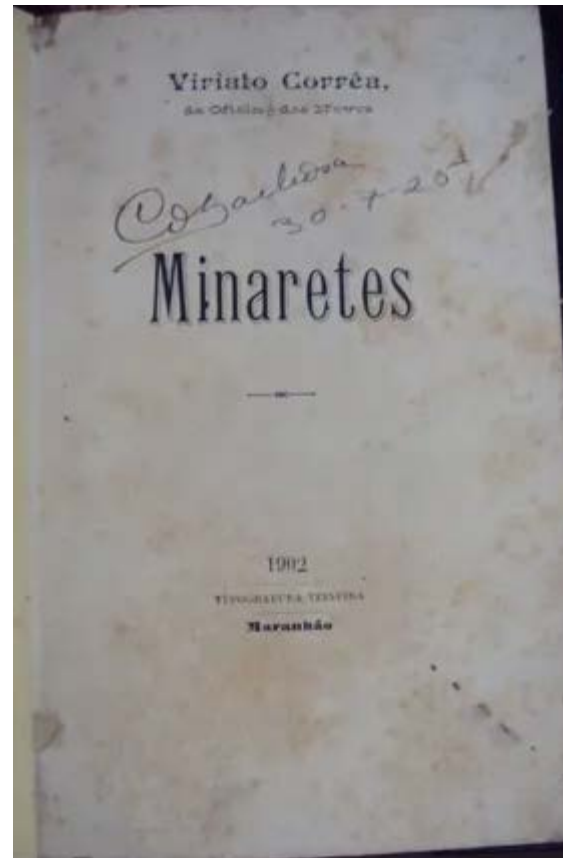
<sup>4</sup> Fragmento retirado de Pinto (1966, p. 14).

e às artes, com a sua capital, São Luís, conhecida como a Atenas Brasileira, em referência ao centro urbano da Antiguidade Clássica que se notabilizou pelo desenvolvimento de sua cultura, Literatura e Filosofia.

De acordo com Meireles (1955, p. 63), a literatura maranhense, até a produção de Viriato Corrêa, se dividiu em cinco fases: (i) entre os séculos XVII e XVIII, com temática concentrada na literatura sobre a terra através das crônicas de capuchinhos franceses; (ii) o primeiro quarto do século XIX, composta de ensaios e esboços de uma literatura autóctone, considerada medíocre e de transição; (iii) o segundo e terceiro quartos do século XIX, chamado de grupo do romantismo maranhense, formado por doutores diplomados em Coimbra em regresso ao Maranhão, especialmente Sotero Reis e João Lisboa, momento em que a então Província do Maranhão recebeu o cognome de Atenas Brasileira; (iv) último quarto do século XIX, quando os literatos maranhenses, como Aluísio Azevedo (1857-1913), Coelho Neto (1864-1934) e Graça Aranha (1868-1931), movidos por circunstâncias econômicas desfavoráveis, deixam o lugar de origem e alçam projeção nacional, com uma escrita de manifestações naturalistas e parnasianas; (v) entre 1894 e 1932, chamado de decadentismo, quando houve uma tentativa de reação ao êxodo de intelectuais escritores, surgindo grupos e sociedades literárias com o objetivo de retomar o prestígio da Atenas Brasileira.

Ferro (2010, p. 66) destaca que no bojo do retorno de maranhenses ilustres ao estado natal está uma visita de Coelho Neto, em junho de 1899, evento determinante para a retomada da vocação intelectual do Maranhão, influenciando jovens literatos, como Humberto de Campos — “a juventude maranhense, vencida antes de combater, toma-se de coragem” (CAMPOS, 1960, p. 23) — e Antonio Lobo — “o entusiasmo despertado pela presença do festejado escritor” prepara “o belíssimo movimento que ora se nos depara na velha Atenas Brasileira” (LOBO, 1909, p. 64). Tal movimento consistiu na criação da Oficina dos Novos, em 28 de julho de 1900, agremiação que publicou jornais, periódicos e livros, entre eles *Minaretas* (1902), coletânea de contos da autoria de Viriato Corrêa.





Figuras 2 e 3: capa e folha de rosto de *Minarettes* — 1902  
 Fonte: CORRÊA (1902)

*Minarettes*, além de ter sido a sua estreia como escritor, garantiu-lhe reconhecimento da crítica literária regional:

Viriato Corrêa foi uma das principais figuras do movimento de renovação literária a cujo início assistimos, no último capítulo da primeira parte deste opúsculo. Sócio Fundador da Oficina dos Novos, tomou sempre parte ativa em todas as manifestações literárias pela mesma promovidas.

Viriato Corrêa, nesse volume, revelou-se logo o prosador de marca, que viria a ser, manejando a língua com maestria e segurança e utilizando apropriadamente todos os seus inesgotáveis recursos de expressão. (LOBO, 1909, p. 77-8)

Escolhido como membro da Academia Maranhense de Letras, na cadeira de nº 33, que tem como patrono Pedro Nunes Leal, Viriato Corrêa, portanto, entrou na cena literária ainda em seu estado natal. Na então Capital Federal, passou a ter contato com a geração boêmia que marcou a intelectualidade brasileira no começo do século XX. Nas livrarias e cafés da cidade, Viriato teve contato com importantes nomes da literatura nacional, a exemplo de José do

Patrocínio, Olavo Bilac e o próprio Machado de Assis. Graças à influência e prestígio de seu amigo Medeiros e Albuquerque<sup>5</sup>, Viriato Corrêa obteve colocação na *Gazeta de Notícias*. Viriato assim descreve Medeiros e Albuquerque:

Eu fui criança no Maranhão; rapaz na Faculdade do Recife; em casa de Medeiros e Albuquerque me fiz homem. Medeiros foi o mais doce, o mais carinhoso, o maior dos meus amigos. Preocupava-o meu destino como o destino de um filho. O seu grande desejo, desejo que ele não escondia de ninguém, era ver-me aqui na Academia, sentado entre vós. (CORRÊA, 1938, p. 116).

Sobre o ambiente social da *Gazeta de Notícias*, desta forma falou Múcio Leão:

A Medeiros e Albuquerque devestes a primeira sensação da glória no grande meio: a publicação de trabalhos literários na *Gazeta de Notícias*. Era aquela uma das mais brilhantes fases da *Gazeta*. Uma bulhenta, esplêndida mocidade, dentro da qual se destacava um Paulo Barreto, um Oscar Lopes, um Tomaz Lopes, um Figueiredo Pimentel, um Joaquim Viana, um Gil, enchia a sala da redação de ditos de espírito e gargalhadas irreverentes. (LEÃO, 1938, p. 80)

A *Gazeta de Notícias* foi um jornal diário com sede no Rio de Janeiro que teve seu primeiro número impresso em 02 de agosto de 1875, assumindo postura declaradamente abolicionista e republicana. Barata e popular, a *Gazeta de Notícias* logo se tornou um dos mais importantes jornais do país. A partir da República, passou a ser considerada uma publicação de comunicação governista, apesar do posicionamento contrário à vacinação e ao alistamento militar obrigatórios. Ainda no século XIX, predominava a veiculação de folhetins e artigos políticos, gradualmente substituídos por reportagens, entrevistas e histórias policiais e notícias esportivas, temas secundários que passaram a ganhar destaque. Neste ânimo encontra-se inserta a coluna infantil *Gazeta das Crianças*, a partir de 1906 assinada por Viriato Corrêa e decorrente da abertura do periódico para novos públicos, escritores e mercados no período da Primeira República (PIAIA, 2014, p. 4).

Iniciada em 1905 sob a coordenação do jornalista Raphael Pinheiro<sup>6</sup>, que adotava o pseudônimo Fafá, a coluna passou à responsabilidade de Viriato Corrêa após a escalação de

---

<sup>5</sup> José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque (1867-1934) foi jornalista, professor, político, contista, poeta, orador, romancista, teatrólogo, ensaísta e memorialista. Integrante do grupo político republicano, finda a Monarquia exerceu cargos na área da Educação e foi eleito deputado federal em 1894. Após a vitória da Revolução de 1930, passou a se dedicar exclusivamente às atividades de jornalista e redator. É o autor do Hino da República e da Reforma Ortográfica de 1892 e membro fundador da Academia Brasileira de Letras, ocupante da cadeira n.º 22. (Fonte: <https://www.academia.org.br/academicos/medeiros-e-albuquerque/biografia>).

Pinheiro para a cobertura jornalística de viagem realizada pelo presidente Afonso Pena<sup>7</sup>. Receso de ocupar tal vaga em substituição ao prestigiado colega, Viriato Corrêa se apresentou ao público-leitor:

E Fafá como bom amigo, pediu-me que tomasse conta de sua criançada. Eu quis resistir. Mas quem pode resistir a um pedido de Fafá? E fiquei. E aqui estou. O contraste vai ser palpitante.

Mas eu vos peço um pouco de indulgência. Quero que todos sejam meus amiguinhos como eram do Fafá. É verdade que isso custa muito, mas se todos pensarem o quanto o desamor me dói, se todos souberem quanto minha alma é toda das crianças – há de custar muito pouco.

Um pequeno esforço, meus amiguinhos.. (*Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 14/05/1906, p.4.)

De modo a criar empatia inicial com as crianças leitoras, Corrêa adotou para si o pseudônimo Fafazinho<sup>8</sup> e criou a seção “Concursos”, na qual eram publicados cupons com perguntas, que deveriam ser colecionados e respondidos pelos leitores, que os enviavam para redação do jornal. Então, eram feitos sorteios de prêmios na sede do jornal e, posteriormente e devido à grande quantidade de participantes, remanejados para outros locais.

---

<sup>6</sup> O baiano de Salvador Raphael Pinheiro (1866-1939) foi jornalista, apesar de formado em Medicina. No Rio de Janeiro, foi diretor da Biblioteca Municipal e do periódico *A pátria*, colaborador do *Correio da Manhã* e redator da *Gazeta de Notícias*. Era sócio da Associação Brasileira de Imprensa. (*Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 12/07/1939. Página 02)

<sup>7</sup> O mineiro de Santa Bárbara Afonso Augusto Moreira Pena (1847-1909) foi bacharel em Direito e exerceu cargos de deputado geral e provincial, ministro, participou da Assembléia Constituinte Mineira, foi presidente de Minas Gerais e fundou Belo Horizonte e a Faculdade de Direito de Minas Gerais. Foi presidente do Banco do Brasil, senador estadual, presidente do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte e vice-presidente, até chegar à Presidência da República (1906-1909). Eleito com o apoio dos setores agrários de São Paulo e Minas Gerais durante o período conhecido como “política do café com leite”, tratou de viabilizar, por meio de empréstimos, a compra de quase metade da safra brasileira de café pela União junto aos produtores, obtendo êxito no objetivo de valorizar a *commodity* no mercado internacional. Afonso Pena deu continuidade ao programa iniciado por seu antecessor, Rodrigues Alves, de reaparelhamento das ferrovias e dos portos, e implementou a reorganização do Exército, sob a supervisão do ministro da Guerra, general Hermes da Fonseca. Durante seu governo, também disponibilizou os recursos necessários, em 1907, para que Cândido Rondon realizasse a ligação do Rio de Janeiro à Amazônia pelo fio telegráfico. (<http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/78-affonso-augusto-moreira-penna>)

<sup>8</sup> *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 14/05/1906. Página 04.

# CONCURSO DAS CRIANÇAS

## HISTÓRIAS

Mariçota viveira, no dia de seus anos, de presente, um belo carneiro, grande, miúdo e sedoso que fazia gosto.

Era muito manso e isso desagustava a sua dona, uma linda menina de 9 anos, meio mástua e que vivia a ensinar o bichinho a dar marradas.

Certo, mas aprendeu. No fim de algum tempo, era o divertimento da Mariçota: ver o carneiro marcar a torlo e a direita.

As vítimas não gostavam, mas a menina ria-se a perder, achando uma graça lindíssima naquella malícia.

Afinal, um dia o bicho estava meio neurastênico nesse tempo também os carneiros sofriam dessa moléstia e quando a dona veio incutir-lhe as regras, ella insistiu e o animal escontou-se resolutamente a parede, rogando-se.

A menina, que não gostava de ser contrariada, fustigou-o com uma vara... Quem a mandou?!... O bichinho, trado, deu-lhe tão forte marrada que a Mariçota cabiu de pernas para o ar... E desde então a linda menina não achou mais graça alguma nas marradas do carneiro.

## QUADRAS

Acceita minhas saudades,  
Já que lá não posso ir;  
Estando de ti ausente  
Não posso brincar nem ir.

**As nossas festas**  
Tara-tá-tchim! tara-tá-tchim! tara-tá-tchim! hummm!  
Toca o hymno, criança. As nossas festas vão sobrepujar o mundo infantil.

Temas lúdicos e a inteligência, arranjada de lá as coisas mais novas e mais modernas do mundo. A criança vai divertir-se e aprender.

A festa de domingo, o *parade-party* que estamos preparando no Pavão Publico, assembléa de certo tudo quanto for criança. No domingo, pela manhã, da remota e programada tarde. Mas, para afeitar serviço, adiantamos também alguma coisa do programa.

Por exemplo, a linda menina Maria Magdalena da Cunha irá tocar umas bellas coisas ao piano, entre ellas um trecho do *Guaraní*; o intelligente menino José Francisco de Freitas executará também ao piano as seguintes peças de sua composição: *Brasil*, valsa dedicada ao Prefeiro do Distrito Federal, *Polka Paranaense*, valsa *Treze de Setembro* e mais uma porção de outras se houver tempo.

Sabemos de alguns meninos que irão cantar umas canções.

E, fóra as outras coisas. Essas outras coisas são surpresas.

Uma das surpresas *Fafazineira* está com vontade de dizer. E diz. A surpresa é...

## 15º concurso

### CONDIÇÕES

As soluções devem ser enviadas até sábado, ao meio-dia, sem falta, não entrando no sorteio as que chegarem depois. Toda solução deve trazer colado, no alto do papel em que vier, o cupom publicado.

Nenhum outro retalho de papel impresso deve acompanhar as soluções.

Cada cupom só dá direito a uma assinatura.

Toda assinatura deve vir precedida da palavra—menino ou menina, conforme o sexo do concorrente. O envelope em que forem encerradas as soluções deve trazer, bem claramente escritos, estes dizeres: ~Concurso da Gazeta de Notícias—Ao Fafazinho, amigo das crianças.

### CUPOM

## GAZETA DE NOTÍCIAS

### CONCURSO DAS CRIANÇAS

15º CONCURSO  
25 de maio de 1906

#### 1º PROBLEMA

## URLEACIBP

Farmer com as letras acima uma coisa que o Brasil tem ha 17 annos.

#### 2º PROBLEMA

Qual é a palavra que com um N no fim é crime e sem o N é uma floresta?

#### 3º PROBLEMA (facultativo)

#### Num logue

Amar e ser amado, é que enlaza?  
Nas aser, sendo amado, é triste horror.  
Mas ha em vida sem nada, mais aser?  
—E' amar alguma que nos não tenta amar?

Dizer quem é o surto da quadra acima.

#### Os premios

Já demas a descrever minuciosamente os premios. Bão d'assimilou outra vez, resumida, para que a petizada veja o quanto sinceramente nos esforçamos para lhes ser agradavel, já augmentado o numero de premios, já tendo o maximo escripto na cartilha, de modo a satisfizer a mais exigencia das amações infantis.

São bellissimos estes 24 premios com que brindamos as nossas amiguinhas. Eis a lista.

#### Fenotinos

1º premio.—Um fogão espedrado que serve perfeitamente para uma grande casa de pensão... de honra.

2º premio.—Um banheiro, grande e espedrado, proprio para as mais requintadas exortorias do mundo.

3º premio.—Um bonaceo, com os seus luxuosos ornamentos.

que é capaz de vencer distancias enormes.

4º premio: **Uma porco**.—Maravilhoso, que anda, gruda e faz fezes nos trevos bacorinhos que lhe estão em frente.

7º premio: **Um pathaço**.—Sobre um carrinho e que, com os pés e com as mãos, toca piano.

8º premio: **Um navio autossustentado**.—Com velas e tudo e que anda lido em terr aquilo no mar.

9º premio: **Pyramide alfabética**.—Um jogo mag-abaco, muito interessante, capaz de distribuir uma criança durante um dia inteiro.

10º premio: **Bomba mecânica**.—Com o competente bonteiro e dando agua authentica.

11º premio: **As ultimas maravilhas da sciencia**.—Com muitas figuras e estimando coisas surprehensíveis.

12º premio: **Essententi**.—Outro livro com lindas figuras que deliciarão o leitor contemplado pela sorte.

#### AS SOLUÇÕES

Nem no Correio Geral nem em parte alguma ha quem receba tantas cartas quantas as que diariamente nos passam pelas mãos.

A caixa postada à porta da redacção da nossa *Gazeta de Notícias*, precisa ser expedita de dez em dez minutos, porque a criança que apresenta os nossos concursos não se cansa de enchê-la em poucos minutos.

E' uma coisa colossal e incrível. Se mesmo quem está aqui e a noite, terminado o nosso serviço, é que vê o grande volume da correspondência de Fafazinho e pôde avaliar o que isto é.

E quando isso não bastasse, era ao ir contado com bastante paciencia os nomes que dia a dia insinuam no lista.

Em concursos dessa natureza não ha exemplo de um successo destes, de um exito phenomenoal que assombrar os rivais e allestir a espinha em que somos tidos, como premio justo ao nosso consciencioso trabalho.

Vejam lá os que nos chegaram hontem: M-estas:

- 258, Gerson Figueiredo Neves; 259, Iva Brito; 260, Irla da Silva; 261, Artharina Silva; 262, Edwiges Nogueira Machado; 263, Olga Maia; 264, Maria da Glória Rocha; 265, Glória Rocha; 266, Judith Pereira das Neves; 267, Cláudia de Viana Figueiredo; 268, Esth. e Barreto; 269, Dulce de Souza; 270, Maria da Glória M. Moreira; 271, Maria da Glória Guerra; 272, Maria Amélia Vaz Lemos; 273, Olga Barros; 274, Zalmira Vas Leão; 275, Ecolinda Rodrigues; 276, Nina Freitas; 277, Angélica C. G.; 278, Maria Lourdes G.; 279, Antonieta de Figueiredo Neves; 280, Amerinda Nunes Martins; 281, Fafazinha Cunha; 282, Sullana Cunha; 283, Glicerinda Dias; 284, Yolanda Dias; 285, Julieta

- Correia Dias; 354, Iracema P. Werneck; 360, Coralia Ferreira; 366, Lydia S. Souza; 367, Jacary Fernandes da Silva; 368, Judith Lindberg (Cabo Frio); 369, Arary do Nascimento; 370, Eulima Maria do Nascimento; 371, Hilda Caldas; 372, Maricóthia Pires; 373, Aida Brasil; 374, Herculia Correa Sarandy; 375, Rita Silveira de Azevedo Silva; 376, Hilda Bles da Cruz; 377, Dália Douglas; 378, Dagmar Cordeiro; 379, Genay Calazans; 380, Nominia Calazans; 381, Hilda Calazans; 382, Nelia R. Prado; 383, Olga Guimarães; 384, Helioha Marizotti; 385, Lucia Lassance; 386, Sylvia Lassance; 387, Anna Maria Freitas (Barra Mansa); 388, Alayde C. Ribeiro; 389, Lenita Pezogo; 390, Colina Pezogo; 391, Iza Martins; 392, Izaura Martins; 393, Zolmira Pacheco; 394, Stella Martins; 395, Alayde Martins; 396, Edith Alcantara; 397, Tharcilla Gonzaga; 398, Odete Martins; 399, Maria do Amparo; 400, Julia Corredoi; 401, Maria Xavier; 402, Frederica Roque; 403, Maria Marques; 404, Lucia Marques; 405, Maria Rita Marques; 406, Leney Marques; 407, Alagani Marques; 408, Maria Amélia d'Ávila; 409, Hilda Marques; 410, Artil Pegado Georgetti; 411, Ailina Ferreira; 412, Julia Marques; 413, Odete C. Ribeiro; 414, Stella C. Ribeiro; 415, Yolanda C. Ribeiro; 416, Carmen Freire d'Ávila; 417, Wanda da Alfoveca; 418, Iracema Silva; 419, D-janira Silva; 420, Inolina Pinto de Magalhães; 421, Laudelina de Barros Mathias; 422, Iracema A. Ribeiro; 423, Irene Pinheiro; 424, Sophia Silva; 425, Alice Lima; 426, Amélia Correia; 427, Bely Saavedra; 428, Maria Penolatre Araujo; 429, Geórgias Maria da Silva; 430, Dohyl Parente Gomes da Silva; 431, Thydia Parente Gomes da Silva; 432, M. C. de Alvaranga; 433, Annetta Maia; 434, Alice Carvalho d'Ávila; 435, Alva d'Ávila Martins Costa; 436, Carlota Assumpção Paiva; 437, Bertha Machado; 438, Herculia Machado; 439, Chisora de Lanza; 440, Thya Barschky; 441, Feliza Gantimira; 442, Ernestina Werneck; 443, Maria d'Almeida Werneck; 444, Sarmalista Leite; 445, Edith Reis; 446, Heloisa Cesar Moreira; 447, Euzerelda Gomes da Silva; 448, Rosina Gonçalves dos Santos; 449, Dorralina Vieira da Silva; 449, Serelina Pereira Lopes; 450, Maria Olímpia; 451, Violeta Leão; 452, Ziroca; 453, Juánila Cunha; 454, Yara; 455, Elza; 456, Estelinda de Carvalho; 457, Zeira Malheiro; 458, Hilda Moreira; 459, Maria Emilia Pereira Goulhaço; 460, Generosa Maria de Conceição; 461, Albertina Guimarães; 462, Margarida Coutinho; 463, Antônia Pereira Goulhaço; 464, Leopoldina Fernandes; 465, Edith Silva Monteiro; 466, Dulce de Almeida Werneck; 467, Naír Figueiredo Neves; 468, Dulce Figueiredo Neves; 469, Cecília Malagalli de Souza; 469, Iva Costa; 469, Naír Leal da Costa; 470, Odete Costa; 471, Izaura Thompson;

Figura 4: Concurso das Crianças na seção Gazeta das Crianças  
Fonte: *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 25/05/1906. Página 4.

## 15º Concurso CONDIÇÕES

As soluções devem ser enviadas até sábado, ao meio-dia, sem falta, não entrando no sorteio as que chegarem depois.

Toda solução deve trazer, colado, no alto do papel em que vier, o cupom publicado.

Nenhum outro retalho de papel impresso deve acompanhar as soluções.

Cada cupom só dá direito a uma assinatura.

Toda assinatura deve vir precedida da palavra—menino ou menina, conforme o sexo do concorrente. O envelope em que forem encerradas as soluções devem trazer, bem claramente escritos, estes dizeres: ~Concurso da Gazeta de Notícias— Ao Fafazinho, amigo das crianças.

### CUPOM

## GAZETA DE NOTÍCIAS CONCURSO DAS CRIANÇAS

15º CONCURSO  
25 de maio de 1906

1º PROBLEMA  
URLEACIBP

Formar com as letras acima uma coisa que o Brasil tem há 17 anos.

2º PROBLEMA

Qual é a palavra que com um R no fim é crime e sem R é uma floresta?

3º PROBLEMA (facultativo)

**Num leque**

*Amar e ser amado, ó que ventura!  
Não amar, sendo amado, é triste horror.  
Mas há na vida uma noite mais escura:  
— É amar alguém que não nos tenha amor!  
Dizer quem é o autor da quadra acima*

**Os prêmios**

Já demos a descrição minuciosa dos prêmios. Hoje damo-a outra vez, resumida, para que a petizada veja o quanto sinceramente nos esforçamos para lhes ser agradável, já aumentando o número de prêmios, já tendo o máximo escrúpulo na escolha, de modo a satisfazer a mais exigente das ambições infantis.

São belíssimos estes 24 prêmios, com que brindamos os nossos amiguinhos.

(...)

**AS SOLUÇÕES**

Nem no Correio Geral e nem em parte alguma há quem receba tantas cartas quantas as que diariamente nos passam pelas mãos.

A caixa postada à porta da redação da mamã, a Gazeta de Notícias, precisa ser esgotada de dez em dez minutos, porque a criançada que aprecia os nossos concursos não se cansa de enchê-la em poucos minutos.

É uma coisa colossal e incrível.

Só mesmo quem está aqui à noite, terminado o nosso serviço, é que vê o grande volume de correspondência de Fafazinho e pode avaliar o que isto é.

E quando isso não bastasse, era só ir contando com bastante paciência os nomes que dia a dia incluímos na lista.

Em concursos dessa natureza não há exemplos de um sucesso destes, de um êxito fenomenal que assombra os rivais e atesta a estima em que somos lidos, como prêmio justo ao nosso consciencioso trabalho.

Vejam lá os que chegaram ontem:

(...)

Tais eventos renderam a Viriato Corrêa contato muito próximo com as crianças, culminando com a exaltação da sua figura e o seu carisma. Como “Fafazinho”, organizava e coordenava as ações junto ao público infantil, formulava os desafios a serem respondidos e escrevia e escolhia os contos a serem publicados na coluna durante a semana. Estes contos costumavam ter crianças como protagonistas em situações cotidianas e, além de incentivarem a leitura, carregavam conteúdo moral. Aliados aos jogos e charadas, que tratavam de conhecimentos históricos e geográficos, Viriato Corrêa recomendava que os pais não influíssem



nas respostas das crianças, de modo a valorizar o esforço individual e as trocas entre os pequenos leitores na busca pelas soluções (*Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 25/05/1906. Página 4).



Figura 5: Conto publicado na seção Gazeta das Crianças  
Fonte: *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 25/05/1906. Página 4.

#### Um bom atirador

O Casusa estava ultimamente com duas manias. Ora tocava tambor, zabumbando impiedosamente os ouvidos de todos a começar pelos do pai, ora atirava ao alvo, com um arco e setas, que comprara. Não escolhia lugar. Pendurava os alvos em qualquer parte e começava a atirar.

O pai teve então uma ideia para corrigi-lo: arrumou o tambor, pôs diante dele o alvo, tapando o instrumento, e no sofá fronteiro colocou o arco e as setas.

Quando o Casusa entrou na sala, não teve dúvidas: pegou no arco e — zás! zás! zás! — foi crivando o alvo com bem lançadas setas.

Mas quando foi ver de perto o que fizera, rompeu em prantos, porque o tambor estava inteiramente furado. Acudiu a mãe e ainda lhe passou umas chineladas porque as setas haviam rasgado o sofá.

O pai, que achara perfeitamente justa a correção, prometeu-lhe então que lhe daria novos brinquedos: mas não seriam, nem tão barulhentos como o tambor, nem tão perigosos como as setas...

Viriato Corrêa foi também colaborador do *Correio da Manhã*, um jornal diário e matutino com sede no Rio de Janeiro fundado em 15 de junho de 1901 por Edmundo Bittencourt, jornalista que trabalhou no jornal *A Reforma*. Sediado em Porto Alegre/RS e alinhado aos partidários da Revolução Federalista (1893-1894) dos primeiros anos da República, tal característica influenciou a linha participante e combativa adotada pela publicação que Bittencourt fundaria anos mais tarde. Autodeclarando-se “defensor da causa da justiça, da lavoura e do comércio, isto é, do direito do povo, de seu bem-estar e de suas liberdades”, o *Correio da Manhã* destacava-se pela aproximação com as camadas menos favorecidas da sociedade — levantando pautas como campanhas o combate contra o aumento no preço das passagens dos bondes e denunciando funcionários públicos que extorquiam dinheiro de comerciantes — e contava com colaboradores das mais diversas tendências, como o monarquista Afonso Celso e o simpatizante do florianismo Medeiros e Albuquerque<sup>9</sup>.

No *Correio da Manhã*, Viriato Correia fez amizade com Osmundo Pimentel, constituindo com ele sociedade para publicação da revista infantil *Fafazinho*, empreitada que agradou ao jornalista Edmundo Bittencourt, proprietário do *Correio*. No entanto, Bittencourt nunca compareceu com o auxílio financeiro prometido e a publicação teve apenas dois anos de vida precária (PINTO, 1966, p. 61).

Apesar deste insucesso na busca por voos altos, o personagem Fafazinho teve o mérito de ser a primeira incursão do escritor na escrita para o público infantil. O comando da “Gazeta das Crianças” fez Corrêa se aproximar dos pequenos leitores com a nascente missão de desempenhar o papel de mediador entre o conhecimento histórico e as crianças.

Esta grande receptividade junto ao público infantil que Viriato Corrêa obteve por meio da experiência com a “Gazeta das Crianças” fez com que em 1908 publicasse o livro de fábulas *Era uma vez...* em parceria com João do Rio<sup>10</sup>, tendo o sucesso do Fafazinho contribuído para o seu reconhecimento junto às crianças, aos seus pais e à intelectualidade, de que já fazia parte com profícua atuação.

<sup>9</sup> <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>. Consultado em 15/03/2022.

<sup>10</sup> João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto (1881-1921) foi jornalista, cronista, contista e teatrólogo. Era conhecido apenas como Paulo Barreto ou pelo pseudônimo João do Rio e se notabilizou como o maior jornalista de seu tempo e o criador da crônica social moderna. Alcançou enorme popularidade nos veículos de imprensa em que trabalhou e foi o segundo membro ocupante da cadeira de n.º 26 da Academia Brasileira de Letras. (Fonte: <https://www.academia.org.br/academicos/paulo-barreto-pseudonimo-joao-do-rio>)

Sobre a publicação de *Era uma vez...*, Pinto (1966) conta que naquele ano o escritor gostaria de visitar o Maranhão para rever a terra natal e a família, mas não dispunha de recursos para custear as passagens. Em conversa com João do Rio, surgiu a ideia de escrever um livro para crianças. Para Corrêa não seria tarefa difícil, pela sua experiência junto ao público infantil na “Gazeta das Crianças” e Barreto, na pior das hipóteses, emprestaria a sua imagem de jornalista prestigiado, o que garantiria vendagem ao livro. Como nenhum dos dois tinha dinheiro suficiente para a publicação, seus direitos autorais foram vendidos para a Livraria Francisco Alves por três mil réis, rateados igualmente entre ambos, embora o maranhense tivesse escrito muito mais do que seu parceiro.

À época com uma posição consolidada no mercado editorial tendo incorporado empresas concorrentes, a Livraria Francisco Alves iniciou suas atividades em 1854 sob o nome de Livraria Clássica. A editora foi fundada pelo imigrante português Nicoláo António Alves e começou atendendo ao mercado escolar, expandindo sua atuação com as mudanças socioeconômicas advindas dos investimentos estatais em transportes e comunicações e do crescimento das camadas médias da sociedade, desenvolvendo o mercado interno. Nesse sentido, tanto o desenvolvimento de uma imprensa combativa quanto a criação de novas instituições escolares exigiam maior empenho empresarial, do qual Francisco Alves soube se utilizar para expandir os negócios do tio. Tendo vivido no Brasil entre 1863 e 1866 e trabalhado na Livraria Clássica, regressou em 1876 desta vez como sócio para se estabelecer definitivamente. Foi após a abertura bem-sucedida da filial em São Paulo e na ocasião de acordos para incorporação de outras livrarias por parte da Livraria Francisco Alves<sup>11</sup> que Corrêa e Barreto procuraram a editora para a publicação de *Era uma vez...*

---

<sup>11</sup> BRAGANÇA, Aníbal. “Francisco Alves, uma editora sesquicentenária (1854-2004)”. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/61925657035303926383058401496669315635.pdf>. Consultado em: 29/05/2022.





Figura 6: Livraria Francisco Alves, localizada na Rua do Ouvidor, Rio de Janeiro.

Fonte: Acervo/ABL

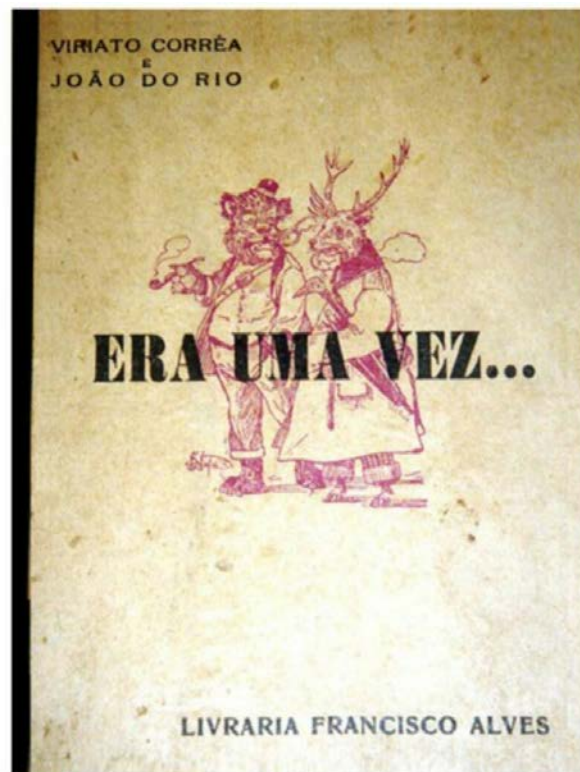


Figura 7: *Era uma vez...* — capa. Primeiro livro infantil de Viriato Corrêa, em parceria com João do Rio  
Fonte: CORRÊA, DO RIO, 1908.

João do Rio estava inserido, assim como Viriato Corrêa, na rede de sociabilidade<sup>12</sup> da chamada “República das Letras”, constituída por um grupo de intelectuais, escritores e jornalistas que circulavam nos cafés, salões e livrarias da então capital da República, no período que ficou conhecido como a *Belle Époque* brasileira (SEVCENKO, 2003). Um dos aspectos marcantes da sociabilidade da República das Letras era a realização de conferências semanais, em que intelectuais proferiam palestras sobre os mais diferentes assuntos. Entre eles, destacavam-se nomes como Coelho Neto<sup>13</sup>, integrante do grupo político republicano abolicionista eleito, em 1928, Príncipe dos Prosadores Brasileiros, num concurso realizado pelo jornal *O Malho*; Olavo Bilac<sup>14</sup>, participante ativo da política de campanhas cívicas eleito o “Príncipe dos Poetas Brasileiros”, em concurso da revista *Fon-Fon* em 1913; Alberto de Oliveira<sup>15</sup>, um dos grandes cultores do soneto em língua portuguesa e em cuja residência, em Niterói, reuniam-se os mais ilustres escritores brasileiros para conversar sobre arte e literatura e recitar poemas; Alcindo Guanabara<sup>16</sup>, que se notabilizou como articulista em prol da Abolição, sendo aos 22 anos um destacado jornalista brasileiro.

Ao mesmo tempo em que ampliava a sua rede de sociabilidade por meio da carreira jornalística, Viriato Corrêa iniciou a publicação de suas obras literárias, com narrativas

---

<sup>12</sup> Segundo o Sirinelli (2003, p. 249), o meio intelectual consiste em um “pequeno mundo estreito”, organizado em torno de sensibilidades ideológicas ou culturais afins, responsáveis por forjar relações de amizade, fidelidade, influências e ainda de conflitos e exclusões entre os intelectuais que o integram.

<sup>13</sup> Henrique Maximiano Coelho Neto (1864-1934) foi romancista, crítico e teatrólogo. A partir de 1890 exerceu cargos políticos no Estado do Rio de Janeiro, foi professor de Literatura e História e eleito deputado federal em 1909. Publicou obras em praticamente todos os gêneros literários e foi o escritor mais lido do país por muitos anos, o que não o isentou de críticas pelas gerações seguintes de escritores. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras, ocupante da cadeira n.º 2. (Fonte: <https://www.academia.org.br/academicos/coelho-neto>).

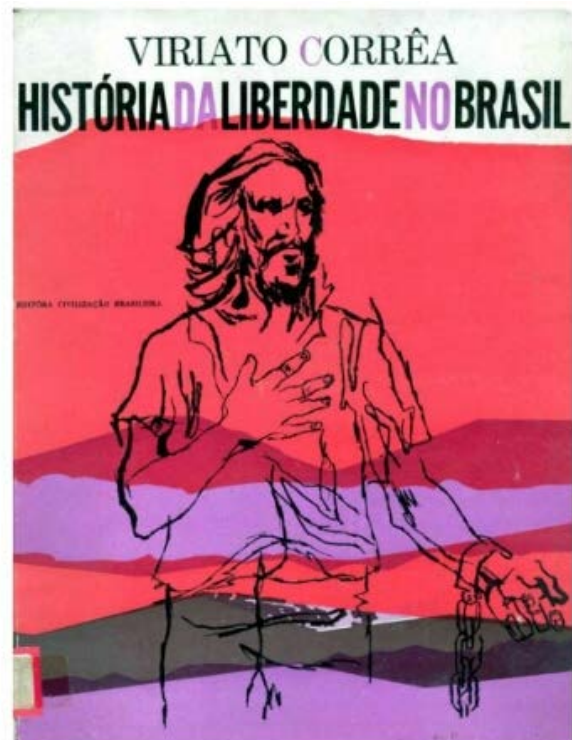
<sup>14</sup> Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac (1865-1918) foi jornalista, poeta e inspetor de ensino. Fundou jornais de curta existência, substituiu Machado de Assis na seção “A Semana” da *Gazeta de Notícias* e exerceu cargos políticos. Com Alberto de Oliveira e Raimundo Correia formou a tríade da poesia parnasiana brasileira, seus sonetos eram declamados em saraus e salões literários comuns à época. Também escreveu contos e crônicas. É o autor da letra do Hino à Bandeira e foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras, ocupante da cadeira n.º 15. (Fonte: <https://www.academia.org.br/academicos/olavo-bilac>)

<sup>15</sup> Antônio Mariano Alberto de Oliveira (1857-1937) foi farmacêutico, professor e poeta. No período em que cursou Faculdade de Medicina conheceu Olavo Bilac, com quem estabeleceu relações pessoais e literárias. Entre 1892 e 1898, foi oficial de gabinete do presidente do Estado, exerceu o cargo de diretor geral da Instrução Pública do Rio de Janeiro. No Distrito Federal, foi professor da Escola Normal e da Escola Dramática. Com Raimundo Correia e Olavo Bilac, constituiu a trindade parnasiana no Brasil. Durante toda a carreira literária, colaborou também em jornais cariocas. Doou a sua grande biblioteca para a Academia Brasileira de Letras. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras, ocupante da cadeira n.º 8. (Fonte: <https://www.academia.org.br/academicos/alberto-de-oliveira>)

<sup>16</sup> Alcindo Guanabara (1865-1918) foi jornalista e político. Foi colunista da *Gazeta da Tarde*. Após a Proclamação da República, foi eleito para a Constituinte e teve destaque em mandatos na Câmara dos Deputados, ora na situação ora na oposição, ao mesmo tempo em que se dedicava ao jornalismo. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras, ocupante da cadeira n.º 19. (Fonte: <https://www.academia.org.br/academicos/alcindo-guanabara>)

sertanejas, civis e patrióticas, principalmente se dirigindo às crianças. Tal atuação deixa transparecer seu papel como mediador cultural (GOMES, 2018), na medida em que deixava mais inteligíveis narrativas históricas abordadas de modo complexo nos livros didáticos, divulgando e enaltecendo a imagem do sertanejo. Com efeito, desde os festejos do Centenário da Independência em 1922, vinham sendo produzidos textos históricos destinados a um amplo público de leitores beneficiando-se da montante nacionalista do Estado Novo<sup>17</sup>. Nesse movimento, atuavam historiadores de ofício e também literatos e teatrólogos que, como intelectuais mediadores, faziam com que a escrita da história chegasse a um grande público e, assim, integrasse uma cultura histórica no Brasil do século XX (GOMES, 2018, p. 52).

Os maiores êxitos de Viriato Corrêa como escritor aconteceram justamente por meio de obras histórico-patrióticas dirigidas ao público infantil: *Contos da História do Brasil* (1921), *História do Brasil para Crianças* (1934) e *História da Liberdade no Brasil* (1962).



<sup>17</sup> Nome com que é tradicionalmente designado na historiografia brasileira o período ditatorial que, sob a égide de Getúlio Vargas, teve início com o golpe de estado de 10 de novembro de 1937 e se estendeu até a deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945. Considerado por alguns um parêntese ditatorial, provocado por causas conjunturais internas e externas e por outros o resultado do prevalecimento da vertente autoritária contida na própria Revolução de 1930, tendência estrutural nos países de capitalismo retardatário e dependente. (<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-novo>) Consultado em 16/03/2022.



Figura 8: *Contos da História do Brasil* — capa  
 Fonte: CORRÊA, 1921.

Figura 9: *História da Liberdade no Brasil* — capa  
 Fonte: CORRÊA, 1962.



Figura 10: *História do Brasil para crianças* — capa e contracapa  
 Fonte: CORRÊA, 11 ed., 1944.

A inclinação ao tema foi percebida também por sua atuação como professor de História e Geografia em escolas públicas normais do Rio de Janeiro, em passagens notadas por Pinto (1966) e pela imprensa da época. Segundo o biógrafo do escritor, ocorreu que a Revolução de 1930, chamado por Hercules Pinto de Movimento de Outubro, além de tê-lo feito perder o mandato de deputado federal como representante do Maranhão<sup>18</sup>, também lhe custou o cargo de regente de turma na Escola Normal onde exercia o magistério. O prefeito Pedro Ernesto prometeu reintegrar os professores demitidos pela Administração anterior, desde que os interessados o requeressem. Mesmo não requerendo formalmente, Pedro Ernesto o readmitiu, enviando-o para a Escola

<sup>18</sup> Viriato Corrêa era amigo pessoal do Presidente Washington Luís e contrário ao movimento revolucionário que pôs fim à República Velha (1889-1930).

Normal Bento Ribeiro<sup>19</sup>. Nesta instituição, a diretora, d. Mariliza, solicitou que Corrêa proferisse uma conferência, ao que o tema escolhido pelo escritor fora “tenentes mandando atrevidamente no governador”, à semelhança do ambiente político da época. Notaram a malícia tanto os que assistiam à fala, ovacionando o conferencista, quanto a diretora, que orientada por Celso Kelly<sup>20</sup>, levou o fato ao conhecimento de Pedro Ernesto. O prefeito, então, decidiu demitir Viriato Corrêa imediatamente (PINTO, 1966, p. 186).

Anísio Teixeira<sup>21</sup>, diretor da Instrução Pública, soube do ocorrido pelo escritor e prometeu readmiti-lo caso o requeresse, o que mais uma vez o maranhense não o fez, por considerar humilhante pedir o que no seu entender seria um favor:

E foi criado o impasse, para desassossego de seus amigos. As autoridades querendo que ele requeresse, os amigos achando que ele deveria fazê-lo e ele não vendo nada a requerer. Só via a injustiça que lhe fizeram e o dever moral em que estavam de lhe fazerem justiça. Nada mais. (PINTO, 1966, p. 187)

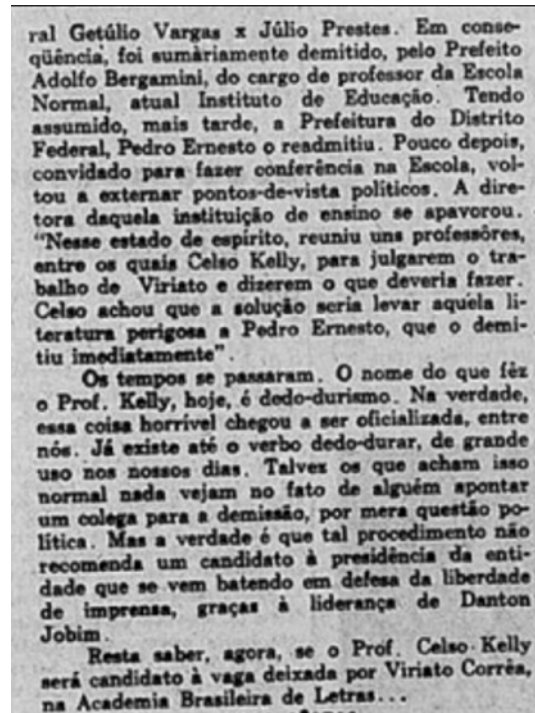
Como Pedro Ernesto tentava ser eleito governador da cidade do Rio de Janeiro sem inimigos políticos, Viriato Corrêa foi devidamente reconduzido à Escola Normal Bento Ribeiro, de onde, por não suportar a convivência com d. Mariliza, transferiu-se para a Escola Normal Orsina da Fonseca, no bairro da Tijuca. Anos depois, foi para a Escola Dramática, permanecendo até encerrar a sua trajetória docente (PINTO, 1966, p. 187). O episódio foi lembrado pela imprensa após a morte de Viriato Corrêa, em artigo de opinião sobre a candidatura de Celso Kelly à presidência da Associação Brasileira de Imprensa (ABI):

---

<sup>19</sup> Atualmente a instituição abriga a Escola Municipal Bento Ribeiro, na Rua Cônego Tobias, no bairro do Méier, localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro.

<sup>20</sup> O niteroiense Celso Otavio do Prado Kelly (1906-1979) foi advogado, crítico teatral e educador. Formado em Direito na Universidade Federal Fluminense (UFF), escreveu a biografia do pintor Cândido Portinari, seu amigo, e colaborou para o jornal *A noite* por décadas. Após sua morte, foi homenageado com o nome de Biblioteca Pública Estadual próxima à Estação Ferroviária Central do Brasil. (<https://www.museudatv.com.br/biografia/celso-kelly/>)

<sup>21</sup> O baiano de Caetité Anísio Spínola Teixeira (1900-1971) foi jurista, intelectual, escritor e educador. Teve atuação destacada na educação brasileira, como um dos principais nomes ligados ao movimento da Escola Nova e por ter implementado a reforma da educação no Distrito Federal, no período de 1931 a 1935.



Figuras 11 e 12

Fonte: *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. 18/04/1967. Página 15.

**Telhado de vidro**  
**Nestor de Holanda**  
**Eleições na ABI**

O Prof. Celso Kelly vem trabalhando com afincio para conquistar a presidência da Associação Brasileira de Imprensa, além do seu sonho de ingressar na Academia Brasileira de Letras, aonde foi derrotado por José Américo. Tanto que, no ano passado, ele e seu grupo conseguiram eleger um terço do Conselho Administrativo da ABI.

Querem, por conseguinte, derrubar o jornalista — realmente jornalista, observem bem — Danton Jobim. Porque a verdade é que este velho companheiro tem dado trabalho a muito fariseu. Tem sido incansável na luta contra as rólhas que ameaçam a imprensa, desde que se implantou, no Brasil, uma democracia repleta de regulamentos disciplinares. E isso incomoda...

A propósito, vale a pena chamar a atenção para fato narrado na biografia Viriato Corrêa, de G. Hércules Pinto, saída em 1966 (pág. 186) — fato, aliás, que, até o presente momento, que se saiba, não sofreu qualquer contestação. O escritor recentemente falecido assumira extremada posição política por ocasião da campanha eleitoral Getúlio Vargas x Julio Prestes. Em consequência foi sumariamente demitido, pelo Prefeito Adolfo Bergamini, do cargo de professor de Escola Normal, atual Instituto de Educação. Tendo assumido, mais tarde, a Prefeitura do Distrito Federal, Pedro Ernesto o readmitiu. Pouco depois, convidado a fazer conferência na Escola, voltou a externar pontos de vista políticos. A diretora daquela instituição de ensino se apavorou. "Nesse estado de espírito, reuniu uns professores, entre os quais Celso Kelly, para julgarem o trabalho de



Viriato e disserem o que deveria fazer. Celso achou que a solução seria levar aquela literatura perigosa a Pedro Ernesto, que o demitiu imediatamente”.

Os tempos se passaram. O nome do que fez o Prof. Kelly, hoje, é dedo-durismo. Na verdade, essa coisa horrível chegou a ser oficializada, entre nós. Já existe até o verbo dedo-durar, de grande uso nos nossos dias. Talvez os que acham isso normal nada vejam no fato de alguém apontar um colega para demissão, por mera questão política. Mas a verdade é que tal procedimento não recomenda um candidato à presidência da entidade que se vem batendo em defesa da liberdade de imprensa, graças à liderança de Danton Jobim.

Resta saber, agora, se o Prof. Celso Kelly será candidato à vaga deixada por Viriato Corrêa, na Academia Brasileira de Letras...

O seu prestígio, no entanto, vinha mesmo da Literatura para o público infantojuvenil. Foi em 1927, com as publicações das crônicas históricas *Brasil dos meus avós* e *Bahú velho* e do romance histórico *Balaiada*, que Corrêa notou a variedade de temas relacionados à História do Brasil e se transformou em um intelectual divulgador destes fatos, procurando “ensiná-la da maneira mais amena possível” (PINTO, 1966, p. 149).



Figura 13: *O Brasil dos meus avós* — capa  
Fonte: CORRÊA, 1927.



Figura 14: *Bahú velho* — capa  
Fonte: CORRÊA, 1927.

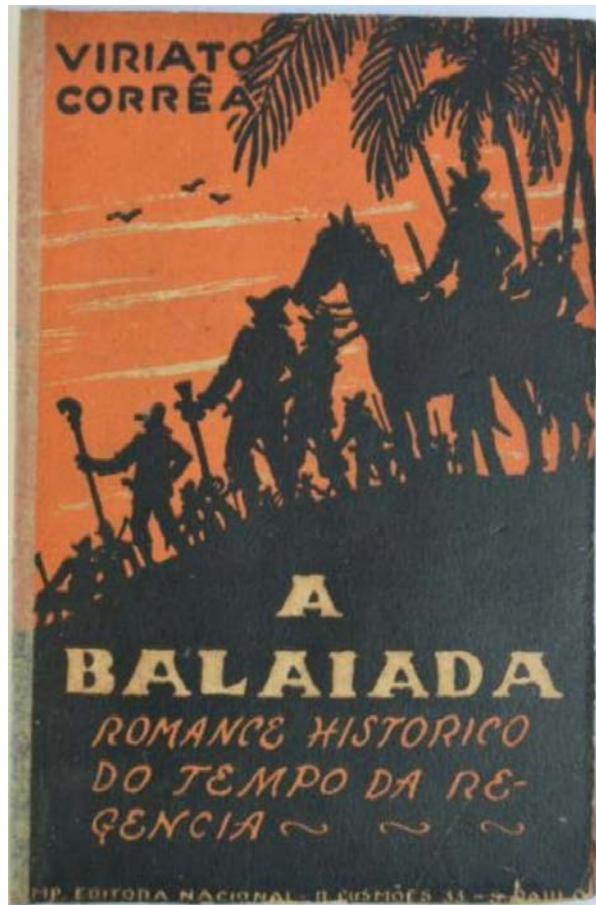


Figura 15: *Balaiada: romance do tempo da regência*  
Fonte: CORRÊA, 1927.

Sirinelli (2003, p. 242) discorre sobre duas acepções para o intelectual: a primeira delas se refere a uma definição ampla e sociocultural, abarcando criadores e mediadores culturais e a segunda categoria de intelectual circunscreve-se à noção de “engajamento na vida da cidade, como ator, testemunha ou consciência”. A trajetória intelectual de Viriato Corrêa aponta para a primeira definição, já que procurava entreter o público ao mesmo tempo em que o tornava consciente do passado histórico do país, e para a segunda definição, uma vez que se elegeu deputado estadual no Maranhão, em 1911, e deputado federal pelo Estado do Maranhão em 1927 e 1930, tendo deixado a política na ocasião da Revolução Constitucionalista<sup>22</sup>.

Em entrevista à pesquisadora Maria do Amparo Borges Ferro, o escritor Josué Montello<sup>23</sup>, amigo de Viriato Corrêa, informa que o maranhense de Pirapemas, graças à sua

<sup>22</sup> <https://www.academia.org.br/academicos/viriato-correia/biografia>

<sup>23</sup> O maranhense de São Luís Josué de Sousa Montello (1917-2006) foi jornalista, professor, teatrólogo e escritor. A partir de 1932 passou a integrar a Sociedade Literária Cenáculo Graça Aranha, na qual se congregaram os escritores



reputação como literato e intelectual, se elegeu deputado estadual em 1911 pela influência do governador Luis Domingues. No entanto, Corrêa e Domingues tiveram desentendimentos que culminaram com o rompimento das boas relações. De acordo com Montello, o primeiro propôs a construção de uma estátua do busto de João Lisboa, expoente da literatura maranhense de uma geração anterior à sua, na principal praça do centro histórico de São Luís. Inaugurado o monumento, a placa com o nome de Viriato Corrêa como proponente foi retirada sem maiores explicações (FERRO, 2010, p. 77).

Irritado, o escritor teria reagido publicando no jornal *A rua* boato de que Domingues comia os animais de um jardim zoológico da capital maranhense, em lugar de preservá-los. Posteriormente, já como deputado federal, Viriato Corrêa teria preparado uma vaia no cais do porto do Rio de Janeiro na ocasião da chegada de Luis Domingues à capital (FERRO, 2010, p. 77).

Bem sucedido também no teatro como autor, diretor e sócio de companhia, Corrêa tratou de temas de veia nacionalista, com suaves mudanças ao longo de sua trajetória como dramaturgo. No início, produziu peças teatrais musicadas como *Sertaneja* (1915), *Sol do Sertão* (1915), e *Juriti* (1919). Nos anos que se seguiram, a partir da década de 1920, passou a escrever as chamadas comédias de costumes, como *Sapequinha* (1920), *Nossa Gente* (1924), *Zuzu* (1924), *Uma noite de Baile* (1926) e *Bombonzinho* (1931). A respeito desta última, o sucesso alcançado na sua representação pela Companhia Procópio Ferreira marcou a sua reinserção nos circuitos culturais, após afastamento forçado da cena intelectual decorrente de sua oposição à Revolução de 1930 (CAVALCANTE, 2012, p. 38).

O teatro dos anos 1930 foi considerado por Viriato Corrêa “de caráter social”, no que Joracy Camargo diverge entendendo que “ele próprio seria um autor de uma dramaturgia de conteúdo social, e a obra teatral de Viriato teria como característica a ingenuidade em detrimento do engajamento político” (CAVALCANTE, 2012, p. 39).

---

do Maranhão de filiação modernista. Até 1936, colaborou nos principais jornais maranhenses. Aos 18 anos, tornou-se membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, quando para este Estado a família se mudou. Após isto, fixou residência no Rio de Janeiro, onde fundou o semanário de Literatura *Dom Casmurro* e colaborou com outras publicações como *Careta* e *O Malho*. Exerceu a função de diretor da Biblioteca Nacional e do Serviço Nacional de Teatro e foi regente, a convite do Itamaraty, da cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade Nacional Mayor de San Marcos, em Lima, no Peru, Universidade de Lisboa e na Universidade de Madri. Ocupou o cargo de conselheiro cultural da Embaixada do Brasil em Paris e foi embaixador do Brasil junto à Unesco. Foi membro da Academia Brasileira de Letras, ocupante da cadeira de n.º 29, presidindo a ABL entre janeiro de 1994 e dezembro de 1995. (<https://www.academia.org.br/academicos/josue-montello/biografia>)

Ao final da década de 1930, a trajetória teatral de Viriato Corrêa contou com peças abordando temas históricos de matiz cívico-patriótica, como *Marquesa de Santos* (1938), *Tiradentes* (1939), *O caçador de esmeraldas* (1940) e *À sombra dos laranjais* (1944). O escritor seguiu a tendência de outros teatrólogos da época, aproveitando o incentivo do governo do Presidente Getúlio Vargas a manifestações culturais que contribuíssem para o projeto de construção de uma “nova” nacionalidade.

Prova do seu prestígio no meio teatral foi o sucesso da estreia da montagem de *A Marquesa de Santos*, no ano de 1938 em São Paulo, ocasião que contou com a presença do escritor em almoço oferecido por intelectuais paulistas, conforme noticiado pelo *Correio Paulistano*:



Figura 16: cartaz de divulgação da peça *A Marquesa de Santos*

Fonte: *Correio Paulistano*. São Paulo. 09/03/1938.

Página 6.

### **Marquesa de Santos**

a notável, empolgante e sensacional comédia histórica que VIRIATO CORRÊA escreveu especialmente para

### **DULCINA E ODILON**

continua HOJE, às 20 e 22 horas

no

### **THEATRO SANT'ANNA**

a sua vitoriosa carreira, esgotando diariamente as lotações.

Sábado — vespéral às 16h, com

### **MARQUESA DE SANTOS**

DULCINA e ODILON por terem assumido um compromisso com a Prefeitura de Poços de Caldas para uma temporada oficial nessa estância, veem-se na contingência de terminarem seus espetáculos no próximo dia 16.

## Os intellectuaes de São Paulo homenagearam o escriptor Viriato Correa

No restaurante da Casa Mappin, realizou-se, hontem, às 12 horas, o almoço que os intellectuaes de S. Paulo offereceram ao brilhante escriptor Viriato Corrêa, pelo grande successo al-

Odilon Azevedo, dr. Alexandre Marcondes Filho, Raul Vanorden Shaw, Machado Florence, e, por fim, o illustre escriptor Viriato Corrêa, agradecendo.

Lessa, Octales Marcondes, Raul de Polillo, Pinlio Cavalcanti, d. Maria da Gloria Capote Valente, Paulo Vanorden Shaw, Rubens do Amaral, Dulcina de Moraes, Creuza Corrêa Junior, Oscar



Aspectos apanhados, hontem, na Casa Mappin, momentos antes do almoço em homenagem ao escriptor Viriato Corrêa

cançado com sua peça "Marqueza de Santos", que está sendo levada à scena no Theatro Sant'Anna, pela Cia. Dulcina de Moraes-Odilon de Azevedo.

O almoço decorreu em um ambiente de grande cordialidade. Falaram os tra.: Corrêa Junior, René de Castro,

A pedido geral, a atriz Dulcina de Moraes, recitou, com o brilho costumeiro, o monologo "7 de Setembro", do 1.º quadro do 2.º acto da "Marqueza de Santos", sendo, ao terminar, vivamente applaudida.

Tomaram parte no almoço: Elza

Jordão, Melchíades Porchat, Miranda Reis, José Soares H. Collomb e senhora, José Farina, Edgard Cavalheiro, Cleómenes Campos, Menotti Del Picchia, René de Castro, Mello Nogueira, Horacio de Andrade, Alexandre Marcondes Filho e Cursino de Moura.

Figura 17: "Os intelectuais de São Paulo homenagearam o escritor Viriato Corrêa"

Fonte: *Correio Paulistano*. São Paulo. 09/03/1938. Página 3.

### Os intelectuais de São Paulo homenagearam o escritor Viriato Corrêa

No restaurante da Casa Mappin, realizou-se, ontem, às 12 horas, o almoço que os intelectuais de S. Paulo ofereceram ao brilhante escritor Viriato Corrêa, pelo grande sucesso alcançado com sua peça "Marquesa de Santos", que está sendo levada à cena no Teatro Sant'Anna, pela Cia. Dulcina de Moraes-Odilon de Azevedo.

O almoço decorreu em ambiente de grande cordialidade. (...)

Não só pela montagem de *A marquesa de Santos* ficou marcado aquele 1938. Para o público infantil, Corrêa publicou *Bichos e bichinhos*, *No país da bicharada* e *Cazuza*, qualificado "romance infantil, espécie de autobiografia" (PINTO, 1966, p. 203). O biógrafo segue afirmando que *Cazuza* era o livro da maior estima do escritor, onde "conta pedaço de sua infância, relembra fatos passados lá em sua pequena Pirapemas, focaliza com ternura determinadas figuras que a idade e o tempo não foram capazes de apagar de sua memória" (PINTO, 1966, p. 203). Destaca

também a fluidez da narração dos episódios, fictícios, mas que poderiam ser vividos visto que são o retrato daquela época naquele espaço. Na época do lançamento, *Cazuza* mereceu destaque no jornal *Vamos ler!*, com a publicação de notas informativas em 1938 e de dois fragmentos em 1941 e 1942:

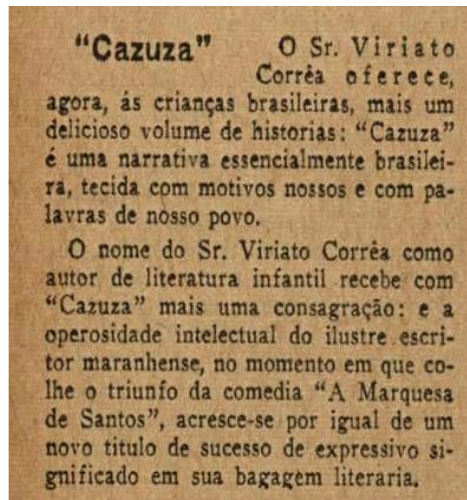


Figura 18: “Cazuza”  
Fonte: *Vamos Lêr!* Rio de Janeiro. 07/07/1938.  
Página 15.



Figura 19: “Livros e autores”  
Fonte: *Diário Carioca*. Rio de Janeiro. 28/04/1938.  
Página 6.

#### “Cazuza”

O Sr. Viriato Corrêa oferece, agora, às crianças brasileiras, mais um delicioso volume de histórias: “Cazuza” é uma narrativa essencialmente brasileira, tecida com motivos nossos e com palavras de nosso povo.

O nome do Sr. Viriato Corrêa como autor de literatura infantil recebe com “Cazuza” mais uma consagração: e a operosidade intelectual do ilustre escritor maranhense, no momento em que colhe o triunfo da comédia “A Marquesa de Santos” acresce-se por igual de um novo título de sucesso de expressivo significado em sua bagagem literária.

#### LIVROS E AUTORES

##### CAZUZA — de Viriato Corrêa

Nos grandes países europeus a literatura para crianças sempre foi a preocupação dos seus maiores vultos nas letras. No Brasil, iniciada por Monteiro Lobato essa literatura dia a dia se avoluma, merecendo cuidados especiais de uma plêiade de grandes escritores,



Viriato Corrêa, entre eles.

O autor de *Histórias Ásperas* é um trabalhador incansável e sua bagagem literária, tanto no conto, na crônica histórica, como no teatro, é enorme. Seus primeiros livros destinados a crianças alcançaram um grande sucesso, principalmente *História do Brasil para crianças*, que já está no seu trigésimo primeiro milheiro.

*Cazuza*, que acaba de ser editado pela Cia. Editora Nacional é um dos belos livros para crianças escritos no Brasil. Viriato apresenta nele admiráveis galerias de crianças, de paisagens e de aspectos da vida do Norte.



Figura 20: “Minha terra, minha casa e minha gente, do livro ‘Cazuza’, de Viriato Corrêa”  
 Fonte: *Vamos Lêr!*. Rio de Janeiro. 06/11/1941. Página 52.



Figura 21: “‘A partida’ de Viriato Corrêa”  
 Fonte: *Vamos Lêr!*. Rio de Janeiro. 08/01/1942. Página 54.

À publicação de *Cazuza*, sucedeu a sua indicação à cadeira de n.º 32 na Academia Brasileira de Letras, ocupada anteriormente por Ramiz Galvão. Viriato Corrêa almejou por muito tempo tornar-se um acadêmico, desejoso de uma vida de escritor mais independente dos editores. Em depoimento ao *Jornal do Brasil*, disse em 1958:

Derrubei esta ‘bastilha’, que era o meu grande sonho – (...) não sei se todos a admiram, mas que todos desejam a Academia não tenho dúvidas. A Academia é uma coisa muito importante. Basta ser acadêmico no Brasil para ter todas as portas abertas. O literato pode não valer nada, mas a Academia vale. (...) A vida lá é muito doce.

Candidatando-se três vezes e amargando derrotas seguidas, finalmente em 1938 o escritor alcançou seu objetivo. Recepcionado na ABL pelo crítico Múcio Leão, no discurso de posse Corrêa lembra os anos de agonia e espera para vestir o fardão dos imortais, que tanto o fascinava:

Posso até gabar-me de ser o mais velho namorado da Academia. Porque, o que eu tive, senhores, através de tantos e tantos anos pela ilustre companhia, outra coisa senão foi senão um verdadeiro namoro (...). Meu namoro com a Academia era de tal maneira escandaloso, que se tornou até um dos pratos mais ricos de zombaria nacional. (...) Na janela dos sonhos mais de dois lustros me debrucei à espera do noivado com a imortalidade (...). Aos meus ouvidos chegaram muitas e muitas vezes rumores de festas esponsalícias que se faziam nesta sala. E eu ficava de cabeça zonga, olho comprido, água na boca, palpitante, suspirando desejando... De onde em onde, queimando pela febre da esperança, eu fazia um penteado novo (um novo livro que atirava ao público), punha pó no rosto e carmim no lábio. Mas o noivado não vinha. (“A estética do fardão”. *Jornal do commercio*. 30/10/1938. Discursos da Academia Brasileira de Letras)



Figura 22: Posse de Viriato Corrêa na ABL (1938)

Fonte: Acervo Centro de Memória da ABL

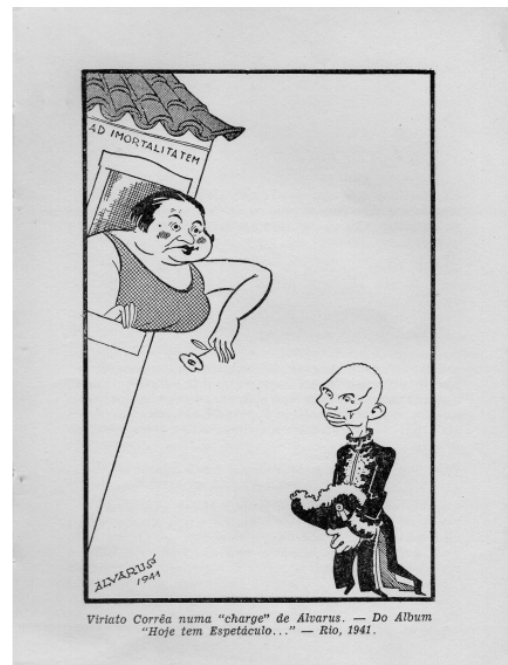


Figura 23: Charge de Alvarus, de 1941  
Viriato Corrêa, o “namoradinho” da ABL

Pois o noivado veio consagrando o primeiro autor de literatura infantojuvenil na Academia<sup>24</sup>. Sobre a persistência de Corrêa por um assento na ABL, Pinto (1966) explica que a morte de Paulo Barreto em 1921 causou grande tristeza ao escritor, já que era um dos seus melhores amigos, desde que ele chegou no Rio de Janeiro como um provinciano desconhecido. Figura brilhante como jornalista e homem de sociedade, a sua morte despertou em Viriato Correia vontade de disputar uma vaga na Academia Brasileira de Letras.

## 1.2 *Cazuza* e a Companhia Editora Nacional

Para *Cazuza*, especificamente, a obra *Coração* foi uma contribuição decisiva. Nele, o italiano Edmundo de Amicis (1846-1908) retrata a vida escolar do pequeno Enrico no período que sucedeu a Unificação da Itália, enfatizando virtudes como abnegação e coragem e valores morais e patrióticos. Alcançando o sucesso de traduções em vinte e cinco idiomas (BASTOS, 2004), no Brasil a tradução mais conhecida é a do escritor João Ribeiro, pela Livraria Francisco Alves, em 1891, ainda que traduções portuguesas já circulassem nas nossas instituições de ensino.

Quando li o *Coração*, de De Amicis, já era homem formado, e achei o livro uma obra-prima, embora contivesse dois graves defeitos para a criança brasileira: era muito triste e fazia amar a Itália – disse-nos o escritor (acadêmico) Viriato Corrêa, evocando a origem de seus livros infantis e da obra didática, que vem publicando ininterruptamente desde 1908 (CORRÊA, 1960)<sup>25</sup>.

Estabelecendo paralelo entre *Cazuza* e *Coração*, a crítica literária Coelho (1981) traz que

Não resta dúvida de que o “modelo” de Amicis lhe serviu de roteiro. Porém no registro da nossa realidade, Viriato Correia foi autêntico. Isto é, soube apreender e expressar o clima brasileiro (bem humorado, brejeiro, tropical...), em lugar do europeu (com seus rigores invernais, sua seriedade retórica...). e principalmente, Viriato Correia soube

<sup>24</sup> O maranhense admitia que a decisão de se dedicar à literatura infantil passou pelo aspecto financeiro: “Foi com a literatura infantil que eu ganhei mais dinheiro. Minha *História do Brasil para crianças* começou a ser vendida por 8 cruzeiros. Hoje, no 150º milheiro, vale 70 cruzeiros.” Outro motivo seria o prestígio de sua obra, já que segundo ele “as crianças prestam mais atenção aos livros a elas dedicados e aos seus autores” que os leitores adultos. Assim, garantiu trânsito livre nas escolas, através de seus livros nas estantes das salas de aula e bibliotecas e de sua presença, ministrando palestras sobre temas diversos e debates sobre sua obra.

<sup>25</sup> Recorte de jornal sem data (Oriá, 2011).

ênfatizar nossa alegre predisposição para viver, que se opõe à patética sentimentalidade (que por vezes resvala para a pieguice) registrada em *Coração*. (COELHO, 1981, p. 85)

Na Europa, além de *Coração*, é preciso lembrar de *Viagem ao redor da França por duas crianças* (1877), inspiração para *Através do Brasil* (1910), de Olavo Bilac e Manoel Bomfim. Outro grande sucesso entre as leituras escolares, a obra de Augustine Fouillé (1833-1923) conta as aventuras de dois irmãos que abandonaram a região francesa da Alsácia ocupada pela Alemanha e no território da França livre restauraram seus laços familiares. Tal narrativa objetivava desenvolver o sentimento de patriotismo através do conhecimento da história e geografia nacionais (LAJOLO, 2000, p. 18).

Elementos da infância escolar de *Coração* e da infância itinerante de *Viagem ao redor da França por duas crianças* se fundiram no protagonista de *Cazuza*, na medida em que na obra italiana os acontecimentos têm como cenário a sua escola e que na obra francesa as crianças passam por diferentes regiões do país, construindo assim seus sentimentos de patriotismo. Tendo a escrita de *Cazuza* levado dez anos para ser concluída e se tornado referência entre os livros de literatura infantil, a sua importância na vida e na obra de Corrêa foi destacada por Múcio Leão: “uma suave autobiografia encerrando a pureza, a poesia idílica da primeira infância do autor não sendo possível lê-la sem sentir nos olhos o calor das lágrimas da emoção e da ternura” (*A tarde*. Rio de Janeiro, 18/01/1960, p. 32).<sup>26</sup>

Atravessando o tempo, o relançamento de *Cazuza*, em 1979, quarenta anos após a primeira publicação, quando Corrêa já era falecido, assim foi tratado em nota no jornal *O Globo*, na seção “Livros”:

Com selo da Companhia Editora Nacional volta às livrarias em 27ª edição (...) talvez o mais lido dos romances infanto-juvenis escrito por autor brasileiro: Viriato Corrêa, um dos mais férteis escritores nacionais. (...) Esse *Cazuza* foi certamente o seu maior êxito: quando morreu, as edições do livro já perfaziam um total de 200 mil exemplares, sendo que a última fora de 20 mil, coisa de embasbacar à época. Uma história cheia de ternura, em que um adulto rememora sua infância em três etapas. Volume de 188 páginas, Cr\$

<sup>26</sup> Em pesquisa sobre a recepção de *Cazuza*, Castanheira (2006) percebeu que o artigo crítico menos recente data de 1944, não havendo portanto dados sobre a recepção da obra à época de sua publicação.



48. Esta edição é paradidática<sup>27</sup> e vem acompanhada de ficha de orientação de leitura e abordagem literária.<sup>28</sup>

No entender de Coelho (1984), *Cazuza* foi “uma das leituras mais queridas das crianças em idade escolar” e sendo

um documento importante (embora recriado pela imaginação) do que eram as relações familiares e sociais no Brasil finessesecular. (...) A linguagem coloquial, estilo dinâmico — bastante diverso do estilo nobre, lusitano ou não, característico dos livros que circulavam como leituras para crianças, *Cazuza* foi um dos que abriram as portas da literatura infantil aos ventos da vida real. (COELHO, 1984, p. 1128)

No mesmo ano, o Centro de Estudos de Literatura Infantil e Juvenil (CELIJU)<sup>29</sup> publicou o documento em homenagem ao autor. Fundado na cidade de São Paulo em 1973 por um grupo de professores, escritores, bibliotecários e editores interessados na literatura para crianças, o Centro de Estudos de Literatura Infantil e Juvenil foi formado com a finalidade principal de promover o estudo e o desenvolvimento deste gênero literário. Em *Centenário de Viriato Corrêa — Viriato Corrêa: Sua obra para a infância e a juventude*, Lúcia Pimentel Góes<sup>30</sup> declara que *Cazuza*, com sua linguagem viva e corrente, capítulos episódicos, ação ágil e identificação entre leitor e personagens, trata-se de usos e costumes da época (CASTANHEIRA, 2006). Ferro (2010,

<sup>27</sup> As classificações atribuídas a *Cazuza* — se obra didática ou literária — serão tratadas no Capítulo 2 desta dissertação. Por ora, cumpre esclarecer que o livro paradidático é obra não dotada de seriação, podendo portanto ser trabalhada sem articulação previamente construída como o livro didático, apresentado como material complementar e independente no mercado editorial (MUNAKATA, 1997, p. 51.)

<sup>28</sup> “*Cazuza* de Viriato Corrêa em 27ª edição”. O Globo. Rio de Janeiro, 23/11/1979. A “Ficha de orientação de leitura e abordagem literária” passou a acompanhar os livros, demonstrando o interesse das editoras em inserir suas obras no lucrativo mercado de livros paradidáticos.

<sup>29</sup> O CELIJU se encarregou de desenvolver atividades como reuniões entre os associados, cursos, palestras e seminários sobre o tema e a produção de um catálogo anual para orientação bibliográfica de professores e pais. Ponto de destaque das atividades do Celiju, os catálogos eram publicados com o auxílio financeiro da Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, apresentando indicação de livros de literatura infantil e recomendação de livros teóricos sobre o gênero. Sabe-se que na década de 1980 foi declarada entidade de utilidade pública em âmbito municipal, estadual e federal e que manteve suas atividades até os anos 1990. (OLIVEIRA, Fernando Rodrigues de. *História do ensino da Literatura Infantil na formação de professores no Estado de São Paulo (1947-2003)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.p. 303-306)

<sup>30</sup> A paulista de Amparo Maria Lúcia Pimentel de Sampaio Góes (1934) é graduada em Música, Direito e Letras, mestre e doutora em Letras (pela USP) e pós-doutora em Comunicação e Semiótica (pela Pontifícia Universidade de São Paulo — PUC). Dedicada à literatura para crianças e jovens, lecionou na USP, onde ingressou em 1987 e tornou-se Professora Titular na área de Literatura Infantil e Juvenil em 1999, tendo produzido textos literários e teóricos. Publicou *Reinações de Michi e Lucita*, o primeiro de seus mais de cem livros para crianças, em 1969, tendo recebido inúmeros prêmios ao longo de sua carreira, entre eles o Prêmio do Instituto Piaget de Lisboa (1996), dois Jabutis (1988 e 1992) e, pelo conjunto de sua obra, o Prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA) em 1991. (<http://lattes.cnpq.br/6598629116084340>)

p. 63) informa que naquele mesmo ano, 1984, a 8ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, o CELIJU organizou uma exposição com as obras de Viriato Corrêa, em reconhecimento da importância e do valor de suas obras.

A seguir, as diferentes capas que a obra teve, ao longo de suas edições.



Figura 24: *Cazuza: memórias de um menino de escola*  
Fonte: CORRÊA, 1938



Figura 25: *Cazuza* – capa adotada da 2ª até a 41ª edição  
Fonte: CORRÊA, 1982



Figura 26: *Cazuza* – capa adotada na 42ª edição  
Fonte: CORRÊA, 2004

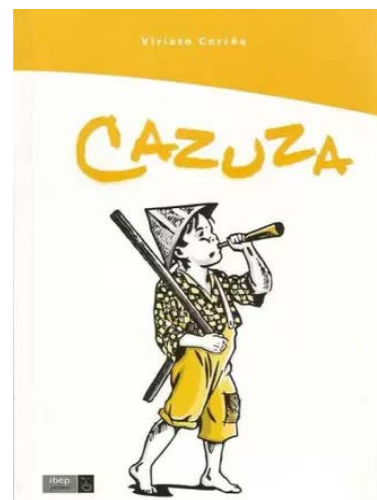


Figura 27: *Cazuza* – capa adotada na 43ª edição  
Fonte: CORRÊA, 2017

Na primeira capa (Figura 24), destaca-se o protagonista com vestimenta apropriada para o ambiente escolar ladeado por rostos de outros personagens infantis com maior relevância no enredo. Na segunda capa (Figura 25), a que mais tempo permaneceu sendo editada, Cazuza surge solitário no meio natural em ilustração que não se encontra no miolo do livro. A terceira e quarta capas (Figuras 26 e 27) coincidem, uma espelhando a outra, mudando a cor da parte superior e dos detalhes das roupas do menino de azul para amarelo, representando-o sozinho em momento de brincadeira. Dado comum a todas as capas é a editora responsável pela publicação, com o nome em destaque na segunda capa (Figura 25).

*Cazuza* foi editado, desde o seu lançamento, pela Companhia Editora Nacional (CEN), selo que ostentou as demais obra de Viriato Corrêa voltadas para o público infantil: *Varinha de condão* (1928), *Arca de Noé* (1930), *A Macacada* (1931), *Os meus bichinhos* (1931), *No reino da bicharada* (1931), *Quando Jesus nasceu* (1931) e *Bichos e bichinhos* (1938). Atualmente a CEN integra a editora Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas (IBEP).

A CEN foi fundada por Monteiro Lobato em 1927, com os fundos editoriais da Monteiro Lobato e Cia., que não resistira às dívidas contraídas e à conjuntura econômica desfavorável dos anos 1920 no Brasil<sup>31</sup>. No entanto, pouco tempo depois de criar a CEN, Monteiro Lobato sofre novo revés com a Quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, perdendo todo o seu capital investido. A saída que encontrou foi vender todas as suas ações da Nacional para o sócio Octalles Marcondes Ferreira, permanecendo nela como autor, tradutor e consultor (TOLEDO, 2004, p. 3).

Iniciando sua existência com a produção de livros escolares, de literatura e poesia, a editora posteriormente passou a conter em seu catálogo obras de temáticas variadas — de higiene, saúde, área jurídica, divulgação científica etc. — segmentadas em coleções, definidas pelo público que se pretendia atingir. Para Toledo (2004) a

Biblioteca para Moças: ‘a mais criteriosa coleção para moças, publicada em nossa língua’; Biblioteca do Espírito Moderno: ‘visa coordenar para o público leitor brasileiro, dentre as obras consagradas pela aceitação pública, àquelas que mais diretamente buscam condensar, esclarecer e popularizar a herança cultural da espécie(...)’, Coleção Terramarear: ‘não basta aprender ler. É preciso que o menino leia! Mas ler que livros? Ler os livros da coleção Terramarear, livros especialmente feitos para os meninos, para a juventude em geral.(...)’ etc. (TOLEDO, 2004, p. 3-4)

<sup>31</sup> Toledo (2004, p. 2) aponta que “conjugaram-se a Revolução de 1924, em São Paulo, que paralisou os trabalhos da editora; a seca prolongada de agosto de 1925, que paralisou os trabalhos da gráfica e a política deflacionária de Arthur Bernardes, baseada na retração dos créditos, impediram que a Editora conseguisse pagar as dívidas, pedindo falência em 1925.”

A organização do catálogo da CEN refletia o seu projeto de contribuição para o desenvolvimento do país, entendendo que a população deveria ter acesso aos livros, em contraponto à ideia oitocentista de sacralização do livro, reservado à elite intelectual. Ao lado da Livraria Francisco Alves e Melhoramentos, a CEN foi responsável pela edição de livros escolares e infantojuvenis (HALLEWELL, 1985).

Lobato, além de ter empreendido esforço pleiteando a isenção dos tributos alfandegários para a importação de papel para livro (KOSHIYAMA, 2006), lançou novos escritores no mercado editorial brasileiro, sendo Viriato Corrêa um deles. Em entrevista, ele declarou: “Sou cria da casa, desde os tempos de Monteiro Lobato, que foi quem me levou para lá, editando *Histórias da nossa História*, em 1921.” (*O jornal*, 1960).

O formato e a concepção da publicação de livros infantis propostos pela Companhia Editora Nacional alinhavam-se muito bem ao pensamento de Viriato Corrêa, na medida em que ambos concordavam ser necessária a modernização do formato e da concepção de livros infantis, aproximando-se aos interesses das crianças quanto ao conteúdo, à abordagem e à apresentação gráfica (ORIÁ, 2011, p. 131).

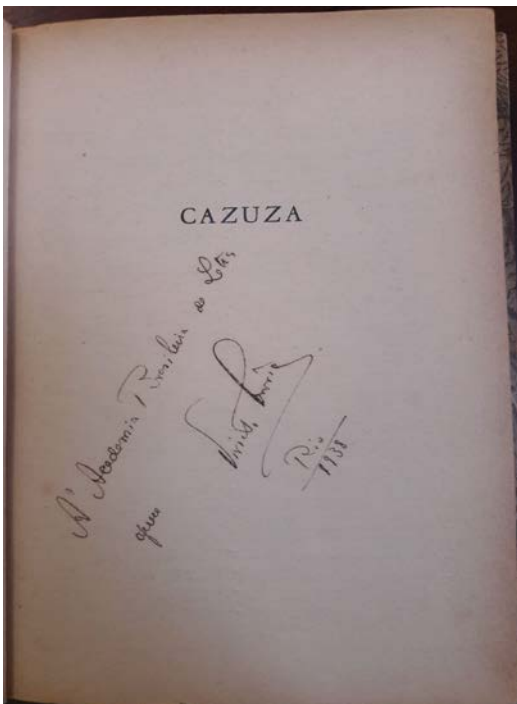


Figura 28: *Cazuza* — falsa folha de rosto da 1ª edição autografada pelo autor  
fonte: acervo ABL

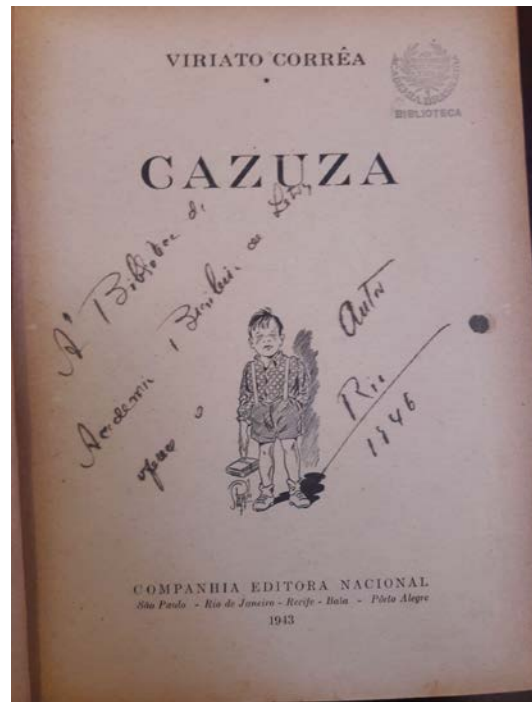


Figura 29: *Cazuza* — folha de rosto da 5ª edição autografada pelo autor  
fonte: acervo ABL

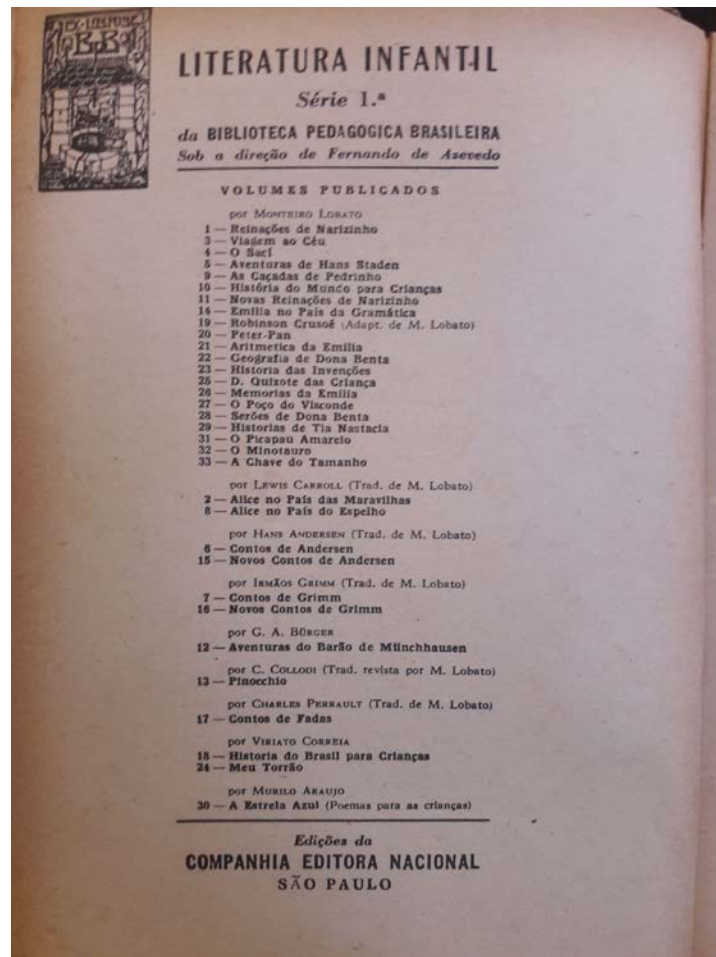


Figura 30: *Cazuza* - 1ª edição  
fonte: acervo ABL

A Biblioteca Pedagógica Brasileira referida na Figura 30 consistia em uma das coleções da Companhia Editora Nacional, dirigida pelo educador Fernando de Azevedo<sup>32</sup> e considerada uma aproximação com o movimento de renovação educacional no Brasil, que teve como marco o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), obra publicada e distribuída pela própria CEN (Oriá, 2011).

<sup>32</sup> Fernando de Azevedo (1894-1974) foi professor, educador, crítico, ensaísta e sociólogo. Integrante do movimento de renovação da educação a partir dos anos 20, dirigiu a Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930), promovendo ampla reforma educacional. Em 1932, participou da redação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, juntamente com outros 25 educadores e intelectuais brasileiros. Um dos fundadores da Universidade de São Paulo (1934), exerceu o cargo de Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e de professor catedrático de Sociologia. Em sua profícua obra, tem destaque *A Cultura Brasileira* (1943), livro escrito como introdução ao Censo de 1940 e considerado uma referência bibliográfica importante para os estudos de História da Educação. Foi eleito para a ABL no ano de 1967, na cadeira de n.º 14. (FÁVERO; BRITTO, 1999).



A Biblioteca Pedagógica Brasileira era constituída de cinco séries: Livros Didáticos, Atualidades Pedagógicas, Iniciação Científica, Brasileira e Literatura Infantil, da qual faz parte *Cazuza*. A série Literatura Infantil era uma “coletânea de livros para crianças, em que se acham incorporadas, traduzidas por mestres, obras universalmente consagradas, de literatura infantil” (CEN, Catálogo escolar, 1935, p. 63). Dentre todos os volumes publicados na coleção, houve 21 escritos por Monteiro Lobato, 8 traduções de clássicos da Literatura Ocidental, um livro de poemas para o público infantil, uma tradução de *Aventuras do Barão de Münchhausen*, de G. A. Burger, e dois livros de Viriato Corrêa — *História do Brasil para crianças* (1934) e *Meu torrão* (1939) — (ORIÁ, 2011, p. 136).

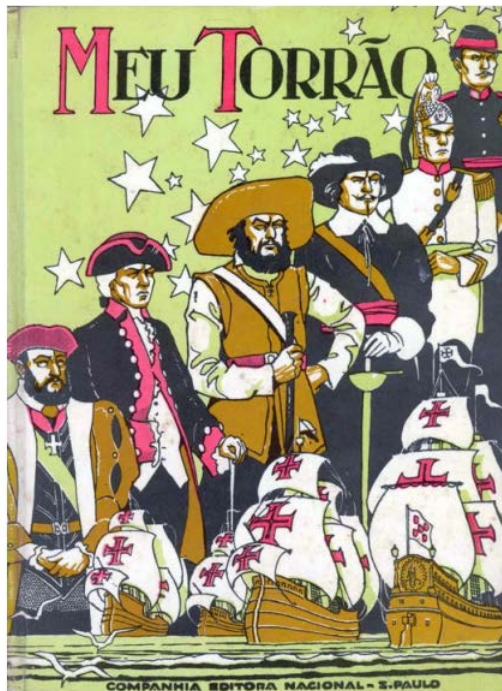


Figura 31: *Meu Torrão* (contos da história pátria) — capa  
Fonte: CORRÊA, 1939

Após o auge da década de 1960, quando a CEN era uma das maiores editoras do país — responsável por 55% da produção didática destinada ao ensino primário e secundário (HALLEWELL, 1985) — houve um período da crise que sucedeu a morte do fundador Octalles Ferreira, em 1973. A solução encontrada foi a tentativa de venda para a José Olympio Editora e posterior incorporação pelo Governo Federal, o que não alcançou o êxito esperado. Até que em

1980 a CEN foi adquirida pelo Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas (IBEP), voltando a editar, entre outras obras do catálogo da CEN, *Cazuza* de Viriato Corrêa (ORÍÁ, 2011).

Em artigo publicado na ocasião de uma das reedições de *Cazuza*, Castanheira (2006), sobre, Viriato Corrêa, afirma que “boa parte de sua obra literária é voltada para a história brasileira – trabalho paralelo ao do paulista Paulo Setúbal”, numa prova de que o escritor fora ofuscado por anos de poucas vendas e estudos sobre a sua produção.

Se a sequência da carreira literária de Viriato Corrêa foi plena de novas publicações, formas de reverência ao seu talento como escritor e à sua paixão pelas letras, pela pátria e pela infância, atualmente é praticamente desconhecido das novas gerações. Ao que se deve tal esquecimento?

Uma possível explicação é a constatação de Ferro (2010, p. 53), segundo a qual Viriato Corrêa é pouco citado nas obras de referência sobre Literatura Brasileira, apesar do grande número de leitores de *Cazuza* e das sucessivas reedições da obra, indicativo de permanência de leitura por várias gerações. A pesquisadora formula algumas hipóteses. Supõe que (i) o estilo popular de sua linguagem e as boas vendas dos livros o tenham afastado do gosto erudito e rebuscado dos críticos, (ii) a sua postura política crítica e sua ligação com o teatro de revista, considerado marginal, tenham desagradado pessoas influentes, (iii) a sua origem negra<sup>33</sup> ainda era um estigma numa sociedade ainda fortemente marcada pelo preconceito racial do Império e, por fim, (iv) a sua produção predominantemente voltada para a Literatura Infantojuvenil, considerada menos importante pelos críticos, tenha contribuído para o seu esquecimento.

A historiografia da Literatura Brasileira, com efeito, pouco menciona Viriato Corrêa. Conforme apurou Ferro (2010, p. 55), Alfredo Bosi em sua *História concisa da Literatura Brasileira* (1996) traz os nomes dos regionalistas e contistas Valdomiro Siqueira, Simões Lopes Neto, Hugo de Carvalho Ramos, mas silencia quanto a Corrêa. *A Literatura no Brasil* (1986) organizada por Afrânio Coutinho se refere ao maranhense de Pirapemas ao tratar do conto regionalista, mas ignora sua trajetória no jornalismo, na Literatura Infantil e no teatro. Apesar de tais lacunas, há menção a Viriato Corrêa no *Dicionário de Literatura* da Companhia Brasileira de Publicações<sup>34</sup>, no *Dicionário Literário Brasileiro* de Raimundo Menezes<sup>35</sup> e na *Enciclopédia da*

<sup>33</sup> Fontes biográficas não apontam que Viriato Corrêa era negro e nem mesmo a sua origem negra. Pinto (1966) assinala que seus pais e seus avós paternos eram brasileiros.

<sup>34</sup> *DICIONÁRIO de Literatura*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Publicações, 1969. p. 213-220, v. I. Verbetes CONTO.

*Literatura Brasileira* de Afrânio Coutinho<sup>36</sup>, ao lado de alguns números *do Anuário da Academia Brasileira de Letras*.

Um apanhado geral de sua obra permite afirmar que foi um escritor eclético, ainda que apresentado preferencialmente como contista regionalista. Especialmente em *Cazuza*, considerado romance<sup>37</sup>, Corrêa lança mão de estratégias de narrativa curta, mas densamente localizada no sertão, para cativar o leitor pela sensibilidade de sentir o frescor da terra banhada por riachos e o encanto da noite iluminada por vagalumes. Escrito quando o autor residia há muitos anos na Capital Federal, não se esquece de questões sociais relevantes ao interior do Maranhão, como acesso à educação e à saúde e a situação da população de origem negra do seu Estado natal.

Lajolo (1982) lembra que a produção literária didática e paradidática no Brasil recém-republicano, além de se esforçar para ser atraente e inteligível ao público infantojuvenil, teve características de apoio a valores nacionalistas que firmassem consciência patriótica de acordo com o republicanismo defendido nos anos 1930 por um grupo de escritores, como Monteiro Lobato e Olavo Bilac, e seguido por Viriato Corrêa, Érico Veríssimo, Ofélia Fontes, entre outros.

Ao lado disso, o papel de intelectual mediador assumido por Viriato Corrêa pode ser notado, não só em *Cazuza* como nas suas demais publicações, pela sua capacidade de se dirigir ao público infantil e pela sua aceitação no público brasileiro e mercado editorial, traduzindo e tornando acessível uma série de conhecimentos históricos para um público infantil em fase de escolarização. Buscá-lo com um olhar investigativo atualizado significa valorizar o seu legado, nesta pesquisa pelo viés do elogio à infância e à cultura escolar na perspectiva da História da Educação.

---

<sup>35</sup> MENEZES, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro* (Ilustrado). São Paulo: Saraiva; INL., 1979, p. 375-376. v. II. Verbetes CORREIA.

<sup>36</sup> COUTINHO, Afrânio. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Oficina Literária Afrânio Coutinho, 1990. p. 160-162.

<sup>37</sup> As classificações que podem ser atribuídas a *Cazuza*, entre elas romance de formação, serão tratadas no Capítulo 2 desta dissertação.



## 2 CULTURA ESCOLAR EM CAZUZA

Este capítulo tem como objetivo analisar a cultura escolar presente em *Cazuza*, obra publicada em uma década simbólica para a educação brasileira. Em 1932, portanto seis anos antes de *Cazuza* chegar aos leitores, foi publicado o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, documento assinado pelos educadores Anísio Teixeira, Cecília Meireles, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, entre outros. Inserido no movimento conhecido como Escola Ativa, ou Escola Nova, consistiu em uma renovação do ensino que se voltou para a valorização da autonomia infantil e da sua espontaneidade, percebendo-se a educação como meio de transformação do país e direito de todos (AZEVEDO *et al.*, 2010).

Discutindo a historiografia da educação brasileira pelo prisma dos educadores que pretendiam empreender a renovação da Educação, Carvalho (1998, p. 345) lembra que estes, capitaneados por Fernando de Azevedo, afirmavam que os métodos pedagógicos que circulavam no país entre o fim do século XIX e o início do século XX constituíam uma “arte de ensinar”, no sentido de que estariam mais próximos a transmissões de competências já determinadas. Tais métodos foram compreendidos por este grupo de educadores como meros atos de instrução que pretendiam formar corpos e mentes por meio do controle e da disciplina. Em contraposição, estes educadores propunham novos métodos pedagógicos que enfatizariam a potência do novo e unificariam as materialidades dispersas, constituindo a nação através de uma política educacional e institucionalizando um sistema nacional de educação apto a organizar a cultura brasileira. No entanto, Carvalho (1998) aponta que

diferentemente da Europa, onde o modelo da Escola Nova representou a crítica de um modelo escolar já institucionalizado, no Brasil esse movimento se defrontou com a situação-problema de sua não implantação na maior parte do país. Em muitas das reformas dos sistemas públicos de ensino os renovadores empreenderam, é essa situação-problema que determina a busca dos recursos técnicos, científicos e doutrinários que a nova pedagogia tornava disponíveis. Nas apropriações que os renovadores fizeram desses recursos, estava em jogo a produção de condições materiais e técnicas para implantar esse modelo escolar que, em outros países, tinha viabilizado a escola de massas: seriação, classes homogêneas, ensino simultâneo, regulamentação e uniformização do tempo escolar, enquadramento disciplinar, organização do espaço escolar etc. (CARVALHO, 1998, p. 347-8)

Diante deste cenário de mudanças no campo educacional no Brasil e de conflitos entre diferentes métodos, é proposto o estudo da cultura escolar em *Cazuza*. Adentrando a análise das

memórias da infância escolarizada do personagem título, é possível perceber a implantação de um novo modelo pedagógico e mesmo a permanência de determinados aspectos que se pretendia suplantar. Portanto, em lugar de crítica ou de valorização das formas de ensinar, aprender e viver o ambiente escolar, a busca neste capítulo será compreender as práticas escolarizadas que Viriato Corrêa traz para a sua narrativa e se constituem a cultura escolar que pretende defender e também criticar.

No entender de Julia (2001),

[...] poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são levados a obedecer essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. Mas para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais e de escolarização. (JULIA, 2001, p. 19)

Compreendendo as escolas como "lugares" de memórias, espaços nos quais se tece parte da memória social, as reminiscências desse espaço são possíveis pela estrutura das suas rotinas e sua continuidade no tempo. No intuito de tratar da cultura escolar em *Cazuza*, foi importante buscar os intelectuais localizados no tempo e no espaço de ambientação da obra — o Maranhão do fim do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Educadores brasileiros, empenhados na renovação, acompanhavam as discussões teóricas e as inovações práticas realizadas na educação europeia e norte-americana, lendo estrangeiros e tornando a bibliografia internacional acessível aos profissionais do magistério no Brasil, traduzindo e publicando suas obras (VIDAL, 2000, p. 513).

Necessário, nesta pesquisa, buscar os fundamentos legais do ensino maranhense daquele tempo. Entre as reformas do ensino ocorridas durante a Primeira República no Maranhão, encontra-se o Decreto n.º 94 de 1º de setembro de 1891, do Governador Lourenço de Sá, determinando no Estado o ensino primário leigo, gratuito e obrigatório. Avançando no tempo, o Governador dr. João Gualberto Torreão da Costa, por meio da Lei n.º 226, de abril de 1899, dispõe sobre mudanças significativas na estrutura curricular do Liceu Maranhense. Por fim,

cumprir a reforma da Escola Modelo Benedito Leite, de 7 de março de 1900 e a Lei n.º 323, de 26 de março de 1903, que autorizou o Governo do Estado a converter em grupos escolares as escolas estaduais existentes no perímetro da cidade de São Luís (ANDRADE, 1984, p. 96).

Em relação às estatísticas escolares do Maranhão naquele período histórico, segue o levantamento de Fran Paxeco:

Tabela 2: Perfil escolar do Maranhão em 1907

Escolas		Professores	Alunos	
Natureza	Quantidade		Inscritos	Concluintes
Federais	2	7	93	19
Estaduais	143	187	8.360	124
Municipais	54	63	2.554	71
Particulares	60	88	3.097	46
<b>TOTAL</b>	<b>259</b>	<b>345</b>	<b>14.404</b>	<b>260</b>

Fonte: PAXECO, 1923, p. 608-609.

Os dados coletados apontam predominância de escolas mantidas pelo governo estadual maranhense, bem como de docentes e estudantes nestas instituições. Assim Paxeco conclui:

Impressiona dolorosamente a toada, que retine durante mais de um terço de século: quatro escolas por dez mil habitantes. Nesses trinta e cinco anos, ao que parece, descurou-se muito o sério problema pedagógico. Onde a causa do retardo? Na inófia do ensino universitário, e na pobreza técnica do instituto de mestres nacionais. (PAXECO, 1923, p. 609).

No âmbito desta dissertação, a narrativa da vida cotidiana das instituições pelas quais Cazusa passou permite uma investigação nos seus espaços sugeridos e dos elementos dos cenários onde o autor materializou a sua interpretação dos dados empíricos a que teve acesso e das ideias que circulavam sobre cultura escolar em seu tempo.

Com efeito, de acordo com Benito (2017, p. 39), a Nova História Cultural da Educação

buscou valorizar o argumento de que os atores da educação formal não só geram uma cultura escolar como também a adaptam às mudanças suscitadas a partir do exterior das instituições. Entre a cultura escolar gerada pelos governantes e profissionais da Educação e as mudanças e adaptações de seus atores se situa a investigação de *Cazuza* e do percurso que Viriato Corrêa construiu em sua narrativa.

## 2.1 “Bolos” e “orelhas de burro” na escola do povoado

Cazuza iniciou a sua trajetória escolar em Pirapemas, localidade onde nasceu e residia com sua família. Também terra natal de Viriato Corrêa, Pirapemas era uma das quatro povoações em que estava dividido Coroatá, um dos sessenta e cinco municípios do Estado do Maranhão, segundo dados de 1922 (PINTO, 1966, p. 12). Distante 39 quilômetros da ilha do Maranhão, Pirapemas deve seu nome ao termo de origem indígena que significa “peixe fluvial” e teve seu primeiro núcleo populacional à margem direita do Rio Itapecuru, em forma de sítio, ou fazenda no lugar hoje denominado Pirapemas-Velha<sup>38</sup>, local onde provavelmente se passa o desenrolar da Parte I da narrativa.

---

<sup>38</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/pirapemas/historico>

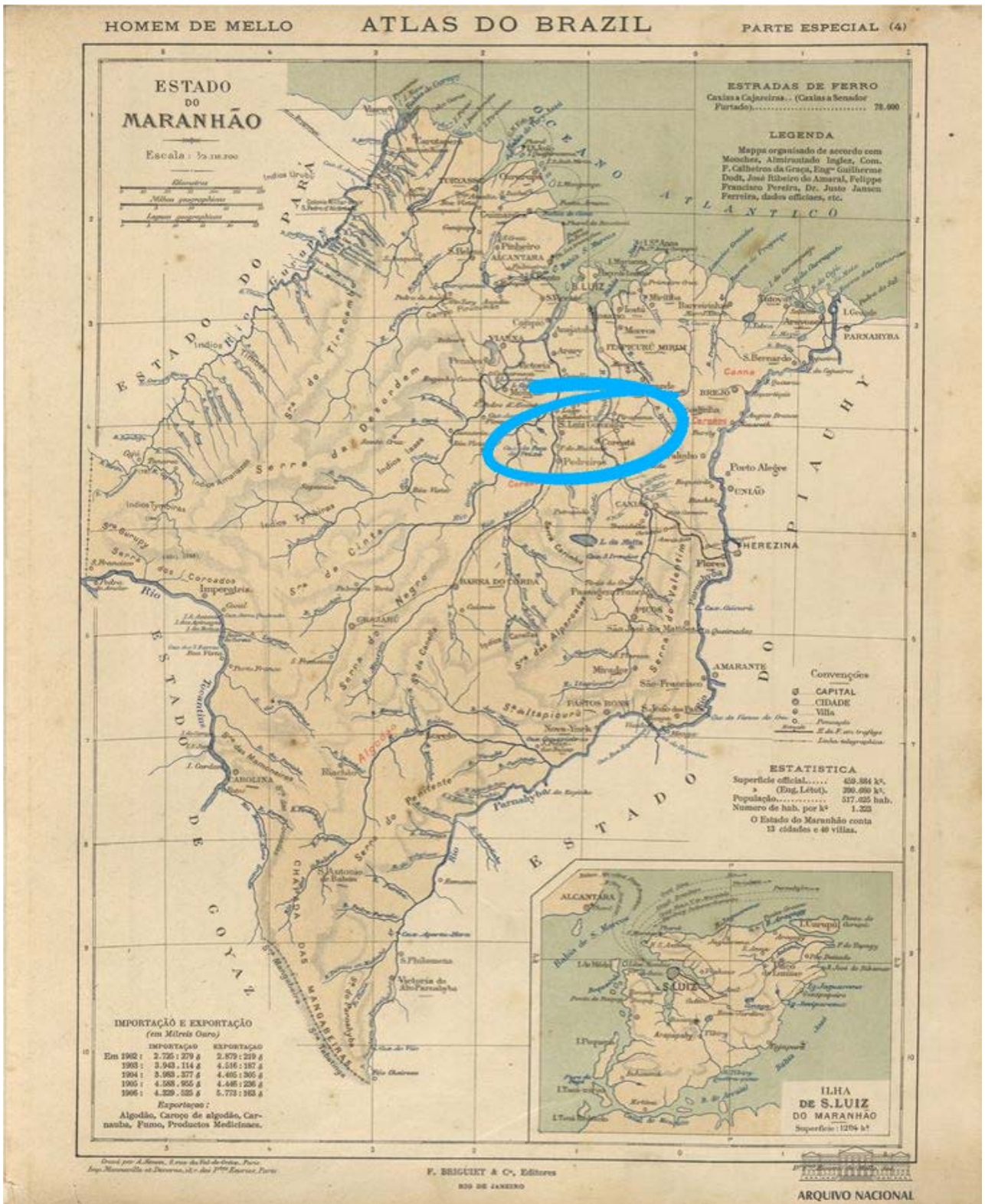


Figura 32: Mapa do Estado Maranhão, 1909.  
Fonte: Arquivo Nacional. Fundo Milton de Mendonça Teixeira.





Figura 33: Mapa do Estado Maranhão, 1909 (São Luís e Coroatá em detalhe)  
 Fonte: Arquivo Nacional. Fundo Milton de Mendonça Teixeira.

Ao descrever o povoado, Pinto (1966, p. 12) e Corrêa (1985, p. 14) enfatizam a pobreza de Pirapemas, lugar que, segundo os narradores, parecia ter parado no tempo, assim como o Maranhão. A sua posição de destaque ainda como Província no Brasil Imperial compreendia não só o plano econômico — cultivo de borracha —, mas também o cultural, com seus jovens instruídos nas melhores instituições de ensino da Europa: "principalmente no Segundo Reinado, quando, como galardão maior, a força da inteligência de seus filhos conquistou para ela o título de glória com que se têm enobrecido as gerações subsequentes — o de Atenas do Brasil". (MEIRELLES, 1980, p. 296)

Andrade (1984, p. 20) aduz que, no entanto, a relativa estabilidade da economia maranhense estava baseada no quadro social e cultural escravista e na produção agrícola de monocultura, o que limitava seu desenvolvimento tecnológico e a possibilidade de contar com o mercado interno para alcançar melhores índices, fazendo o Estado flutuar entre a prosperidade e a depressão ao sabor das conjunturas internacionais. A partir de 1850, quando se deu a abolição do tráfico negreiro e as sucessivas medidas do Império do Brasil no sentido de paulatinamente

integrar o país na ordem mundial de trabalho livre assalariado, o Maranhão passou a ter suas arcaicas estruturas abaladas (ANDRADE, 1984, p. 27). O fim, por lei, do trabalho escravo no Brasil<sup>39</sup>, em 1888, culminou por transferir para o centro-sul do país o polo da economia nacional, provocando violento impacto e efeitos desastrosos:

A liberdade dos escravos e o advento da República, uma desorganizando o trabalho agrícola e outro criando novas obrigações para o Estado, determinaram no Maranhão uma tremenda crise econômica que se prolongou por um lapso de tempo de cerca de um quarto de século. O abalo fora formidável, diminuindo as nossas fontes de renda. (VIVEIROS, 1954, p. 558)

As tentativas de modernização da economia maranhense, com a construção de um parque industrial e de políticas locais de fomento à migração interna, do sertão para as localidades próximas à capital, resultaram em fracasso, mergulhando o Maranhão na depressão econômica que marcou grande parte da Primeira República (ANDRADE, 1984, p. 29). Neste quadro, está inserida a narrativa da Parte I de *Cazuza*, sendo a escola considerada um traço de civilização em Pirapemas (CORRÊA, 1985, p. 16).

Em lugar do medo do afastamento da família, da paralisação diante do desconhecido e das saudades de casa, o protagonista de Viriato Corrêa demonstra alegria e ansiedade diante de seu ingresso na vida escolar, motivado pelo encantamento da festa da palmatória, que marcava o encerramento escolar, sempre no dia sete de dezembro:

As escolas antigamente não tinham, às vezes, mobiliário que prestasse, material de ensino que servisse, professores que cuidassem das lições, mas... uma palmatória, rija, feita de boa madeira, não havia escola que não tivesse.

No espírito das crianças a palmatória tomava a feição de um monstro. Punham-se-lhe em cima todos os nomes feios. Chamavam-lhe a "danada", a "tirana", a "malvada", a "bandida". A menina vingava-se dela no fim do ano, fazendo-lhe uma festa gaiata, com algazarra e cantoria. (CORRÊA, 1985, p. 14)

---

<sup>39</sup> Jesus (2019) assim trata do pós-abolição maranhense: “Na cidade de São Luís, foram noticiadas denúncias de que alguns senhores insistiam na escravidão, valendo-se de brechas legais para alegar que a Lei Áurea não revogava a obrigação de cumprimento das prestações de serviços pelos adolescentes e crianças alforriadas por efeito da Lei do Ventre Livre (ou Lei Rio Branco), assinada em 28 de setembro de 1871. Argumentavam que as crianças nascidas de “ventre livre” – as chamadas “ingênuas” –, deveriam permanecer sob controle dos senhores de suas mães até os 21 anos. O não cumprimento da lei deixava no ar o fantasma da reescravização. A lógica paternalista da manumissão protelou a emancipação e restringiu a cidadania daqueles “libertos”, que não eram considerados plenamente livres. As crianças e adolescentes recém libertadas eram, particularmente, intimidadas pelas ameaças de ingresso na Companhia de Aprendizes de Marinheiros do Maranhão, famosa pelos severos castigos e torturas.” (JESUS, 2019, p. 260-261)



A palmatória consistia em uma peça circular de madeira, sola ou pele de cação, em geral com 5 orifícios em cruz e com cabo, instrumento apto a submeter a castigo as crianças nos lares e nas escolas, batendo com ela na palma da mão. Por vezes contava com um alfinete na sua ponta para aumentar a dor dos castigados, a palmatória já era conhecida pelas crianças da Roma Antiga. (DUARTE, 1986, p. 131). A festa da palmatória aludida por Cazuzza foi observada até as primeiras décadas do século XX em certas escolas do Brasil e de Portugal<sup>40</sup>. Era, ao final dos cursos, enfeitada com fitas e flores de papel à mesa do professor.

Furtar a Santa Vitória significa tirar a palmatória da escola, nas proximidades das férias, restituindo-a, depois, belamente enfeitada com fitas de cores e emolduradas de flores, dentro de uma bandeja, forrada com uma bonita toalha de labirinto, e acompanhando-a os presentes ao mestre-escola para o bródio da festa escolar dos exames e das férias do ano. (DUARTE, 1986, p. 131)

O desapontamento, no entanto, não demorou a vir. O espaço físico da escola nos dias de aula em nada lembrava o ambiente da ocasião da festa.

A escola ficava no fim da rua, num casebre de palha com biqueiras de telha, caiado por fora. Dentro — unicamente um grande salão, com casas de maribondos no teto, o chão batido, sem tijolo.

De mobiliário, apenas os bancos e as mesas estreitas dos alunos, a grande mesa do professor e o quadro-negro arrimado ao cavalete.

A minha decepção começou logo que entrei. (CORRÊA, 1985, p. 28)

A precariedade dos estabelecimentos de ensino maranhenses foi observada por Fernandes (1929, p. 246), bem como a falta de sanção a quem descumprisse as suas disposições legais, contidas no decreto de Lourenço de Sá, datado de 01 de setembro de 1891. Tal ato normativo dispunha acerca da obrigatoriedade do ensino primário leigo gratuito, competindo ao governo estadual a manutenção das escolas dos municípios, exceto da capital.

A personificação daquele recinto de instrução, tão hostil na percepção de Cazuzza, encontrava-se em João Ricardo, único professor da escola, “homem velho, bigode branco, óculos escuros, pigarro de quem sofre de asma. Nunca lhe vi um sorriso no rosto. Vivia sempre zangado,

---

<sup>40</sup> Se no contato inicial com a cultura escolar Cazuzza se deslumbrou com a festa da palmatória no sertão maranhense, Sérgio de *O Ateneu* presenciou a festa da ginástica no ambiente de pompa e nobreza de um importante colégio da capital do Império. Assim o protagonista de Raul Pompéia externou o seu desejo de ingressar nos bancos escolares: “O coração pulava-me no peito com um alvoroço novo, que me arrastava para o meio dos alunos, numa leva ardente de fraternidade” (Pompéia, 1981, p. 14)

com o ar de quem está a ralhar com o mundo, cara amarrada, rugas na testa”<sup>41</sup> (CORRÊA, 1985, p. 19).

Capaz de interromper brincadeiras apenas com a sua presença, João Ricardo resolvia com castigo físico qualquer atitude dos alunos que considerasse inaceitável, tanto no aspecto pedagógico, como lições malfeitas, quanto no disciplinar, como conversas ou risos inoportunos. Dois castigos presentes em *Cazuza* eram fazer as crianças se ajoelharem no chão sobre grãos de milho e usarem as “orelhas de burro” — par de cartões alongados imitando orelhas de burro aplicado a crianças na escola para humilhá-las (DUARTE, 1986, p. 31) —, circulando pelas ruas da localidade.

Tais castigos constituem atos de disciplinamento do corpo aptos a impor o controle para assim exercer o poder coercitivo sobre os indivíduos. Foucault descreve sobre a utilização do corpo, conforme Dalcin (2005):

(...) o corpo era lugar de importantes investimentos, na sociedade do século XIX, à medida que, através dele, era possível a construção de uma outra subjetividade, que observasse aqueles padrões comportamentais e, que se queria espriar e tornar comum a todos os corpos (p. 14).

Del Priore (2004, p. 96-7), por sua vez, afirma que no Brasil, a partir do século XVI, os atos punitivos e dolorosos que os jesuítas praticavam para catequizar os índios e os negros foram carregados para o processo ensino/aprendizagem, constituindo um modelo padronizado de educação. Avançando no tempo, durante o século XVIII, a palmatória era o instrumento de correção por excelência.

As práticas de punição física que permeavam a práxis da instrução foram comentadas em tratado de educação físico-moral dos meninos, publicado em Pernambuco por Joaquim Jerônimo Serpa, conforme assinala Freyre (2000):

(Serpa) Condena severamente o uso do se açoitarem os meninos nas nádegas, prática perniciosa, própria para fomentar costumes funestos: a irritação que se ocasionar sobre

---

<sup>41</sup> Em percurso pela produção literária brasileira, Ferro (2010, p. 208) relaciona a figura estereotipada de João Ricardo ao professor Aristarco de *O Ateneu*, que impunha autoridade quase sagrada, ao velho professor repressor de *Doidinho* de José Lins do Rego, que falava “como se estivesse sempre com o culpado na frente dando a impressão de que estava pronto para castigar” (Rego, 1980, p. 5), ao professor Policarpo, retratado no *Conto de Escola* de Machado de Assis, romance ambientado no período regencial, e à professora dona Margarida Pardelhas, descrita por Érico Veríssimo em suas memórias, pisando duro com seus sapatos de salto militar e com “poderosa presença que tornava silencioso o ambiente de desordem e balbúrdia da sala de aula” (VERÍSSIMO, 1994, p. 87).

esta parte, comunicar-se há às partes da geração, logo que a impressão de dor principiar a enfraquecer-se. De modo que talvez fossem melhores os suplícios de que nos fala o padre Sequeira: o menino ajoelhado em caroço de milho durante duas, três, quatro horas; os bolos das várias palmatórias pedagógicas e domésticas – a pele de cação, a de jacarandá e a maior, para os valentões de gramari. [...] A pedagogia como a disciplina patriarcal no Brasil apoiou-se sobre base distintamente sadista. Resultado, em grande parte, das condições do seu início: uma pedagogia e uma disciplina de vencedores sobre vencidos, de conquistadores sobre conquistado, de senhores sobre escravos. [...] O menino foi vítima quase tanto quanto o escravo do sadismo patriarcal. (FREYRE, 2000, p. 517).

O primeiro momento em que Cazuza sofre agressão física acontece no capítulo “O dia do calundu”, em que seu colega de turma Vanico deixa uma lata cair, derrubando também tinteiro, lápis e besouros, instalando-se a desordem em sala de aula. O professor João Ricardo indaga em voz alta “Estão pensando que isto aqui é lugar de brinquedo?!”, empunhando a palmatória e se dirigindo a quatro alunos, sendo um deles o protagonista, que recebeu seis golpes em uma das mãos, a que chama de “bolos”, e não controlou o choro ruidoso (CORRÊA, 1985, p. 45).

A palmatória castigou recorrentemente os estudantes brasileiros no século XIX, mesmo o seu uso tendo sido proibido por Lei Imperial datada de 1827. Os artigos 42 e 43 das leis de 1895 da Instrução Pública do Maranhão tratam dos meios disciplinares adotados nas escolas do estado:

Art. 42 Os únicos meios disciplinares, adotados nas escolas dos estados, são:

- a) Advertência em particular;
- b) Repreensão durante os trabalhos das escolas;
- c) Cópia das lições que o aluno não houver sabido, ou de qualquer outro trabalho;
- d) Privação de recreio na hora destinada ao descanso dos alunos;
- e) Privação de saída das escolas, no fim dos trabalhos não excedentes a 2 horas.

Art. 43 É inteiramente vedado aos professores o emprego de castigos corporais ou aviltantes, ficando os que deles usarem, sujeitos as penas estatuídas neste regulamento. (Regulamento da Instrução Pública do Maranhão de 1895)

A prática do castigo físico nas escolas, no entanto, persistiu nos locais mais afastados dos centros urbanos. Afirma, inclusive, que era “um meio pedagógico importante para manter a ordem em sala de aula, sendo possíveis punições através de palavras e de penitência e pelo uso de instrumentos como a férula.” Férula — ou palmatória ou Santa Luzia<sup>42</sup> —, consistia em um método punitivo no ambiente escolar e nos castigos aos escravos, no período político anterior a República (VEIGA, 2003, p. 501 *apud* DUARTE, 1986, p. 31).

<sup>42</sup> “Instrumento que tinha por antonomásia o nome de ‘Santa Luzia’ por ter olhos ou buracos no centro, de onde a quadra popular: — ‘ Santa Luzia de cinco buracos, que tira mandiga de todos velhacos.’” (PEIXOTO, 1933, p. 292).

A origem da expressão popular deu-se por punições aos alunos que cometiam erros e por castigo eram levados a estender as mãos e submeterem-se a palmadas nas mãos. Esta punição era feita com um artefato de madeira: a palmatória. Contudo, ao contrário do que se pensa, a palavra palmatória não deriva de palma (mão), mas da matéria que a constitui, a madeira da árvore de palma. Desta expressão apreende-se o reconhecer dos próprios erros. (Coleção Museológica. “Palmada em casa, palmatória na escola”. Portugal, 2013/2014).

Também chamada de “os cinco olhos do demônio” ou “a menina dos cinco olhos”, já que a sua superfície continha perfurações, na maioria das vezes cinco (GRAÇA, 2002, p. 258), a simples presença e menção da palmatória garantia a João Ricardo o poder e a autoridade em sala de aula. Nesse sentido,

O castigo físico era condizente com a única forma social reconhecida de manifestação da autoridade; a palmatória, no imaginário social, comportava-se como um emblema da profissão docente, enquanto expressão do direito legítimo de comando, uma espécie de crédito moral suplementar emprestado aos mestres pelas famílias. Era uma forma de impor uma disciplina rígida, e para o professor, a maneira mais rudimentar, e também a mais espetacular e fácil, de colocar sua autoridade em prática. (REIS, 2009, p. 106-107).

Vale, neste ponto, aludir ao depoimento em crônica do engenheiro militar e historiador Tasso Fragoso<sup>43</sup> (1876-1945). Maranhense de São Luís, rememorou em “O Colégio do Pires” — texto publicado na *Revista do Norte*, editada no Maranhão entre os anos de 1901 e 1905 — seus primeiros estudos escolares na instituição de mesmo nome.

Subindo naquele dia a Rua do Sol, em direção ao colégio, senti a alma presa de estranha inquietude, o coração alarmado. [...] Tomara todas as precauções para evitar as palmatoadas com que o Pires, no auge do seu delírio repressivo, tentava formar as nossas almas para o saber e para a virtude. (FRAGOSO, 1958, p. 118)

Fragoso assinala que o estudo em voz alta mais confundia do que esclarecia, conforme o depoimento de Fragoso (1958, p. 119):

Surgia um berreiro infernal, em que ninguém se entendia. As vozes fracas e desafinadas de umas cinquenta crianças ecoavam no teto, ganhavam o exterior pelas janelas e refletiam-se pelas paredes, pela rua afora, indo denunciar ao longe, na mais antipática das desarmonias a atividade febril daquela casa de ensino. (FRAGOSO, 1958, p. 119)

---

<sup>43</sup> Fragoso participou das lutas republicanas como partidário de Floriano Peixoto e integrou comissões científicas no país e no exterior. Pertencia à Academia Maranhense de Letras e era sócio benemérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Entre seus livros publicados, destaca-se *História da guerra entre a tríplice aliança e o Paraguai*, Rio de Janeiro, 1934, em 5 volumes (ANDRADE, 1984, p. 87).

Em *Cazuza*, a postura rígida do professor, manifestação do autoritarismo docente, sugeria a ordem e a disciplina em sala de aula, sendo o aluno Pata-choca o principal alvo da rigidez e da violência do professor João Ricardo. Em sua primeira aparição na narrativa, o menino é castigado: “Ninguém apanhou tanto como o Pata-choca. Havia torrões de barro na sua lata de livros. Ele comia terra.”<sup>44</sup> Quando João Ricardo percebeu que batendo em Pata-choca o aluno não parava de comer terra, seu pai foi chamado à escola e informado de que seu filho não poderia mais estudar ali. O pai reconheceu que Pata-choca era uma vergonha e que não sabia o que fazer, insistindo que João Ricardo permanecesse o instruindo. O que sucedeu depois foi que, ao errar a lição, Pata-choca recebeu as “orelhas de burro”, sendo ridicularizado pelos colegas e pela vizinhança.

Transparece em *Cazuza*, por meio de Pata-choca, o preconceito do professor e da família, já que o personagem demonstrava ter os sintomas de ancilostomose, patologia confirmada quando da presença de um médico em Pirapemas, simbolizando a valorização da associação entre educação e ciência.

Cazuza, em suas memórias da escola do povoado de Pirapemas, trata de duas lições em específico: o exercício de caligrafia e a sabatina de tabuada.

Definidos por Cazuza como um aprendizado vagaroso, “não fazendo outra coisa senão cobrir ‘pauzinhos’ — risco feito a lápis para ser coberto a tinta por quem aprende a escrever — e raramente uma criança conseguia assinar o nome em menos de dois anos”<sup>45</sup> (CORRÊA, 1985, p. 49). Conceituados por Duarte (1986, p. 18) como a arte de escrever à mão segundo certos modelos e regras, os exercícios de caligrafia podem ser compreendidos com mais uma forma de dominação e domesticação do corpo e do pensamento da criança, agora aluno, elementos que se destacam na cultura escolar da instituição do povoado de Pirapemas.

No Brasil, até o século XVIII, as escolas brasileiras, em grande parte dirigidas por religiosos jesuítas, preocupavam-se em um primeiro momento com o ensino da leitura, para posteriormente tratar em sala de aula da aquisição da escrita. Os fatores que determinaram a valorização do ensino da escrita são a sua simplificação e desprofissionalização (VIDAL;

---

<sup>44</sup> Corrêa, 1985, p. 46.

<sup>45</sup> Ferro (2010, p. 237) alude à Vidal e Gvirtz (1998, p. 5) com base em relatórios de Francisco Aurélio de Souza Carvalho, inspetor geral da província de São Paulo, em 1873, para confirmar a experiência de Cazuza: “A escrita começava com debuxos de pauzinhos, depois de letras mais tarde davam-se os translados”.

GVIRTZ, 1998), bem como o surgimento da pena de ponta metálica e do lápis e o barateamento do papel (CHARTIER; CLESE; HEBRARD, 1996). Tais condições, ainda em meados do século XIX, abriram terreno para que as escolas elementares ensinassem a ler e a escrever simultaneamente<sup>46</sup>.

Com efeito, a preocupação com a caligrafia e com a ortografia permeou a educação brasileira na virada do século XIX para o XX no Brasil. A escrita deveria ser limpa e organizada, assim como o caráter e a obediência ao professor, cabendo ao aluno cuidar do caderno e caprichar na letra, fazendo sentido, portanto, exaustivos exercícios que Cazuza relata.

De acordo com Frade (2010), durante o Segundo Reinado, já se exigia que as escolas trabalhassem a escrita de modo a facilitar a comunicação, o que era praticado por meio de pequenas sentenças de cunho moral, fragmentos de catecismo e de grandes clássicos, questionários com perguntas e respostas orientadas, cópias e ditados. Os materiais impressos eram precários — manuscritos domésticos, livros de origem portuguesa e textos que circulavam na comunidade —, com conteúdos considerados imorais e erros ortográficos.

Somente a partir de meados do século XIX começaram a ser impressos materiais compreendidos como adequados para os alunos, abordando temas como os valores cívicos, da escola e da educação (BATISTA, 2008):

No início do século XX, em vários estados brasileiros, discursos pedagógicos, apoiados em preceitos higienistas, preocuparam-se em normatizar a escrita. A caligrafia inclinada, utilizada durante o século XIX, apesar de “elegante, graciosa e pessoal”, era criticada, porque percebida como a causa para os problemas de miopia e escoliose encontrados nos/as escolares. Para manter a saúde das crianças, indicava-se a caligrafia vertical como a mais adequada ao trabalho escolar. “Papel direito, corpo direito, escrita direita” pareciam resumir as prescrições da higiene. (VIDAL, 1998, p. 1)

Vidal e Gvirtz (1998) apontam que, até pelo menos 1890, os modelos de escrita inclinada — a letra inglesa e a inclinada norte-americana — eram mais difundidos no Brasil, quadro que se alterou com a chegada dos manuais de escrita portugueses, de letra direita, redonda e eixo vertical, de influência da letra Ronde francesa. De acordo com Faria Filho (1998, p. 139), o modelo de escrita vertical se relacionava com as diretrizes de educadores e médicos-higienistas

---

<sup>46</sup> Vidal (2000, p. 499) informa que, apesar de ser indicado o ensino simultâneo da leitura e da escrita desde 1840, muitas instituições ainda persistiam no ensino sucessivo, partindo do ler para chegar ao escrever. As justificativas se baseavam em questões materiais, como o alto custo do papel e a precariedade dos móveis escolares, para a manutenção da continuidade do ensino sucessivo de leitura e escrita.



que apontavam aumento de miopia e escoliose entre as crianças, devido à escrita inclinada. Além disso, seria "o único modelo capaz de preparar o aluno para o exercício da escrita eficiente e legível, tão necessário ao trabalho no comércio e na indústria" (FARIA FILHO, 1998, p. 140).

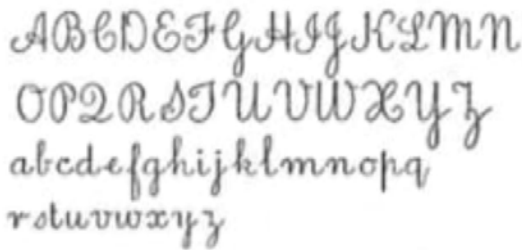


Figura 34: Letra vertical inglesa  
Fonte: Jackson, 1894. *The theory and Practice of Handwriting*.



Figura 35: Letra vertical norte-americana Fonte:  
Barne's National Vertical Penmanship, 1898.

Cazuza narra que, para ele, a escrita sempre foi fácil e que em alguns meses já escrevia como meninos em classes mais avançadas; na “aposta de escrita” dois alunos copiavam um mesmo texto e saía vencedor aquele que apresentasse a letra mais bonita. O seu prêmio era castigar o colega vencido com doze “bolos de palmatória” (CORRÊA, 1985, p. 30).

Viriato Corrêa, por seu turno, não deixa de lançar sua crítica por meio do narrador:

Escola, realmente, não podia ser aquilo. Escola não podia ser aquela coisa enfadonha, feia, triste, que metia medo às crianças. Não podia ter aquele aspecto de prisão, aquele rigor de cadeia.

Escola devia ser um lugar agradável, cheio de atrativos, de encantos, de beleza, de alegria, de tudo que recreasse e satisfizesse o espírito. (CORRÊA, 1985, p. 30)

O escritor também o faz por meio do menino Cazuza. Quando empata com Doca na aposta de escrita e João Ricardo determina que cada um deverá aplicar seis “bolos” no outro, o protagonista se insurge:

— Não posso compreender isso! exclamei. Por que houve empate? Porque o Doca tem letra boa e eu tenho letra boa. Então quem tem letra boa apanha?

João Ricardo ergueu-se da cadeira com um berro.

— Não quero novidades! Sempre e sempre foi assim. Atrevido! Quem é aqui o professor?

E entregou a palmatória ao Doca. (CORRÊA, 1985, p. 52)

A tabuada, dispositivo pedagógico que atravessou a cultura escolar por décadas, assentou-se na ideia de que a memorização seria o meio eficaz para o aprendizado matemático. Mesmo a partir de meados do século XIX, quando a produção de livros didáticos começou a se consolidar, saber a tabuada de cor ainda se afirmava como método de ensino (SOUZA, 1998, p. 86).

Em um conjunto de pareceres propondo a reforma do ensino primário, elaborado em 1882, o jurista Rui Barbosa faz críticas às formas mecânicas de repetição para a memorização empregadas nas escolas:

Esse método é o que cumpre erradicar. Ele automatiza, a um tempo, o mestre e o aluno, reduzidos a duas máquinas de repetição material. O menino não é uma alma: é uma tábua, onde se embute. O cérebro não se trata como um composto orgânico, vivente, mas como uma verdadeira massa inertemente plástica, amalgável aos mais absurdos caprichos. O menino que maior número de páginas gravar textualmente na cabeça, que por mais tempo as retiver na mente, que mais pronta e exatamente as desdobrar a uma pergunta do questionário adotado, essa a mais aplaudida, a mais premiada e a mais esperançosa figura da classe. (BARBOSA, 1946, p.36-37)

Tais impressões de Rui Barbosa estão em acordo com o que traz a historiografia da Educação sobre as práticas pedagógicas daquele tempo, em que materiais didáticos eficientes eram escassos:

A memorização mantinha, sem dúvida, relação com uma cultura que era profundamente oralizada, em que a Igreja fizera a escrita ser apresentada sob a perspectiva da oralização, que tanto tinha repercussões na cultura das elites urbanas quanto na própria percepção popular, onde uma forma de catolicismo rústico deitara raízes profundas. (SOUZA, 1998, p.86)

Especificamente no que diz respeito ao ensino de Aritmética, a memorização, nos primeiros aprendizados em Cálculo, segundo a nomenclatura da época, apoiava-se na tabuada de multiplicação, originada da Tábua de Pitágoras (figura 36). Consistia em um quadro que continha “todos os resultados da multiplicação de cada um dos números, desde 1 até 9, por cada um dos mesmos números. O modo de formar essa tabuada é muito simples: escreve-se na primeira linha 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9. A segunda linha forma-se dobrando os nove números da primeira. A terceira triplicando-os, e assim por diante até a nona linha.” (MONTEVERDE, 1879, p.126-127)

1	2	3	4	5	6	7	8	9
2	4	6	8	10	12	14	16	18
3	6	9	12	15	18	21	24	27
4	8	12	16	20	24	28	32	36
5	10	15	20	25	30	35	40	45
6	12	18	24	30	36	42	48	54
7	14	21	28	35	42	49	56	63
8	16	24	32	40	48	56	64	72
9	18	27	36	45	54	63	72	81

Figura 36: Tábua de Pitágoras

Fonte: Manual Encyclopedico de Monteverde (1879, p.126)

Não à toa para Cazusa a sabatina de tabuada, exercício baseado neste dispositivo, era o pavor dos meninos do seu tempo (CORRÊA, 1985, p. 62). Nesta atividade de sala de aula, o professor enfileirava um grupo de alunos, que variava entre quinze e vinte por vez, e fazia-lhes perguntas de operações aritméticas de um por um. Se o aluno não respondesse imediatamente, passava para o próximo, até que algum deles acertasse o resultado. Este buscava a palmatória e aplicava o “bolo” nos colegas. Quando nenhum deles acertava, o professor era quem dava a pancada nas mãos de todos. Como as perguntas eram feitas de maneira a dificultar o raciocínio das crianças, o primeiro da fila costumava errar a resposta. Na sabatina descrita por Cazusa, o protagonista não teve tempo de responder as perguntas e tanto foi golpeado que as mãos se encheram do seu sangue, ao som dos berros de João Ricardo: “Cale essa boca! Quem não quer apanhar, estuda! Por que não estudou?” (CORRÊA, 1985, p. 64).

Quanto à oralização da tabuada, Souza (1998, p. 86-8) lembra que esta se relacionava à memorização e a uma cultura de catolicismo rústico, não sendo compreendida como método de ensino, mas sim privilegiada devido à escassez de livros e mesmo por desconhecimento do conteúdo das próprias disciplinas.

O caráter punitivo da conduta docente na cultura escolar, retratado por Viriato Corrêa por meio de João Ricardo, que culmina na exposição humilhante do aluno parece ser validado pela fala do personagem Tio Olavo, em diálogo com a mãe de Cazuzza:

— Eu sempre achei bárbaro o argumento da tabuada, sempre.

Tio Olavo, de cigarro de palha ao canto da boca, atalhou:

— Qual bárbaro, qual nada! No meu tempo era mais rigoroso do que hoje e ninguém morreu por apanhar. Sem palmatória é que não pode haver ensino.

— Mas não há necessidade de arrebentar as mãos das crianças, retrucou minha mãe, com duas lágrimas brilhando nos olhos.

Tio Olavo era um homem áspero, teimoso e que, apesar de maduro, se arrebatava facilmente como um rapaz.

— Criança merece sempre bordoadas, disse com o seu vozeirão. O professor nunca é injusto. Às vezes pensamos que ele castigou demais. É engano. Quando o castigo é demais nesta falta, serve para suprir o que foi insuficiente ou nenhum naquela outra. Bordoada nunca faz mal à criança. (CORRÊA, 1985, p. 65)

O discurso de tio Olavo se aproxima ao da família que deseja uma escola não somente instrutora de seus filhos, mas também educadora no sentido mais amplo da palavra, transmitindo valores morais, princípios éticos e padrões de comportamento baseados na autoridade e na opressão. De acordo com Cunha (2000, p. 452), a história da educação moderna aponta que a escola julgava ser a família incapaz de educar seus filhos, entendendo que, na sociedade brasileira pós-1822, valorizar sensibilidade de modo excessivo acarretaria abertura desordenada para o mundo, descuidando-se, assim, de cuidados como a moral e os bons costumes.

A mãe de Cazuzza, por outro lado, entendia que a agressão física não deveria fazer parte da cultura escolar, alinhando-se ao desejo do protagonista de estudar em uma escola sem “rigor de cadeia, nem palmatória, nem sabatinas de tabuada” (CORRÊA, 1985, p. 66), o que se materializou na Parte II da narrativa.

## 2.2 Lições e acolhimento na escola da vila

Cazuzza não conteve o deslumbramento quando, na vila de Coroatá, se deparou com a sua nova escola, “um velho casarão de vastas salas, que devia ter mais de meio século” (CORRÊA, 1985, p. 75):

Quando lá entrei, no primeiro dia, levado pela mão de meu pai, senti no peito o coração bater jubilosamente. Dona Janoca, a diretora, recebeu-me com carinho com que se recebe um filho. Os meninos e as meninas, que me viram chegar, olharam-me risonhamente, como se já tivessem brincado comigo (CORRÊA, 1985, p. 75).

Com as suas treze escolas públicas<sup>47</sup>, a vila de Coroatá, era descrita como feia, atrasada e pobre para quem já tivesse visto o mundo, mas para Cazuza as casas de telha, sobradinhos, as casas comerciais, missas e procissões do seu novo domicílio o deixava tão deslumbrado quanto a escola que passou a frequentar na localidade (CORRÊA, 1985, p. 74).

Notadamente, a descrição de dona Janoca, a diretora da escola, se inicia com a sua formação: “Dona Janoca tinha vindo da capital, onde aprendera a ensinar crianças” (CORRÊA, 1985, p. 75). Tratada por senhora apesar dos seus trinta e cinco anos, demonstrava ternura visitando os alunos que adoeciam levando-lhes remédio, fruta ou biscoito, além de conseguir material para os mais pobres e convencer os pais daqueles que se recusavam a enviar seus pequenos para serem instruídos.

O Estado, por seu turno, adotou, como medida para incentivar as famílias a enviarem seus filhos para a escola, os Grupos Escolares, em 1903, na capital e no interior do Maranhão, com o objetivo de superar a desorganização do cenário educativo. Os investimentos públicos nesta tarefa estavam alinhados ao ideário do governo brasileiro republicano que passou a admitir o expressivo número de analfabetos no país como um problema a ser combatido, exigindo também que aos eleitores era necessário atestar competência em habilidades de leitura e escrita para garantir o direito ao voto. Entre as diferenças entre as Escolas Primárias Isoladas e os Grupos Escolares, é possível enumerar: corpo docente composto de normalistas, adoção de métodos e currículo considerados cientificamente planejados e definição de tempo escolar (SILVA, 2017, p. 185). As escolas isoladas passaram a se reunir nos grupos<sup>48</sup>, o que facilitava o controle do fazer docente com o surgimento da figura do diretor (VIDAL, 2000, p. 499).

A partir da virada do século XIX para o XX, os governos se empenharam na construção de prédios escolares. Interessante observar que dona Janoca, vindo da capital, se depara com um prédio em ruínas que abrigava a escola e, pedindo auxílio aos habitantes locais por meio de doações, rifas, leilões e bazares, trata de empreender reforma junto com suas irmãs, também professoras, e faz “a velha casa, de mais de meio século, ressuscitar maravilhosamente, como os palácios surgem nos contos de fada” (CORRÊA, 1985, p. 76).

---

<sup>47</sup> *Álbum do Estado do Maranhão*, (1923), p. 75.

<sup>48</sup> Nesse sentido, para Ariès (1981, p. 170) “a evolução da instituição escolar está de forma paralela com a evolução do sentimento das idades e da infância. Inicialmente a sociedade aceitava normalmente a mistura de várias idades. Porém houve um dado momento que ocorreu certa repugnância em favor das crianças menores”.

Para a tematização de Dona Janoca e das demais professoras da escola da vila de Coroatá, é necessário analisar o quadro educacional e a formação docente maranhense na virada do século XIX para o século XX. Um ano antes da Proclamação da República (1889), o ensino secundário no Maranhão estava restrito ao Liceu e a instrução primária em toda a Província contava com 90 cadeiras do sexo masculino frequentadas por 3181 alunos e 59 cadeiras do sexo feminino com 1547 alunas (ANDRADE, 1984, p. 49). No entanto, a maior autonomia política para as províncias e o incremento das classes médias urbanas fizeram despontar, já naquela época, o monopólio da área privada entre os estabelecimentos de ensino em detrimento dos estabelecimentos oficiais, que eram poucos e insuficientes para atender a crescente demanda de alunos. Assim, surgiu a necessidade da criação de escola normal para a formação teórica e prática de profissionais que desempenhariam o papel de preceptores das crianças, já que o ensino, de modo geral, encontrava-se a cargo de pessoas despreparadas para a função (ANDRADE, 1984, p. 49).

A primeira reforma do ensino decretada pelo governo provisório republicano, em 1890, coincidiu com a gestão de José Thomaz de Porciúncula, iniciada no mesmo ano, que baixou decreto organizando o ensino público, segmentando-o em primário, secundário e técnico ou profissional, mantendo o Liceu com a introdução de algumas reformas em sua organização, criando a Escola Normal, um Conselho Superior de Instrução Pública e um Instituto Técnico (VIVEIROS, 1953, p. 13)

Benito (2017, p. 38) lembra que a influência do positivismo “fez os saberes da escola se afastarem da realidade” que a rodeava, reduzindo-os a discursos “especulativos, demasiadamente formais e herméticos, em geral, difíceis de se acomodar às expectativas da experiência e do funcionamento das instituições educativas”. A exceção, entende ele, foram justamente as inovações do escolanovismo, que concebeu interações entre as culturas teóricas e o campo das práticas.

A passagem do modelo pedagógico adotado pela escola do povoado para o modelo pedagógico da escola da vila se deu na medida em que educar sobre moldes de rigidez e disciplina excessivas e ausência de acolhimento, impedindo a liberdade e a espontaneidade, já não se mostrava adequado. Era esse um meio para se gerar indivíduos psicologicamente desequilibrados e cidadãos que não atendiam às necessidades da ordem social nascente com o fim do Império e do escravismo (CUNHA, 2000, p. 455). A efervescência de movimentos sociais e



ideologias ocasionaram mudanças na vida cultural que exigia instituições de ensino capazes de educar a todos, notadamente na escola da vila de Coroatá de *Cazuza*, as camadas mais pobres e meninas.

Pretendendo a incorporação de toda a população infantil, a escola renovada se mostrava o meio adequado para popularizar normas e valores sociais que chancelassem, entre outros ideais, os preceitos do trabalho produtivo e eficiente e a compreensão científica do humano, tomado individualmente. Neste propósito, o aluno assume o centro dos processos de aquisição do conhecimento escolar, tomando-se a aprendizagem em lugar de ensino (VIDAL, 2000, p. 498). O escolanovismo procurava organizar o espaço escolar em cadeiras móveis, abandonando a ordenação em carteiras fixas enfileiradas e sugerindo carteiras móveis que oferecessem condições para o trabalho em grupo (VIDAL, 2000, p. 515).

Tratando-se do Maranhão, em específico, marco relevante na educação do Estado foi a criação da Escola Modelo, no centro de São Luís, em 1896 — depois chamada Benedito Leite — anexa à Escola Normal, com o objetivo de servir à prática dos alunos normalistas em classes com crianças de ambos os sexos. O sistema educacional do Estado, no entanto, sentia os impactos de crise econômica, dificultando a sua expansão e contratação de professores principalmente no sertão, já que uma das consequências da má fase econômico-financeira foi o êxodo rural e a precarização das condições de vida naquelas localidades (ANDRADE, 1984, p. 53). Em 1913, a dificuldade em radicar normalistas no interior do Estado foi comentada pelo Governador Domingues da Silva:

Por constituírem ainda exceção ínfima as escolas regidas pelos normalistas no interior, parece de bom conselho acolher sempre na Escola Normal o maior número possível de alunos, de modo que, quando não pelo próprio amor da profissão, os normalistas venham aceitar as cadeiras do interior pelo excesso de professores na capital. (SILVA, 1913. p. 22)

Avançando no tempo, o governo de Benedito Leite (1906-1910)<sup>49</sup> tratou de remodelar a Escola Normal e, após este período, o governo que se seguiu se empenhou em coibir abusos constatados pela omissão ou complacência de grande parte das Comissões Escolares a que competia a fiscalização do ensino nas escolas. Para tanto, determinou modificações em sua

---

<sup>49</sup> O mandatário também foi, na ocasião, o responsável pela fundação da Biblioteca Pública e da Imprensa Oficial, contribuindo para o desenvolvimento da cultura no Estado, apesar da crise econômica que não findava (ANDRADE, 1984, p. 55)

constituição (SILVA, 1911, p. 12). A voz discordante de tal medida foi Henrique Couto, em relatório de 10 de janeiro de 1919:

Antigamente, havia nos municípios, as comissões escolares que desapareceram com a reorganização de 1914; hoje são os promotores públicos, os adjuntos e os delegados escolares que exercem as funções de inspetor escolar. Mas, não sendo para eles uma missão especial, não se ocupam geralmente com a instrução, a que os professores locais dão a feição que bem lhes parece. Daí a diversidade nos métodos de ensino que se nota de localidade para localidade. (COUTO, 1919, p. 56)

Posteriormente, o governador de Godofredo Viana, em 1922, executou a reforma da instrução pública elaborada no governo anterior por uma comissão que presidiu e que estabelecia três cursos para ensino primário: o elementar, dos 5 aos 7 anos; o médio, dos 7 aos 12 anos e o complementar, dos 12 aos 13 anos (ANDRADE, 1984, p. 60). Entre as desventuras das políticas públicas de melhoria do ensino maranhense e do seu avanço para o sertão, dona Janoca, assim que chegou à vila, vindo da capital, tratou de reformar o velho casarão que abrigaria a escola, por meio de uma imagem simbólica criada por Viriato Corrêa, ratificando o contraste entre a rigidez da escola do povoado de Pirapemas e o acolhimento da escola da vila de Coroatá. As paredes ilustradas com quadros, bandeiras, mapas e fotografias de temas e conteúdos diversos divertiam e instruíam os alunos com conhecimentos científicos.

No dizer de Vidal (2000, p. 499), houve esforço da administração pública em disponibilizar, especialmente nas áreas urbanas, amplo acervo de materiais, como mapas, cartazes e coleções, para as escolas primárias, numa tentativa de viabilizar o ensino intuitivo. O que no período do Império foi apenas experiência pontual em escolas privadas agora fazia parte da orientação pedagógica.

O método intuitivo pressupunha um ensino que partia do concreto para o abstrato e do próximo para o distante, prezando pelos sentidos como forma de aquisição de conhecimento. Portanto, a partir do fim do século XIX, o ensino seria realizado pelas “lições de coisas” — denominação que se popularizou entre profissionais de educação (VIDAL, 2000, p. 509). Nele, o aluno era incentivado a observar fatos e objetos para conhecer-lhes as características em ocasiões de aprendizagem seja em excursões, em lições de “coisas” ou por meio do estudo de desenhos ou gravuras. O conhecimento, neste sentido, não seria mais transmitido pelo docente para ser memorizado, mas sim viria da relação concreta entre alunos e objetos ou fatos, cabendo à escola manter um acervo de materiais.

Os novos métodos utilizados em escolas, assim como as críticas aos rigores empregados nos métodos a serem combatidos, encontraram acolhida nos jornais e revistas da época, como no artigo “A escola velha e a escola nova” publicado na *Revista do Norte* de 10 de janeiro de 1903. A sua autoria é atribuída ao diretor da revista, Antonio Lôbo<sup>50</sup>, sob o pseudônimo Rabelais Júnior (ANDRADE, 1984, p. 90). Lôbo, que foi professor da Escola Normal e do Seminário das Mercês e dirigiu o Liceu Maranhense, a Instrução Pública e a Biblioteca Pública, trouxe neste artigo concepções pedagógicas inovadoras que ocorriam no ensino maranhense. Mencionou a escola em um estabelecimento apropriado e cercado de vegetação, com salas de aula iluminadas e adequadamente ventiladas, com mobília escolar adaptada à estrutura física da criança, em oposição ao que era então predominantemente praticado. Quanto ao plano pedagógico,

(...) mestre e discípulos numa intimidade respeitosa. A criança não mais o saco que se enche de conhecimentos mais ou menos são, o papagaio que repete sem compreender, mas sim o organismo cuja espontaneidade se respeita, cuja atividade se dirige e encaminha(...) Programas pedagogicamente organizados, onde se alternam as disciplinas que exigem maior esforço intelectual com as que demandam mais trabalho físico; a ginástica e o canto desenvolvendo o corpo e alegrando a aula, a moral em exemplo. (RABELAIS JUNIOR (pseud.), 1903, p. 35)

Soma-se a tais proposições a valorização do método intuitivo defendido no Maranhão por Jansen Ferreira, sugerindo o ensino intuitivo de geografia, física administrativa e econômica por meio do conhecimento direto de dada região de pouca extensão conhecida pelos alunos, preparando-os para a compreensão total da geografia (ANDRADE, 1984, p. 93), o que se nota em *Cazuza* tanto na escola com a qual o protagonista sonhou quando ainda residia em Pirapemas — “as paredes, cobertas de mapas, quadros e desenhos, davam aos olhos um efeito deslumbrante” (CORRÊA, 1985, p. 67) — quanto na escola em que estudou na vila de Coroatá — “De alto a baixo uma infinidade de quadros, bandeiras, mapas, fotografias, figuras recortadas de revistas, retratos de grandes homens, coleções de insetos, vistas de cidades, cantos e cantinhos do Brasil e do mundo.” (CORRÊA, 1985, p. 76).

---

<sup>50</sup> O maranhense de São Luís Antonio Francisco Leal Lôbo (1870-1916) se notabilizou como escritor e jornalista combativo, tendo sido redator e colaborador de muitas revistas e jornais da sua cidade natal, como *Pacotilha*, *Federalista*, *Diário do Maranhão*, *Revista Elegante* e a citada *Revista do Norte*, fundada por ele e Alfredo Teixeira. Foi um dos fundadores da Academia Maranhense de Letras (ANDRADE, 1984, p. 91).

Relevante, neste ponto, mencionar a contribuição de Ludovico Schwennhagen<sup>51</sup> para a discussão de temas relacionados à educação maranhense no início do século XX (ANDRADE, 1984, p. 79). Professor de Filologia por 25 anos em diferentes países da Europa e convidado em 1910 pelo Governo Federal do Brasil para projetos de organização educacional no norte do país, publicou o artigo “Algumas ideias sobre a instrução pública”, em 03 de julho de 1924, contendo apontamentos sobre a educação no Maranhão:

O estado de fome no Maranhão é a consequência da falta do ensino agrícola. É coisa paradoxal um país tão fértil, com condições climáticas e geográficas estão favoráveis, não poder alimentar sua pequena população. (...) O ensino primário deve ser duplo: teórico e prático. Todas as escolas do interior, inclusive as do subúrbio de São Luís, devem ter um horto e um campo extenso, onde os alunos aprendessem, nas horas matutinas, sob a direção do professor, a plantar macaxeira, legumes, arroz, feijão, café etc. À tarde, os alunos aprenderiam a ler, escrever e contar. As alunas receberiam ensino teórico de manhã e de tarde teria uma aula de costura, fabricação de redes, de chapéu de palha e de outras coisas úteis. Uma professora que sabe ensinar esses trabalhos necessários, parece-me mais proveitosa do que uma normalista com todos os seus estudos filosóficos, químicos e matemáticos, que estão geralmente muito acima do nível intelectual de uma mocinha de 14 e 15 anos (SCHWENNHAGEN, 1924, p. 1)

Na narrativa de *Cazuza*, o meio cultural ruralizado ainda permanece na Parte II, com as vaquejadas do sertão e com os animais com que o protagonista conviveu na vila de Coroatá<sup>52</sup>, elementos que aproximam os personagens e suas ações de aplicações práticas dos estudos escolares.

De forma paulatina, na narrativa e na realidade que Viriato Corrêa apreendeu em *Cazuza*, as reformas do ensino fizeram se dissipar o tempo em que mandava a palmartória e a aprendizagem se dava pelo terror imposto às crianças, substituído pela relação de confiança entre aluno e professor, este agora visto como amigo carinhoso e paciente.

Com efeito, a educação naquele tempo aparentava ser compreendida como uma segunda natureza, em que o mestre seria o sucessor dos pais na missão de formar a personalidade do

---

<sup>51</sup> O austríaco Ludwig Schwennhagen (?-1932) foi conferencista, professor, filólogo e historiador. Foi membro da Sociedade de Geografia Comercial de Viena e era chamado de Ludovico Chovenágua no Brasil, devido à dificuldade de pronúncia do seu nome. Chegou ao país por volta de 1910, percorrendo os Estados das Regiões Norte e Nordeste, se notabilizou pela descoberta do que seriam vestígios da presença de fenícios, hebreus, cartagineses e egípcios no território brasileiro em período anterior à Era Cristã. Após a publicação do seu *Tratado Histórico*, desapareceu misteriosamente em Cândido Mendes, no Estado do Maranhão, contando por volta de 70 anos de idade. (*Boletim de Ariel*, nov./1935. Página 35)

<sup>52</sup> Tais passagens serão analisadas no Capítulo 3 desta dissertação.

educando, o que é possível concluir a partir do discurso do professor Sá Viana<sup>53</sup> em seu “Discurso de Paraninfo” em 1920:

O pai é obra da natureza, dá a vida: o mestre é obra da sociedade, prepara o educando para a realização do fim para o qual foi criado; o pai dá o homem ao mundo e o mestre utiliza-o, dando o cidadão ao Estado. É o pai, nesta segunda natureza que é educação, ou seja, o mestre, quem deve suceder à mãe na missão delicada e cheia de graves responsabilidades, na formação do caráter do adolescente. (VIANA, 1958, p. 137)

Foram incumbidas desta missão, em *Cazuza*, três mulheres chegadas à vila de Coroatá — uma diretora e duas professoras — vindas da capital e adentrando o interior do Maranhão, em um movimento que pode ser comparado com uma ação civilizatória ou missionária. Dona Janoca, dona Neném e dona Rosinha compunham o corpo docente da segunda escola que Cazuza frequentou. A primeira, professora da classe de Cazuza, tinha beleza e doçura como seus traços mais marcantes e preferia contar uma fábula com fundamento moral diante de ato disciplinar grave cometido pelos alunos. Tal ocorre quando da briga entre Custódio e Sinhozinho, em que dona Neném opta por narrar a toda a classe a parábola do *Sapato Ferrado e a Sandália de Veludo*, calçados destinados a pessoas de lugares sociais distintos, mas que se encontram no início na mesma vitrine de sapataria e no final na mesma lata de lixo (CORRÊA, 1985, p. 87). Acontece que Sinhozinho julgava-se superior por ser filho do prefeito do lugar, não cooperava com os companheiros nas atividades escolares e às vezes os “olhava por cima dos ombros, como se fosse superior a todos” (CORRÊA, 1985, p. 79). Por meio do comportamento de Sinhozinho e da crítica que Cazuza faz a ele, Viriato Corrêa sugere que, na escola da vila de Coroatá, as crianças de diferentes origens sociais conviviam em um ambiente democrático.

O destaque conferido por Viriato Corrêa às interações entre os alunos na escola da vila de Coroatá — a ponto de influenciar nas atividades desenvolvidas em sala de aula — correspondia ao objetivo do novo ideário educacional articulado desde aproximadamente os anos 1920, consistindo em socializar crianças e jovens, ensinando para que o educando tivesse condições de responder aos requisitos da nova sociedade, através da observação metódica e objetiva dos indivíduos imersos na cultura escolar (CUNHA, 2000, p. 458).

---

<sup>53</sup> O maranhense de São Luís Manoel Álvaro de Souza Sá Viana (1860-1922) foi catedrático da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro (que se fundiu à Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro em 1920 para a criação da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além de sócio correspondente da Academia Maranhense de Letras.

A diferença entre uma educação dita tradicional e a proposta do movimento escolanovista residia na concepção de ciência colocada em pauta, uma vez que os novos ideólogos, da renovação escolar, compreendiam estar recorrendo não mais a conhecimentos alicerçados em suposições e preconceitos sobre infância e o educando, mas sim aos resultados objetivamente verificáveis (CUNHA, 2000, p. 455). Com efeito, se o ensino empregado por João Ricardo era o de saberes já cristalizados e incontestáveis, na proposta de dona Neném parte-se da observação dos alunos em suas interações para se chegar aos conteúdos pertinentes àquela classe.

Já dona Rosinha, a professora da classe acima de Cazuzá e irmã de dona Neném, se destacava pela vibração e brilho no olhar, quando se dirigia às crianças, sabendo, nas palavras de Viriato Corrêa, “o segredo de entrar no coração das crianças” (1985, p. 77). Digno de nota é que a omissão de referência a compromisso matrimonial das professoras da narrativa parece reforçar semelhança destas com mães ou irmãs mais velhas, em uma representação de feminino que denota dedicação exclusiva ao magistério. Transparece, assim, nas professoras da escola da Vila de Coroatá, a ideia de que deveriam ser, em seu caráter moderno, felizes e abnegadas, solteironas que compreendiam o magistério como missão e uma forma de maternidade, oferecendo proteção e cuidado aos alunos.

Ao lado da presença das mulheres na educação ao longo da Parte II da narrativa, é oportuno notar que a Igreja tem papel relevante neste ponto da narrativa de *Cazuzá*. Quando o Padre Zacarias, o vigário da vila de Coroatá, compareceu à escola, foi recebido com alegria pelas professoras e pelos alunos, maravilhados diante da “simplicidade juvenil daquela velhice cheia de pureza e humildade.” (CORRÊA, 1985, p. 97). Seu objetivo com a visita era que a diretora lhe desse almoço, já que sua intensa dedicação à caridade o impedia de acumular bens até mesmo para o seu sustento. Mais adiante, no capítulo “O voluntário do Paraguai”, o religioso participa de conversa sobre métodos de educação com dona Janoca, as professoras Rosinha e Neném e o velho Honorato, veterano da Guerra do Paraguai. No momento em que o veterano diz não compreender a educação pelos meios brandos, pelo estímulo e pelo exemplo defendida por dona Janoca, Padre Zacarias argumenta que “o que não se consegue pela brandura, não se consegue pela violência. Onde se viu a violência produzir obra que prestasse?” (CORRÊA, 1985, p. 120). Nestas passagens, pode ser percebida a associação entre a Igreja católica e a educação em *Cazuzá*.

Em análise da influência do catolicismo no Brasil, Bruneau (1974, p. 151) constatou que a



organização institucional da Igreja objetivava cobrir todo o território nacional, buscando penetrar em todas as consciências individuais, de diferentes classes sociais e étnicas, utilizando as estruturas estatais para influenciar as atividades humanas, com a promessa da salvação eterna. No entanto, a Proclamação da República, em 1889, determinando a cisão entre Estado e Igreja, fragilizou as redes de influência do catolicismo até então vigentes, o que fez surgir outro tipo de relação entre sociedade e clero no Brasil. Nos anos que se seguiram, o Estado e as elites se aproveitaram da estrutura e da manutenção do prestígio da Igreja diante da população para o disciplinamento dos mais pobres, surgindo uma nova forma de domínio público (BRUNEAU, 1974, p. 153).

Interessada na aprovação do retorno do ensino religioso na instrução pública nas reformas educacionais do período da Primeira República, a Igreja buscou aproximação com o grupo político que representava o Exército Brasileiro<sup>54</sup>. Em comum, ambos preocupavam-se com a ordem, o respeito às leis e à autoridade.

Colaborando com o Estado na assistência social e na educação, a Igreja se encarregou de propiciar uma educação que prezasse pela manutenção da ordem na sociedade e do equilíbrio da família nuclear, afastando as camadas populares da “ignorância” e de comportamentos considerados imorais. Assim sendo, pode ser notada a presença do catolicismo na cultura escolar retratada por Viriato Corrêa nesta narrativa, apontando para o reconhecimento da autoridade moral eclesiástica junto à comunidade escolar no sertão maranhense da vila de Coroatá.

Dona Janoca procurava se aproximar não só dos que reconheciam o importante papel social desempenhado pela escola, como o vigário, mas também daqueles que não valorizavam a instrução escolar, sendo um deles Lelé Romão, trabalhador humilde que fornecia lenha às casas da região. Representado como analfabeto e pai de analfabetos, acreditava na falta de necessidade de frequência à escola e não havia argumentos de dona Janoca que o fizesse mudar de opinião. Em conversa para convencê-lo a enviar o filho mais novo, Macário, para instruir-se, Lelé Romão afirma à diretora:

— Escola para quê? Tudo que ele precisava saber, e tudo que eu precisava que ele soubesse, ele sabe. Na escola a senhora não tem menino mais inteligente e mais sabido do que ele.

— Por isso mesmo deve instruir-se.

---

<sup>54</sup> O encontro entre o Padre Zacarias e o velho Honorato, em que o segundo conta o fato que vivenciou durante a Guerra e o vigário aprova sua atitude, parece apontar aproximação entre as instituições Igreja e Exército. Este aspecto será tratado no Capítulo 3 desta dissertação.

- Mas ele faz as coisas tão direitinho.  
 — Melhor as fará se tiver instrução. A perfeição é para quem tem saber. O analfabeto, por mais hábil que seja, nunca faz nada direito. (CORRÊA, 1985, p. 108)

No Maranhão do início do século XX, o governo de Godofredo Viana (1922-1926) defendeu o ensino para as massas populacionais, criando escolas urbanas e rurais e equiparando à Escola Modelo os cursos de ensino primário de estabelecimentos com os da Escola Normal Primária, os da Escola São Luiz Gonzaga, os do Colégio Santa Tereza, Instituto Fernandes e Educandário Maria Auxiliadora (ANDRADE, 1984, p. 61). A narrativa de *Cazuza*, portanto, reflete que a melhoria do ensino nas escolas elementares foi a grande reivindicação educacional das classes dominantes do Maranhão durante o período da Primeira República, com o objetivo de reduzir o analfabetismo (ANDRADE, 1984, p. 63).

Até 1930 as classes média e alta foram mais atendidas pela escola primária do que as camadas mais empobrecidas. Especificamente em solo maranhense, a extensão do seu território e as dificuldades de transporte da época faziam existir expressiva diferença entre o ensino da capital e o ensino no interior, conforme o texto que segue:

O governador do Estado, advertido pelas reclamações que de contínuo recebe de quase todos os municípios contra a falta de instrução primária no interior, procurou indagar a causa do mal, que assim pelo testemunho, pode-se dizer unânime do povo se afirmava incontestável.

E, nessa tarefa, logo lhe impressionou o espírito, o demasiado preparo dos alunos na capital, em desolador contraste com a incompetência da grande maioria dos professores no interior, agravada pela condescendência ou pelo desleixo das comissões escolares.

E, tocado pela anomalia do caso, logo assentou de diligenciar a substituição dos professores menos idôneos e de exercer uma inspeção mais vigilante e menos disforme sobre as escolas em geral (SILVA, 1911, p. 71).

No entanto, nem só de desafios era permeada a cultura escolar na vila de Coroatá, sendo um elemento marcante o evento organizado em comemoração ao aniversário de dona Janoca. Cazuza conta que era manhã de quinta-feira e todos compareceram à missa, encerrada com um coro e canto de hinos pelos alunos. Após a fala comovente do Padre Zacarias, formou-se um cortejo que se dirigiu à escola, ao som de foguetes e banda de música. Os alunos marchavam em fila, dois a dois, tendo ao final dona Janoca, cercada de figuras importantes na vila, dentre as quais o protagonista cita o vigário, o promotor e o juiz de direito. Chegando à escola, o prefeito, também pai de um dos alunos, “falou em nome do povo” e Conceição, colega de classe de Cazuza, leu “maravilhoso discursinho” em saudação à diretora, seguido de aplausos e abraços à

menina. Por fim, algumas crianças recitaram poesias, cabendo a Pata-choca declamar o “Canto do Tamoio”, de Gonçalves Dias<sup>55</sup> (CORRÊA, 1985, p. 127).

À semelhança da comemoração do aniversário de dona Janoca, o jornal *Pacotilha* noticiou, em 1905, o evento escolar denominado festa de Gonçalves Dias, descrevendo a reunião em praça pública de estudantes e corpo docente de instituições de ensino de São Luís:

**Gonçalves Dias**  
**As festas de hontem**  
 Embora sem a concorrência da do anno passado, a romaria de hontem teve a imponencia que soe coroar as festas de caracter civico.  
 A's 5 1/2 horas da tarde, mais ou menos, o prestito se moveu da praça João Lisboa, desfilando pela rua Grande, Passeio, estacando em frente da estatua do immortal glorificado.  
 Era esta a ordem a que obedecia o séquito: Escola de Aprendizizes Marinheiros; 1º grupo Escolar, da rua Grande, sob a direcção da professora d. Ana Rocha de Oliveira Barroso; Collegio do Sagrado Coração Jesus, de d. Zaira Nina Rosa; Atheneu Maranhense, do professor A. Rodrigues Baima; Collegio de S. Sebastião, do conego João dos Santos Chaves; alumnos do Centro Caxeiral, com estandartes; Companhia de Bombeiros, com

estandarte, a carro, e todo o material; comissão do Club Militar da Guarda Nacional e Classes congeneres, com estandarte, a carro; commandante e officiaes da Guarnição Federal, a carro; intendente municipal, a carro; governador do Estado, representado pelo seu secretario, a carro; officiaes do Corpo de Infantaria do Estado, a carro; Sociedade União Syria, em bond especial; Oficina dos Novos, com estandarte, a carro; Representante do municipio de Caxias.  
 A infancia foi representada pelo interessante menino José de Riba-mar Santos Pereira, que conduzia o estandarte da Oficina dos Novos.

Ao chegar a romaria em frente da estatua de Gonçalves Dias, os alumnos do 1º Grupo Escolar, no palanque que ali foi erguido, cantaram a «Canção do Exilio», uma das mais bellas composições do commemorado.  
 Em seguida falou Antonio Lobo, o orador official, fazendo o panegyrico do grande poeta.  
 As bandas de musica executaram, então, o Hymno Maranhense, começando o concerto popular, que se prolongou até ás 10 horas da noite.  
 —Hoje, das 6 horas da tarde até ás 10 horas da noite, as bandas de musica civil e militares tocarão á praça Gonçalves Dias.  
 A noite haverá espectáculo de gala no S. Luiz, sendo levada á scena a peça—«Ouros, páus, copas, espadas!»  
 A orchestra, sob a regencia do professor Ignacio Cunha, executará o seguinte programma:

Protophonia—Il' Guarany.  
 Hymno Nacional.  
 Pas de quatre—Violeta—Ignacio Cunha.  
 Hymno Maranhense.  
 Valsa—Euterpe—J. Victal de Mattos.  
 Hymno da Proclamação da Republica.  
 Polka—Chateaux en Espagne—E. Waldtenfel.  
 Valsa—Lune de Niel—E. Waldtenfel.  
 Marcha Triumphal G. Dias—F. Libanio Golás.  
 O festival terminará com brilhante apothose á intellectualidade maranhense, representada por Gonçalves Dias, João Lisboa, Odorico Mendes e Gomes de Souza.

Figuras 37, 38, 39 e 40

Fonte: *Pacotilha*, 4 nov. 1905, n. 262, ano 14.

As festas de ontem

Embora sem a ocorrência do ano passado, a romaria de ontem teve a imponência que são coroar as festas de caráter cívico.

Às cinco e meia da tarde, mais ou menos, o séquito se moveu na Praça João Lisboa desfilando pela Rua Grande, Passeio, estacando em frente da estátua do imortal glorificado.

Era esta a ordem a que obedecia o séquito: escola de aprendizes marinheiros; Primeiro Grupo Escolar da rua grande sob a regência da professora d. Ana Rocha de Oliveira Barroso; Colégio do Sagrado Coração de Jesus de d. Zaira Nina Rosa; Atheneu maranhense do professor A Rodrigues Baima; Colégio de São Sebastião do Cônego João dos Santos Chaves, alunos do Centro Caxeiral com estandartes, Companhia de Bom

<sup>55</sup> O maranhense de Caxias Antônio Gonçalves Dias (1823-1864) foi poeta, professor, crítico de história e etnólogo. Coursou Direito em Coimbra, em Portugal, país natal de seu pai, onde teve contato com um grupo de poetas portugueses, o que se somou à influência que recebeu do Romantismo europeu para torná-lo um dos principais expoentes da poesia romântica e nacionalista em língua portuguesa. Regressando ao Brasil, no Rio de Janeiro dedicou-se à produção literária e ao magistério como professor de Latim e História no Colégio Pedro II, além de ter sido um dos fundadores da revista *Guanabara*, em 1849. A partir de 1854, participou de missões oficiais de estudos e pesquisas na Europa e no Brasil, ao mesmo tempo em que tratava sua saúde, debilitada pela tuberculose, doença que o vitimou durante o naufrágio da embarcação em que se encontrava, na costa do Maranhão. (<https://www.academia.org.br/academicos/goncalves-dias/biografia>). Acesso em 5 de abril de 2022.

beijos, com estandarte, a carro, e rodo, material; Comissão do Clube Militar da Guarda Nacional e classes congêneres, com estandarte, a carro; comandante e oficiais da Guarnição Federal, a carro; Governador do Estado representado pelo seu secretário, a carro; oficiais do campo de infantaria do estado, a carro; Sociedade União Síria, Oficina dos Novos, com estandartes, a carro; representante do município de Caxias.

A infância foi representada pelo interessante menino José de Ribamar Santos Pereira, que conduzia o estandarte da Oficina dos Novos. Ao chegar à romaria em frente da estátua de Gonçalves Dias, os alunos do Primeiro Grupo Escolar, no palanque que ali foi erguido, cantaram a “Canção do Exílio”, uma das mais belas composições do comemorado.

Em seguida falou Antônio Lobo, o orador oficial, fazendo o “Peregrino” do grande poeta. As bandas de música executaram, então, o hino maranhense, começando o concerto popular, que se prolongou até as 10 horas da noite... (*Pacotilha*, 4 nov. 1905, n. 262, ano 14).

Nota-se que os eventos presentes na cultura escolar de *Cazuza* e na festa de Gonçalves Dias relatada na *Pacotilha* eram úteis para comunicar à sociedade os ideais educativos daquela instituição de ensino. Na organização, no desenvolvimento e nos participantes na comemoração de aniversário de dona Janoca observam-se o respeito e o carinho à autoridade máxima da escola, a parceria de ideias estabelecida com a Igreja Católica e o poder estatal ali vigente, assim como o prestígio do corpo docente no discurso elaborado e na declamação de poemas pelos alunos. Assim, nos eventos se destacam os sentidos que a escola atribuía a si mesma, o que se esperava dela, o que desempenhavam os seus integrantes e que relações eram travadas entre eles. De acordo com Boto (2012),

(...) os eventos pedagógicos, configuravam-se como canal irradiador de novas ideias de ensino e, principalmente, como veículo conscientizador de uma nova ordem, de novas posturas e de apresentação da escola como local propício à formação deste novo homem, pois “havia sim, quem desejasse a escola para seus filhos, havia sim, quem acreditasse que o conhecimento de intervenção mais pronta no processo civilizatório. E havia, também, como via de mão dupla, quem rejeitasse ou fosse indiferente à tarefa de instituição escolar (BOTO, 2012, p. 142).

A cultura escolar apresentada por Viriato Corrêa como lugar para a formação de um homem atingirá o ápice na Parte III de *Cazuza*, quando o protagonista alcança o estudo na capital de Maranhão. Seu pai iria levá-lo para o colégio, em São Luís: “Creio que não houve, na minha meninice, novidade que me causasse maior contentamento. Senti tanta emoção, que as mãos me esfriaram e as pernas me tremeram” (CORRÊA, 1985, p. 135). A alegria do pequeno falou por si...

### 2.3 Nacionalismo e civilidade no Colégio Timbira

Finalmente Cazuzza chegou ao Colégio Timbira, caracterizado como um velho sobrado de azulejos de frente para o mar, com organização diversa dos corpos docente e discente e da estrutura física, como se verá no que segue.

Sendo a escola fictícia, cabem neste ponto comentários a respeito do termo “timbira”. A palavra designa o grupo de povos indígenas falantes da língua de mesmo nome que habita o sul do Maranhão, leste do Pará e norte do Tocantins<sup>56</sup>. É oportuno destacar que Gonçalves Dias, poeta maranhense aludido na seção anterior como o autor do “Canto do Tamoio”, compôs um poema épico inacabado denominado “Os timbiras”<sup>57</sup>.

Retornando ao Colégio Timbira de *Cazuzza*, o seu casarão imenso, de escadaria afidalgada, com muitas janelas, salas e quartos, abrigava aulas primárias e secundárias no andar inferior. Em cima, encontravam-se a secretaria, a sala de estudos, o refeitório e o dormitório. No seu interior, conviviam por volta de cinquenta alunos internos e duzentos externos, professores, vigilantes e inspetores (CORRÊA, 1985, p. 147).

A arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, como um elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que ela seja bem explícita ou manifesta (BENITO, 1998, p. 45). Nesta medida, a localização da terceira escola de Cazuzza, num sobrado à beira-mar e conseqüentemente numa posição de destaque no meio urbano da qual fazia parte, impunha elementos simbólicos próprios e incorporados que respondem a padrões culturais e pedagógicos que os alunos internalizavam e aprendiam.

Cazuzza informa que era permitido aos alunos, aos domingos, chegar às janelas da rua e andar por todo o casarão, que tinha amplas escadas usadas em brincadeiras de escorregar de alto a

<sup>56</sup> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Timbira>. Acesso em 14 de abril de 2022.

<sup>57</sup> Com a pretensão de ser considerado uma *Ilíada Brasileira*, “Os timbiras” contava com elementos da natureza tropical e com “guerreiros diabólicos e mulheres feiticeiras”, a partir de dados das pesquisas obtidos pelo autor em suas viagens de estudos. Em 1857 foram publicados os primeiros quatro cantos, no entanto o projeto foi interrompido em 1862 devido ao agravamento da saúde do escritor e da escassez de patrocínio governamental para as expedições de pesquisas (SOUZA, 2020). O biógrafo de Gonçalves Dias, contudo, aponta que doze cantos do poema chegaram a ser escritos e foram vistos na posse do autor em 1853 e, a partir desta informação, conclui que o autor teria finalizado a obra e trazido consigo os manuscritos na viagem de volta à terra natal. No entanto, o material teria se perdido no naufrágio que deu fim à sua vida, perdendo-se no mar ou na mala extraviada depois (LEAL, 1968). Em que pesem as críticas ao poema, que atribui aos indígenas do povo timbira traços culturais dos indígenas do litoral e projeções de normas, sentimentos e aspirações próprias do meio urbano de Gonçalves Dias, “Os timbiras” recebeu elogios da crítica literária oitocentista “pelo talento do poeta, na beleza dos versos e na dicção como em numerosos detalhes” (WOLF, 1955, p. 32).

baixo e se proteger dos alunos das classes mais adiantadas (CORRÊA, 1985, p. 148). Assim, aquele espaço criado por adultos foi apropriado pela cultura escolar, tomando por base o conceito de “techné”, trazido por Benito (2017, p. 185), compreendido como as habilidades sociais adquiridas no cotidiano escolar necessárias à convivência na medida em que os costumes e a autoridade impõem limites à agressividade dos sujeitos. Tais habilidades, a exemplo dos cuidados que os alunos mais novos tomavam circulando pela escola, constituem um ritual em constante evolução e uma construção social que cada indivíduo carrega dentro de si.

O protagonista observou que naquele ambiente escolar havia professores “de todos os feitos, os ásperos, os pacientes, os bons, os desleixados, os que gostavam de dar cascudos e os que não sabiam ensinar senão com berros” (CORRÊA, 1985, p. 142). Digno de nota é que nesta instituição, em oposição à da vila de Coroatá, não havia professoras, ganhando destaque na narrativa o diretor da escola, Lobato, e o professor João Cância. Ferro (2010) observa que

na escola da aldeia Viriato assume a perspectiva da criança e na escola secundária emerge a perspectiva dos adultos — oferece dois exemplos de bons alunos, um pobre e outro rico, todos os exemplares — e os meninos detestados todos os três maus alunos: um porque é insolente e autoritário, outro porque é sujo e outro porque é mal-educado. Na escola primária existem ‘maus alunos’ simpáticos, o diretor (não existem mais diretoras e professores) assume um ar paternal, mas prepara os meninos para a vida pública. Os professores são aceitos como diferentes, saindo do modelo maniqueísta (mau professor x boa professora) da escola primária (FERRO, 2010, p. 253).

Ferro destaca, ao lado disso, que o diretor Lobato tivera comportamento paternal com os alunos do Colégio Timbira, o que sugere a ideia de que seria esta a postura desejável para a função que exercia, aludindo a uma mescla na relação escola-família, havendo atitudes esperadas semelhantes nos indivíduos destes dois grupos. Quando Lobato afirma que Cazuza poderá ser “um grande homem” (CORRÊA, 1985, p. 142) parece relacionar a hombridade ao nível de instrução e que o ambiente escolar faria tal aferição. Outra circunstância relevante é o afastamento do cotidiano familiar provocado pelo ingresso no Colégio Timbira, mencionado pelo Sérgio de *O Ateneu* quando fala “ruptura com o aconchego placentário da dieta caseira” (POMPÉIA, 1981, p. 6)

O velho Lobato, diretor que quando necessário ainda lecionava, aparece em passagens que dão o tom moralizante de *Cazuza*, como quando Gonçalves, o menino de fisionomia carrancuda que não ria e vivia isolado, desferiu um golpe no protagonista. Diante de tal fato, foi levado à direção e ouviu do diretor:



Conserte esse gênio. Você é um porco-espinho, lançando pontas agudas. É uma espingarda carregada que a gente tem medo que dispare. Na vida devemos ser atenciosos, amáveis, delicados. Sem amigos não há quem possa viver e você repele a possibilidade de fazê-los (CORRÊA, 1985, p. 147).

Portanto, ninguém melhor que Lobato, que passava por ser o mais competente educador da cidade com sua voz de orador sempre em tom de discurso (CORRÊA, 1985, p. 146), para transmitir a moral aos alunos daquela escola.

Dentre os professores do Colégio Timbira, era o professor João Cânciao, quem despertava a admiração de Cazuzá: “O que dizia tinha sempre um tom de novidade. As coisas difíceis tornavam-se simples depois que ele as explicava. As suas aulas penetravam-nos no fundo do entendimento como um raio de sol atravessa a vidraça” (CORRÊA, 1985, p. 142). Sujeito feio, alto, magro e esquisito, morava no colégio, em um quarto cheio de livros e era ignorado por muitos alunos e professores. Foi por meio de João Cânciao que Viriato Corrêa mostrou a faceta de uma cultura escolar que buscou inculcar nas crianças valores cívicos e patrióticos, transmitindo qual deveria ser o comportamento do cidadão brasileiro.

Analisando a situação da instrução pública no Maranhão e em todo o país, Antônio Almeida de Oliveira<sup>58</sup> publica em São Luís *O ensino público* (1874), obra em que deixa clara a opinião da intelectualidade de seu tempo sobre a educação como instrumento para agir sobre a sociedade, retirada do plano de elucubrações individuais e inserida nas atividades práticas da vida. No seu entender, a educação somada ao trabalho seria a via para retirar o Brasil da situação difícil em que se encontrava, uma vez que “sem instrução e sem trabalho nada de bom pode a criatura humana fazer”, afirmando nesta sentença o maior princípio moral a ser seguido se há realmente um desejo de evitar a ruína do país. (ANDRADE, 1984, p. 71)

Rico, ao Brasil de nada servem as suas riquezas. Não há país onde se fale tanto em riquezas como o Brasil. Entretanto em nenhum outro é tão difícil a vida e tão incerto o futuro dos cidadãos. (OLIVEIRA, 1874, p. 11)

---

<sup>58</sup> O maranhense de Codó Antônio de Almeida Oliveira (1843-1887) foi pedagogo, jurista e parlamentar. Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, foi Deputado Geral pelo Maranhão, Presidente de Santa Catarina e Ministro da Marinha. Fundou, com outros intelectuais, a Biblioteca Popular e a escola Onze de Agosto. Foi membro da Academia Maranhense de Letras. (ANDRADE, 1984, p. 71)

Ninguém mais ignora que da instrução é que nascem os bons costumes, o amor ao trabalho e todas as virtudes, que fazem a felicidade das nações. Que os povos contam seus progressos pela destruição das barreiras da ignorância, ou pelos elementos novos, que as conquistas do espírito oferecem ao desenvolvimento da civilização. Consultai o economista, o político, o moralista, o homem que quiserdes; todos vocês responderão que a instrução é o bem mais estimável que existe... (OLIVEIRA, 1874, p. 55)

Desta forma, através do cultivo do espírito, o ensino aproveitaria tanto o indivíduo quanto a sociedade, na medida em que o homem bem administraria os próprios recursos e seria capaz de intervir nos rumos de sua pátria. Uma amostra desta concepção de educação encontra-se na passagem em que Gonçalves, aluno da classe de Cazuza que mantinha semblante de brutalidade e não interagiu com os demais, atinge violentamente o protagonista com uma pancada no estômago enquanto todos brincavam no recreio. Na abordagem a Gonçalves após o ocorrido, Lobato recomenda: “Conserte esse gênio. Na vida devemos ser atenciosos, amáveis, delicados. Sem amigos não há quem possa viver e você repele a possibilidade de fazê-los.” (CORRÊA, 1985, p. 152).

Avançando no tempo, o educador Barbosa de Godois<sup>59</sup> disserta sobre o papel do professor na sociedade moderna e nas escolas normais em *O mestre e a escola* (1910), compreendendo a educação como um fato complexo que, em suas modificações ao longo do tempo, tratou de transformar a escola de simples instituição de ensino privado para “instituição social e política e o mais forte elemento da grandeza moral dos povos”. Deixa claro, por oportuno, que “foi a função de educar que fez da escola o poderoso fator, não somente social, mas também político, de todas as sociedades cultas contemporâneas. Não somente ele esclarece as consciências, como as fortifica.” (GODOIS, 1910, p. 184).

Outra intervenção de Lobato ocorreu quando o aluno Vilares, por causa de sua postura autoritária com os colegas, intrometendo-se nas brincadeiras a ponto de ditar regras, foi duramente agredido “pelos mais taludos”. O diretor, após repreender os agressores, virou-se para Vilares com suas ponderações. Cazuza estava no gabinete e presenciou a fala de Lobato:

---

<sup>59</sup> O maranhense de São Luís Antonio Batista Barbosa de Godois (1860-1923) formou-se bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, tendo atuado como procurador da Justiça Federal no Maranhão e professor na Escola Modelo e na Escola Normal do Estado. Seus trabalhos publicados em Educação, além do mencionado *O mestre e a escola*, *Os ramos da educação na escola primária* (1914) e *Síntese de História da Educação* (1919) demonstravam sua admirada cultura (ANDRADE, 1984, p. 74).

— É necessário mudar esse feitio, menino. Você, entre os seus colegas, é uma espécie de galo de terreiro. Quer sempre impor a sua vontade, quer mandar em toda a gente. Isso é antipático. Isso é feio. Isso é mau. Caminha-se mais facilmente numa estrada lisa do que numa estrada cheia de pedras e buracos. Você, com essa maneira autoritária, está cavando buracos e amontoando pedras na estrada de sua vida.

E, continuando:

— Você gosta de mandar. Mas é preciso lembrar-se de que ninguém gosta de ser mandado. Desde que o mundo é mundo, a humanidade luta para ser livre. O sentimento de liberdade nasce com o homem e do homem não sai nunca. É um sentimento tão natural, que os próprios irracionais o possuem. E louco será, meu filho, quem tiver a pretensão de modificar sentimentos dessa ordem. Ou você muda de feitio, ou você muito terá que sofrer na vida. (CORRÊA, 1985, p. 150)

Partindo das experiências dos alunos para tratar de aspectos gerais da humanidade e assim apontar o melhor caminho moral a seguir, Lobato confere um fim prático à educação, reação a métodos de instrução puramente teóricos e descolados de aplicação no mundo concreto e na vida cotidiana.

Também João Câncio se aproveitava de acontecimentos dentro e fora de sala para abordar com os alunos temas relativos à civilidade. Em sala, tratou de asseio pessoal após os alunos do curso primário queixarem-se a Lobato sobre o menino Bonifácio, que não tomava banho e usava roupas sujas e engorduradas, o que fazia exalar mau cheiro dele e de seus pertences. Diante de tal fato, os exercícios de ditado daquela semana continham lições de higiene, que desta forma o narrador registra:

Quando vejo um homem sujo de corpo, imagino imediatamente que ele tenha maus costumes.

"Se ele não cuida do corpo, que está à vista, não pode cuidar da alma, que está invisível. A limpeza para o homem é um dever.

"Todos os animais fazem, à sua maneira, a sua higiene e o homem que não se lava coloca-se abaixo dos próprios bichos (CORRÊA, 1985, p. 151-2).

Uma educação higienista, como a proposta no Colégio Timbira, tratou de fornecer um modelo de organização escolar baseado na razão médica, que retiraria dos espaços da família e da Igreja a exclusividade da tarefa da formação de meninos e meninas. Os argumentos científicos utilizados abrangiam aspectos como uma edificação própria e adequada para abrigar uma escola, os saberes a serem ensinados, a alimentação, o sono, o banho, as roupas e as percepções da inteligência moral (GONDRA, 2000, p. 527).

O autor, citando Rui Barbosa, indica que a higiene abrangeria a profilaxia de todas as moléstias, a regulamentação das medidas essenciais contra as doenças transmissíveis e emprego

sistemático da medicina preventiva (GONDRA, 2000, p. 533). Expandindo o espectro de alcance dos cuidados higiênicos, a escola cumpriria o duplo objetivo de instruir e moralizar:

Se encararmos, e com fundamento, a escola como agente de moralização que deve contribuir para despovoar as prisões e as galés, temos igualmente o direito de considerá-la, sobre o aspecto que nos ocupa, como destinada a aliviar o orçamento dos hospitais e dos hospícios. (BARBOSA, 1982, p. 17)

Gondra (2000, p. 543) afirma ainda que os intelectuais brasileiros que utilizaram a razão científica para, a partir do século XIX, discorrer sobre questões médicas calamitosas que assolavam o país de então, buscaram transformar a própria sociedade em um corpo a ser tratado, levando a higiene para o espaço escolar. Neste sentido, em *Cazuza*, Viriato Corrêa traz o corpo do aluno como aspecto da organização escolar constituído em objetos de atenção do saber médico-higienista.

Com efeito, a construção de uma nação brasileira, amálgama de brancos negros e imigrantes, colocava como desafio a regeneração social que para os educadores escolanovistas só poderia ser atingida pela educação das massas (VIDAL, 2000, p. 512). Nesse sentido, Carvalho (1997) assinala:

Para os nossos intérpretes do Brasil que entram em cena nos anos 20, as teorias racistas que, desde o século anterior, constituíam a linguagem pela qual era formulada a questão Nacional, são, assim, relativizadas por uma nova crença: a de saúde e educação eram fatores capazes de operar a regeneração das populações brasileiras. (CARVALHO, 1997, p. 269).

Apresentava-se, desta forma, possibilidade de educação do cidadão brasileiro pela conscientização da importância dos hábitos higiênicos.

Outro momento em que João Câncio transmitiu ensinamentos à classe foi na situação em que auxilia uma senhora a caminhar. Diante dos risos das crianças, João Câncio assim justificou seu ato: “Em primeiro lugar, tratava-se de uma mulher, ou melhor, de uma senhora, os homens devem ser gentis com as damas. Em segundo lugar, tratava-se de uma velha e, aos velhos, nós moços, temos o dever de dar arrimo. Outro motivo ainda, é que ela é preta” (CORRÊA, 1985, p. 143).

A partir deste ponto, explica a importância do negro na História do Brasil, passando pela escravidão e concluindo que deviam ser respeitados, valorizados e considerados, no tom

moralista presente nos valores da sociedade dos primeiros anos do século XX. Em outras passagens da terceira parte da narrativa, João Cândio tece considerações sobre a pátria, sua natureza e a brasilidade, tratando da formação do cidadão atrelada ao saber científico, o que se justifica porque

A escola foi, a princípio, um agente de socialização. A mensagem era comunicada com maior eficiência juntamente com a leitura e a escrita. Ensinar a ler e a escrever envolvia a constante repetição do catecismo cívico-nacional, em que a criança era impregnada de todos os deveres que ela se esperava: defender o estado, pagar impostos, trabalhar e obedecer às leis (GUIBERNAU, 1997, p. 79).

No capítulo “O que é Pátria”, João Cândio sugere uma composição com o tema “A bandeira nacional”, o que provoca entusiasmo nos alunos e aparenta confirmar a relevância dos temas patrióticos no contexto educacional. Penteadó (2001, p. 105) entende que “a adesão incondicional dos alunos ao tema da bandeira nacional parece advir da eficiência dos símbolos em agregar os indivíduos sob sua égide”.

Carvalho (1990, p. 10) aduz que os símbolos nacionais — a exemplo da bandeira e da força trabalhadora do homem, tão caras a João Cândio — se prestavam ao extravasamento das visões de república, o que não poderia ser operado através de discurso elaborado e verborrágico, incompreensível a um leitor de baixa instrução — como as produções textuais consideradas “palavrosas” pelo professor do Colégio Timbira. Assim, João Cândio utiliza dados da realidade próxima aos alunos, imagens e alegorias, para atingir a imaginação, os sentimentos e as perspectivas de Cazuza e demais alunos: “É essa energia, esse trabalho, essa inteligência, essas virtudes morais, que a nossa bandeira representa” (CORRÊA, 1985, p. 163).

O discurso de João Cândio está alinhado ao livro didático *Histórias da nossa terra* (1906), em que Júlia Lopes de Almeida<sup>60</sup> traz a Bandeira Nacional como representação da expressão de

---

<sup>60</sup> A carioca Júlia Valentina da Silveira Lopes de Almeida (1862-1934) foi contista, romancista, cronista e teatróloga. Ainda na infância, sua família passou a residir em Campinas/SP, onde começou aos 19 anos seu trabalho na imprensa na *Gazeta de Campinas* e mais tarde no jornal carioca *O País*, em colaboração que perdurou três décadas. Em 1886 mudou-se para Lisboa e no ano seguinte iniciou sua carreira como escritora literária. Ao lado de sua prolífica produção literária que abrangia contos, peças teatrais, crônicas e literatura infantojuvenil, sob a influência das estéticas realista e do naturalista francesas, retornando ao Brasil manteve atividade na imprensa, apoiando o fim da escravidão e da Monarquia. Participou do planejamento e da criação da Academia Brasileira de Letras, da qual seu marido, Filinto de Almeida, foi fundador e ocupante da cadeira número 3 (<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa443758/julia-lobes-de-almeida>). “Figura consagrada na Literatura Brasileira no início do século, é memorada como uma escritora do cotidiano, das representações de mulheres e família na sociedade brasileira. Mesmo com notória posição na República das Letras, sua inserção no cânone literário foi uma realidade que não experimentou em vida.” (PACHECO, 2021, p. 149).

um povo virtuoso<sup>61</sup>: “são as virtudes do povo que tornam sua Bandeira respeitada são os seus trabalhos os seus empreendimentos o poder da sua inteligência a inteireza do seu caráter e a magnanimidade do seu coração que lhe dão prestígio diante do mundo.”<sup>62</sup>

Sem discutir as diferenças sociais entre os cidadãos, a tentativa era no sentido de tocar a emoção dos seus leitores com a finalidade de forjar um republicanismo voltado para a retidão moral, com respeito às autoridades, à moral e ao valor do trabalho. Viriato Corrêa, no entanto, chega a levantar a questão, conferindo visibilidade a descendentes de africanos, aos que apenas subsistiam e dos que exerciam ocupações menos qualificadas, cujas presenças eram incômodas no meio urbano.

É nesse contexto que a educação passa a ser moldada pelo Estado, diante da “necessidade de escolarização da população, principalmente das camadas populares”, restando clara a esperança da implantação de uma nação que caminhará para o progresso e o desenvolvimento social. Neste sentido, “A escola no imaginário republicano foi o signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar o progresso” (CARVALHO, 1989, p. 7).

Na passagem da Igreja para escola como instituição incumbida da moralização do povo — laica, gratuita e obrigatória — a segunda deixa de ser “simples instrumento de transmissão de cultura, para chamar a si, decisivamente, na qualidade de órgão público — órgão do Estado —, função mais larga de coordenação e regularização das necessidades de vida coletiva” (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 37). Nesta perspectiva, os rituais cívicos garantiriam “às crianças apropriarem-se dos ideais republicanos de civismo, ordem e desenvolvimento, tão importantes aos olhares dos administradores públicos da época” (AZEVEDO, 2009, p. 78).

Na medida em que o esforço estatal em garantir escolarização para todos tornou a frequência escolar obrigatória,

E, nos países em que a obrigatoriedade já tivesse sido ensaiada, cresce agora a extensão da escolaridade, atingindo a largos períodos da existência humana. Não se restringe a escola a ensinar os rudimentos da cultura literária: pretende-se que ela coopere de maneira positiva na formação integral do homem e do cidadão; que cuide da saúde dos escolares; que os inicie nas técnicas do trabalho; que neles suscite sentimentos de maior

---

<sup>61</sup> SILVA (2021, p. 10) assinala que em *Histórias da nossa terra* a língua materna era caracterizada, ao lado da bandeira nacional, como panteão cívico da República brasileira: “De sonoridade variadíssima, opulenta nos seus vocábulos, maleável como cera ou dura como diamante, a língua portuguesa é a mais bela expressão da inteligência humana” (Almeida, 1911, p. 13).

<sup>62</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Histórias da nossa terra*. 16 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Francisco Alves, 1922, p. 8.



coesão social, no sentido de aumentar a disciplina interna e de garantir a continuidade histórica de cada povo, em face de outros povos. (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 36)

A partir do momento em que os poderes públicos pretenderam tornar a escola acessível a camadas populares — em particular nos anos 1920 e 1930 —, a escola passou a ter que lidar de modo mais frequente com a família da classe trabalhadora, o que Corrêa traz para *Cazuza*, na Parte III, por meio do personagem Veloso. João Cântio observa que o menino, mesmo inteligente e subordinado, não é capaz de render bem nos exercícios e exames avaliativos. Veloso esclarece que não lhe sobra tempo para estudo, alegando ser pobre e ter que auxiliar nas tarefas domésticas. Buscando convencê-lo da invalidez das suas justificativas, o professor argumenta:

— Você, meu garoto, não sabe o que são dificuldades de um menino pobre. A vida que você julga penosa é uma vida risonha, ao lado da vida aflita de tantos outros estudantes. Quem assim lhe fala é quem conhece o mundo, quem sofreu, quem comeu o pão que o diabo amassou no inferno.

E erguendo a voz.

— Não há pobreza que impeça um menino de estudar, quando esse menino tem força de vontade. Posso falar assim porque, pequenino, perdi pai, perdi mãe e mais de uma vez não tive casa para morar. E, no entanto, estudei. A vontade, a energia, a tenacidade e o brio vencem tudo (CORRÊA, 1985, p. 164-5).

O discurso de João Cântio, referendado por crenças científicas sobre saúde, história e sociedade e que assumia para si a tarefa política de conduzir o país para a modernização (CUNHA, 2000, p. 459), gozava de prestígio que o tornava inquestionável perante as famílias pobres que confiavam à escola a atribuição de educar seus filhos, superando, segundo aquele ideário, o estado de atraso em que se encontravam.

Deixando transparecer na narrativa de *Cazuza* que a escola é para todos, Viriato Corrêa traz para o texto discussão sobre a dificuldade de acesso e permanência na escola das crianças de famílias mais pobres que precisam conciliar trabalho e estudo através de Veloso. Defendendo seu ponto de vista, dedica um capítulo à história de Luís Gama<sup>63</sup>, buscando afirmar o estudo como

---

<sup>63</sup> O baiano de Salvador Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882) foi jornalista, escritor e jurista, tendo nascido livre e vendido como escravo pelo pai, um fidalgo português, para saldar dívida de jogo. Passou por diversas cidades paulistas até ser levado ao município de Lorena, localizado no litoral norte de São Paulo, onde foi alfabetizado aos dezessete anos. Após isto, fugiu para a cidade de São Paulo, onde graduou-se cabo na Força Pública da Província e frequentou como ouvinte as aulas da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Na década de 1860 destacou-se como jornalista e colaborador de diversos periódicos progressistas, projetando-se na literatura como poeta satírico, em críticas à aristocracia e aos poderosos de seu tempo. Foi um dos maiores líderes abolicionistas do Brasil, tendo libertado centenas de escravos por meio de seus conhecimentos jurídicos e de sua oratória impecável

forma de ascensão social. Em que pese uma aparente falha na argumentação, já que utiliza a trajetória excepcional do advogado para generalizar que o estudo é acessível a todos, Corrêa parece desejar sensibilizar seus leitores para a imprescindibilidade do estudo<sup>64</sup>.

Caminhando a narrativa para a conclusão, *Cazuza* apresenta o final do curso primário com a festa de encerramento do ano letivo. As festas escolares de encerramento do ano letivo, cerimônias de entrega de diploma e realização de exames foram outras formas de enaltecer o papel da escola e seu ensino. Contando sempre com a participação de autoridades políticas e sociais, os eventos tinham asseguradas importância e notoriedade, elevando o prestígio da educação formal e da cultura escolar do seu tempo.

No Colégio Timbira havia uma competição que mobilizava os alunos em busca da medalha de ouro. Para tanto, Cazuza e sua turma se submeteram a três provas escritas ao longo do ano letivo, nos meses de abril, julho e outubro, após as quais apenas três alunos se qualificaram para concorrer à almejada medalha: Floriano, Jaime e Fagundes, nesta ordem de colocação. Este último, amigo próximo do protagonista, demonstrou apreensão com o resultado, já que não se considerava capaz de desbancar Floriano na busca pelo prêmio máximo: “A colocação que eu tive só me vem fazer água na boca. Vou estudar e estudar fortemente porque essa é a minha obrigação, mas tenho a certeza de que não consigo vencer.”<sup>65</sup> (CORRÊA, 1985, p. 178)

No entanto, oito dias antes dos exames finais, Floriano tem uma queda de uma escada no recreio e fratura o braço, acidente que o impediria de participar do confronto final pela medalha. Então, seguiu-se um rebuliço entre os alunos da escola, que davam conta que a medalha seria, portanto, concedida a Jaime, conforme o narrador aponta: “Dentro de qualquer mentira há sempre

---

nos tribunais. O sepultamento do seu corpo, na capital paulista, contou com a presença de 3.000 pessoas numa São Paulo de 40.000 habitantes. (<https://institutoluizgama.org.br/luiz-gama/>)

<sup>64</sup> Discutindo a educação dos negros na sociedade escravista no Maranhão provincial do século XIX, Cruz (2009) observa que “apesar do contexto escravista que impunha obstáculos legais à integração social dos negros, sobretudo dos escravizados, a exemplo da proibição da escolarização de crianças cativas, não se pode afirmar que todos os descendentes de africanos que viveram no período tenham sido excluídos do acesso de níveis de instrução. Antes, pode-se concluir que especialmente os negros libertos e os mestiços, bem como seus descendentes, estiveram inseridos em turmas de primeiras letras na província maranhense” (CRUZ, 2009, p. 126).

<sup>65</sup> Fagundes é um personagem que ao longo da narrativa se ressentido por não corresponder às próprias expectativas de desempenho escolar. Foucault pode contribuir com a interpretação, quando afirma que, com o fim dos castigos físicos, o suplício ocorre de outras formas tão punitivas quanto os corporais, fazendo menções às feridas da alma, consequências que permaneceram ao longo da história como resultado desses métodos, “pois, não é mais o corpo, é a alma”. (FOUCAULT, 1991, p. 17).

uma dose de verdade. O que não se podia negar é que a maioria dos professores, acostumados a lisonjear o menino mais rico do colégio, não pensavam em dar o prêmio senão ao Jaime.” (CORRÊA, 1985, p. 179)

Às oito e meia da manhã do dia 1º de dezembro, o grande salão da ala esquerda do Colégio Timbira recebeu a primeira prova escrita dos exames finais e lá todos assistiram, espantados, à entrada de Floriano, com o braço na tipoia e amparado pela mãe para participar da competição. Interpelada pelo diretor da escola, que considerou tal ato uma imprudência, a mãe de Floriano esclareceu, humildemente, que seu filho insistira para comparecer.

Inabilitado Fagundes, qualificaram-se Floriano e Jaime para o desempate, o que foi considerado injustiça pelos alunos:

O Jaime fizera provas boas, mas entrava pelos olhos de todos que as do seu competidor tinham sido infinitamente melhores.  
Apesar disso, a mesa examinadora, quando voltou da sala secreta, em vez de trazer a vitória do Floriano, trouxe, por maioria de votos, o empate das notas dos candidatos.  
(CORRÊA, 1985, p. 180)

Em resposta, o diretor da escola procurou demonstrar a justiça da avaliação e informou a todos que o desempate aconteceria na festa de encerramento das aulas, diante do público. Importante notar que neste ponto o narrador intercepta o desenrolar dos fatos para observar que “a mesa contava com um fiasco do Floriano”, que já os professores “conheciam a timidez do filho da engomadeira e o desembaraço do Jaime, acostumado às grandes reuniões e às grandes festas” (CORRÊA, 1985, p. 180).

A disputa final encontra-se nos capítulos “O desempate” e “As duas mães”. Com a presença de banda de música e as famílias dos estudantes, cada discente que receberia premiação estava presente no grande salão da escola. Enquanto os pais de Jaime se situavam ao lado de uma larga janela, recebendo os cumprimentos de professores; no lado oposto, junto a outras mães e à tia de Cazusa, se encontrava Idalina, mãe de Floriano, acanhada e pouco à vontade, em meio a senhoras ricas. Na distribuição de prêmios, o cerimonial transcorria com o secretário procedendo à chamada do menino a ser premiado, que se aproximava da mesa, recebia um livro ou uma medalha de bronze ou prata. Então, o diretor o abraçava, sob os aplausos dos presentes ao salão.

Finalmente no duelo pela medalha de ouro, os dois concorrentes sentaram-se à frente, diante da banca que os interrogaria, ficando nítido o contraste entre o semblante seguro e

simpático de Jaime e a figura “escura, franzina, mal vestida, com braço na tipoia” de Floriano (CORRÊA, 1985, p. 182).

O primeiro a responder as perguntas foi Jaime, que se saiu bem diante das perguntas mais fáceis, ao passo que nas mais difíceis demonstrava desconforto, fato notado pela banca, que se mostrava disposta a suavizar os questionamentos a ele. Logo a seguir, Floriano começou a responder com timidez, mas, curiosamente, a dificuldade das perguntas feitas aumentava e o menino foi ganhando confiança e clareza nas respostas.

Na fase final, Jaime e Floriano deveriam interrogar-se. O primeiro iniciou seus questionamentos — em número de quinze ou vinte-, sem conseguir disfarçar o nervosismo e a admiração pelo colega, que respondia a tudo com polidez. A seguir, Floriano procedeu às perguntas a Jaime, momento em que os espectadores se convenceram da superioridade do aluno com o braço na tipoia. Neste momento, Floriano, percebendo o desconforto do outro, baixou o nível de dificuldade das perguntas e o guiava para as respostas, atitude qualificada pelo narrador como “um rasgo de cavalheirismo que impressionou a todo mundo” (CORRÊA, 1985, p. 184).

Ao anunciar o resultado final, após reunião da banca examinadora, Lobato, o diretor, informou a todos que seria injusto avaliar os alunos apenas tendo por critério o exame final e que a banca de professores levou em consideração o desempenho durante todo o ano escolar, segundo o qual havia uma leve vantagem de Jaime sobre Floriano, declarando, após breve tosse, o menino de origem rica o vencedor. Jaime recebe a medalha de ouro e o cumprimento dos professores sob profundo silêncio dos presentes. Neste ponto, deu-se o que engrandeceu o momento: a mãe de Jaime o abraça, beija e tira-lhe a medalha, pregando-a na roupa de Floriano. Um gesto da mãe do segundo tentou detê-la, mas foi inútil: ambas terminaram abraçadas e “durante minutos, a sala pareceu vir abaixo com tantas palmas”. (CORRÊA, 1985, p. 186).

A cultura escolar, revelando práticas culturais do ambiente no qual está imersa, abriga margem de manobra por meio das quais os sujeitos envolvidos respondem de forma diferente ao que foi programado ou previsto por determinados agentes ou projetos que buscam racionalizar e controlar as atividades escolares (NUNES, 2000, p. 390-1). Neste ponto da narrativa, as mães dos alunos que se opunham no desempate se apropriaram e modificaram o significado da disputa, recriando a execução pensada na proposta do evento. A política educacional de valorização do saber, da inteligência e da aplicação nos estudos experimentou, neste episódio, um recuo, se analisada sob a perspectiva do que foi pensado por diretor e professores, mas também um avanço,

se compreendida a releitura dos seus objetivos por Cazuza, Jaime, Floriano e as mães dos dois últimos. Todos acreditam injusto conferir o prêmio máximo a Jaime, conforme as regras explicitadas pelo diretor Lobato, e a mãe de Jaime assume o gesto de ceder a medalha a Floriano.

Se na Parte I da narrativa, ainda na escola do povoado de Pirapemas, a aposta de escrita teve fim com Cazuza e o colega aplicando a palmatória um ao outro, na Parte III, no Colégio Timbira, o desempate se encerrou com Jaime e Floriano se interrogando na busca pelo prêmio final. No primeiro confronto, não há prêmio e toda a classe sofre a violência física — é uma cultura escolar que deve ser combatida —; no segundo confronto, todos são premiados pela aprovação no ano letivo e os dois concorrentes finais terminam ovacionados — é uma cultura escolar que triunfa, graças à participação direta das famílias.

Como é possível constatar em matéria de *O jornal*, de 1917, o evento de encerramento do ano letivo, com exames e sabatinas finais, além de apresentação de trabalhos manuais dos alunos, tinha destaque na cultura escolar:

Realizam-se hoje as sabatinas finais assim como as exposições de trabalhos manuais do Grupo Escolar Almeida Oliveira, proficientemente dirigido pela professora normalista d. Zoé Cerveiro. O grupo não deu alunos do quinto ano, a exames finais e as sabatinas deram os melhores resultados, em todas as classes. A exposição prendeu-nos por algum tempo no espaçoso estabelecimento. A todos os trabalhos sobejamente agradaram pelo cuidado com que foram acabados, pelo aspecto, pelo gosto e arte com que foram feitos. Os trabalhos de cartonagem, interessante do primeiro, segundo e terceiro ano. Os exercícios de postura e os de caligrafia, que nos foram mostrados, demonstram a satisfação, o esforço e a aplicação dos professores e alunos. Foram presentes a sabatina e promoção os nossos confrades Domingos Barboza, secretário do interior, e Nascimento Morais, lente do Liceu Maranhense. Domingos Barboza saudado por uma das alunas, que lhe ofereceu alguns trabalhos escolares em nome do grupo produziu em resposta belíssimo improvisado que vivamente locou o coração da mocidade que lhe levantou entusiásticos vivas. (O JORNAL, 14/11/1919, n. 1522, ano 5.)

Abrindo seus salões para a exposição de seus métodos de ensino e do conhecimento que se buscava transmitir aos alunos, a cultura escolar retratada por Viriato Corrêa e documentada no fragmento em destaque convida os familiares ao engajamento nas atividades das instituições, além de demonstrar o lugar da escola e os valores repassados aos alunos. Nesse sentido,

A escola tem de se conformar com a época que atravessa, acompanhando-lhe as mutações e ideias e instituições sociais; tem de elevar o seu ensino a compreensão da noção da pátria e dos deveres que esta exige, fazendo compreender ao mesmo tempo a função que cada indivíduo tem de nela representar, munindo-os dos conhecimentos gerais indispensáveis para desempenhar convenientemente sua missão (GODÓIS, 1910, p. 86).

O cidadão republicano, portanto, seria para Godóis formado na escola, que compreendia as escolas primárias como os alicerces do modelo de escola a ser implantado (VIVEIROS, 1960, p. 166).

Especificamente sobre a aplicação dos exames, Azevedo (2009) informa que consistia em um ritual planejado e que todos os que participavam tinham a impressão de integrar uma das cerimônias mais importantes de sua comunidade. Os exames escolares atestavam a qualificação ou não para cursar a classe seguinte, contando com os habilitados ou não habilitados, os que eram aprovados com distinção e os simplesmente aprovados (AZEVEDO, 2009). Mesmo havendo os exames finais, os professores avaliavam os alunos diariamente, valendo-se do livro de ponto do aluno para conferir notas por comportamento e participação nas aulas — a exemplo de leitura em voz alta, cópias de textos, respostas a perguntas orais ou demonstradas no quadro negro.

Anúncios da imprensa maranhense da época divulgavam os exames escolares, destacando tais eventos de modo a convocar para participação autoridades e familiares dos alunos:

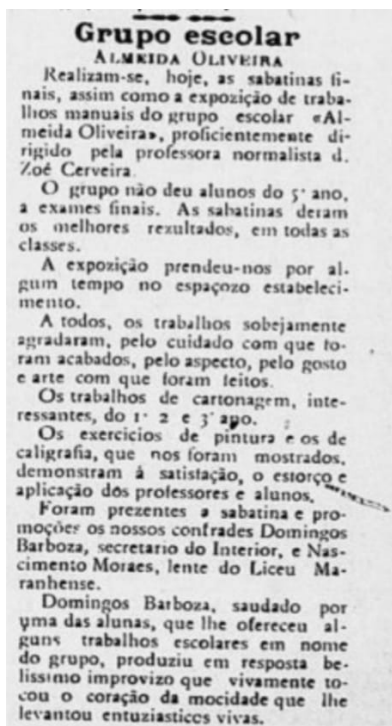


Figura 41

Fonte: O JORNAL, 15 nov. 1919, n. 1522, ano 5.

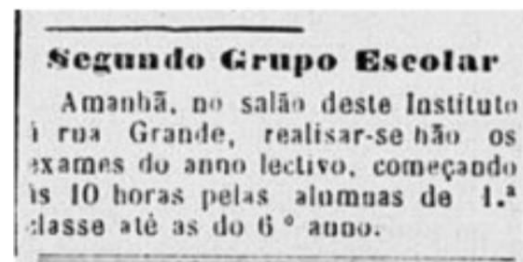


Figura 42

Fonte: DIÁRIO DO MARANHÃO, 20 nov. 1906, n. 9992, ano 37.

Amanhã no salão deste instituto à Rua Grande, realizar-se-ão os exames do ano letivo, começando às 10h pelas alunas da 1º classe até os do 6º ano. (DIÁRIO DO



MARANHÃO, 20/11/1906, n. 9992, ano 37)

Realizam-se hoje as sabatinas finais como as exposições de trabalhos manuais do Grupo Escolar Almeida Oliveira, proficientemente dirigido pela professora Zoé Cerveira. [...]. As sabatinas deram os melhores resultados em todas as classes. (O JORNAL, 14 nov. 1919, n. 1522, ano 5). No dia 18 às 19h efetua-se no Grupo Escolar Sotero dos Reis a solenidade dos atos escolares para a entrega dos atos escolares para a entrega dos diplomas e leitura dos graus de promoção [...]. A professora Zilá Paes deseja que os chefes de família que lhes confiaram a educação de seus filhos e todos que se interessaram pelo ensino, visitem a mesma exposição (O JORNAL, 15/11/1919, n. 1522, ano 5).

Em comum com a narrativa dos exames finais em *Cazuza*, os anúncios trazem destaque à atuação dos professores no processo de avaliação e o sucesso da realização do evento, enaltecendo a escola, os profissionais, os alunos e as famílias presentes.

Silva (2017, p. 187) assinala que “Os exames eram um meio de demonstrar ou provar para a sociedade que os Grupos Escolares eram as escolas formadoras, os alunos conseguiam finalizar os seus estudos na época certa e, simultaneamente, eram reconhecidos como bons.” Ademais, durante a realização de tais eventos exaltava-se a importância da escola, fortalecendo a imagem do Estado republicano, através da ordem, da disciplina e das formalidades das ocasiões.

A trajetória de *Cazuza* pelas três instituições escolares, cumpre, ao final da narrativa, o papel de formar um novo homem – apto ao trabalho, respeitador das autoridades e conhecedor da noção de pátria. Viriato Corrêa faz, neste sentido, a sua crítica ao sistema educacional que vigorou no país alinhado ao Império, baseado na autoridade e no caráter punitivo, e propõe um outro que proporcionasse regozijo e satisfizesse o espírito infantil, colocando-se a favor da criança e não contra ela. Para tanto, o autor empreendeu mudanças nas normas e práticas escolares ao longo de *Cazuza* ao sabor do que desejava transmitir ao leitor.

Cada instituição de ensino parece representar diferentes finalidades, ora instruir, ora socializar, ora incutir valores patrióticos. Tais finalidades se somam para a composição do quadro final, que diz mais do que sobre modos de pensar e agir o mero estar na escola, calando fundo por debaixo do peito de um *Cazuza* orgulhoso de sua medalhinha de prata: “[a] felicidade proviria da educação, uma vez que é ela que estabelece a igualdade entre os homens – e, de acordo com os princípios liberais, instaurada a igualdade, a ascensão através do estudo seria consequência natural do esforço do próprio indivíduo” (PENTEADO, 2001, p. 165).

#### 2.4 *Cazuza* na cultura escolar: livro de leitura, livro didático ou romance de formação?

Nesta dissertação, a opção feita por utilizar o termo “narrativa” para se referir a *Cazuza* tem por objetivo não se esquivar de posicionamento quanto à sua classificação, mas sim abarcar as nuances das possíveis classificações desta publicação viriatiana, a saber: livro de leitura, livro didático e romance de formação.

Inserido no grupo dos livros didáticos, o livro de leitura é conceituado como um objeto cultural útil para o ensino da língua e para o trabalho docente. Bittencourt (1993, p. 3) aponta que o livro de leitura contém elementos educacionais que retratam conhecimentos e valores considerados importantes na sociedade em uma determinada época. Nesse sentido, oportuno lembrar que Chartier e Hebrard (1995) informam a inauguração da leitura escolar a partir do momento em que a escola passa a servir aos interesses estatais, no terço final do século XIX, e alça o posto de lugar onde se aprende a ler. Os bons livros seriam aqueles que colaborassem para a educação moral e doutrinação político de classes pobres.

Um tipo de livro de leitura citado por Oliveira de Souza (2000) é o que se compõe de textos de “assuntos de cunho moral, poesia, histórias do dia-a-dia das crianças na família e na escola e, também, alguns textos de história falando dos feitos patrióticos e dos heróis brasileiros”, descrição que combina com *Cazuza*, já que obra de leitura fácil e envolvente, destinada a circular nas escolas e defensora da educação como solução para os males do Brasil.

A apresentação atrativa de *Cazuza*, composto de capítulos curtos que se assemelham a crônicas em torno de uma temática, facilita a fruição do texto para ser lido em sala de aula, junto ao professor e a uma classe ou mesmo em uma reunião qualquer, como faz o personagem que recebera os manuscritos intitulados “História verdadeira de um menino de escola” e se pusera a ler os capítulos diante da família reunida, momento notadamente apreciado pelos seus sobrinhos de oito a doze anos (CORRÊA, 1985, p. 12) .

É, portanto, possível notar que as características de livro de leitura identificadas em *Cazuza*, como obra que circulou nas escolas, contribuem para legitimá-las como instituições incumbidas da introdução de conhecimentos básicos relativos à formação moral e cívica do cidadão, trazendo em suas páginas uma amostra dos ideais daquele período da História da Educação no Brasil.

Levando-se em conta que a cultura escolar não diz respeito apenas a normas, regras,

símbolos, representações e saberes prescritos, mas também a práticas, apropriações e atribuições de novos significados (MUNAKATA, 2016, p. 122), é possível inserir *Cazuza* na classificação de livro didático, uma vez que sua existência se justifica na escola.

Munakata (2016, p. 127) observa que havia dois padrões de livros didáticos no final do século XIX e início do XX: livro de leitura e as lições de coisas, tendo o primeiro deles caracteres encontrados em *Cazuza*. Portanto, embora não se constitua veículo de consolidação, difusão universal e perenização de determinadas disciplinas escolares, a narrativa aqui estudada pode ser inserida no conjunto dos livros didáticos na medida em que é dotado da materialidade, papel e tinta, fazendo parte do acervo de cultura material escolar juntamente com outros artefatos que conferem identidade material à escola.

Admitindo que *Cazuza* está inserido no amplo projeto de construir um Estado Nacional e um cidadão que por meio de uma educação redentora se inserem no desenvolvimento mundial capitalista (PENTEADO, 2001, p. 50), a sua narrativa fornece indícios de práticas educacionais da época, suas prescrições e suas apropriações, como os objetos que integravam a escola, as relações travadas entre alunos e professores e os valores que lhe eram caros, sendo o principal deles uma cidadania produtiva e consciente do seu papel para o engrandecimento da Pátria, latente na Parte III da narrativa.

Compreendendo que o protagonista tem a sua identidade cidadã construída ao longo do seu percurso, é conveniente abordar, em acréscimo, a definição de romance de formação ou *Bildungsroman* contida no *Dicionário de termos literários* (MOISÉS, 1995, p. 64):

*Bildungsroman* — Alemão *Bildung*, formação, *Roman*, romance. Francês: *roman de formation*. Português: romance de formação. Também se pode empregar, como sinônimo, o termo alemão *Erziehungsroman* (*Erziehung*, educação, *Roman*, romance). Modalidade de romance tipicamente alemã, gira em torno das experiências que sofrem as personagens durante os anos de formação ou educação, rumo da maturidade. Considera-se o pioneiro nessa matéria o *Agathon* (1766), de Wieland, e o ponto mais alto o *Wilhelm Meister* (1795-1796), de Goethe. Em vernáculo, podem-se considerar romances de formação, até certo ponto, os seguintes: *O Ateneu* (1888), de Raul Pompéia, *Amar, verbo intransitivo* (1927), de Mário de Andrade, os romances do "ciclo do açúcar" (1933-1937), de José Lins do Rego, *Mundos Mortos* (1937), de Otávio de Faria, *Fanga* (1942), de Alves Redol, *Manhã submersa*, de Vergílio Ferreira, o ciclo *A velha casa* (1945-1966), de José Régio.

Em sua gênese, o *Bildungsroman* — simultaneamente romance de formação e romance de aprendizagem — coincide com o projeto romântico alemão de construção de uma identidade nacional dadas as circunstâncias históricas de seu tempo, os anos 1870. Em que pese a forte matiz

ideológica de sua origem, o gênero se tornou “uma instituição, um cânone atemporal e, paradoxalmente, a-histórico” (MASS, 1999, p. 28)

Os romances escritos na Europa durante o século XVIII usavam um artifício na criação de um efeito de verdade do texto literário, como notou Goulemot: “O romance na primeira pessoa passa por verdadeiro, porque um sujeito próprio assume o relato romanesco e o eu é apresentado como garantia de verdade”. Em geral havia narrativas de textos supostamente encontrados em baús ou cartas antigas, como se o autor não tivesse a intenção de escrever um romance, assim como fez Viriato Corrêa ao receber manuscritos de um vizinho a quem pouco conhecia e após isto perdeu-se no mundo.

Se em *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, obra inaugural do gênero romance de formação, destaca-se o mundo burguês, em *Cazuza* os motivos temáticos dizem respeito à educação. Em comum, as duas obras tratam do desenvolvimento da personalidade apoiada em transformações culturais, sendo em ambos a educação o instrumento que balizará a transição do atraso para o progresso.

E seria precisamente através da educação a realização do desejo de Cazuza de usar calças, alcançando a ascensão a um novo nível social. Deixando os vestidinhos — camisolões infantis como meninas usavam — seria firmada a sua identidade masculina (FERRO, 2010, p. 150).

Wilhelm Meister almeja ascensão social, que conquista passando pela experiência de ator de teatro e tornando-se cirurgião, profissão burguesa. Cazuza persegue tornar-se homem, objetivo alcançado percorrendo culturas escolares de diferentes matizes. Em ambos, valorizar a formação aponta para industrialização, já que na Europa se aproximava a Revolução Industrial e, no Brasil, ainda em sua maior parte agrário, havia um esforço para industrialização.

A perspectiva de conhecer a cidade grande, da qual só tinha o imaginário a partir de poucas informações de que dispunha, tirava de Cazuza o medo de explorar o desconhecido. Enquanto se preparava para a viagem, o protagonista se aborrecia presenciando a mãe chorosa, considerando egoístas os sentimentos da genitora (CORRÊA, 1985, p. 143).

Aproveitando a definição inaugural de Karl Morgenstern<sup>66</sup> para romance de formação, *Cazuza* mostra a trajetória do protagonista desde o momento em que existia apenas o desejo e o impulso, até o atingimento de um grau de perfectibilidade, promovendo a formação do leitor, de

---

<sup>66</sup> “A primeira manifestação do termo “Bildungsroman” data possivelmente de 1810, ano em que o professor de filologia clássica Karl Morgenstern emprega o termo pela primeira vez em uma conferência na Universidade de Dorpat.” (MASS, 2000, p. 19)

maneira mais ampla do que em outros tipos de romance. Para compor *Cazuza* e dotá-lo de caracteres de romance de formação, Viriato Corrêa se aproveitou da preocupação com a inculcação de valores éticos e morais considerados positivos pelos adultos por meio de uma ideologia de formação no início da República. O cidadão brasileiro trabalhador, digno, ético, democrata e profundamente comprometido com sua terra e seu povo foi o idealizado no bojo do movimento de construção de uma identidade nacional à época da sua produção literária, adotando o viés da crítica às características da cultura escolar que entendia nocivas e sugerindo novas práticas no meio educacional.

As experiências de Cazuza da escola de métodos pedagógicos punitivos para as escolas que primavam pela formação moral dos alunos são típicas do *Bildungsroman*. As lições de vida aprendidas com João Cânciao como interno no Colégio Timbira e a vivência das questões políticas do duelo entre o menino rico e o menino pobre pela medalha de ouro fizeram Cazuza não somente concluir o curso primário com uma medalhinha no peito, mas também forjar a si próprio um cidadão brasileiro.

### 3 INFÂNCIA EM CAZUZA

Neste capítulo será abordada a categoria de análise infância, buscando-se responder às seguintes indagações: a- na primeira parte da obra, que brincadeiras e jogos são característicos da infância viriatiana e de que forma o ambiente, natural e social, impacta no desenvolvimento das crianças da narrativa?, b- na segunda parte, como se dá a socialização entre Cazuzza e seus amigos e que sentimentos tomam os personagens infantis da obra? e c- na terceira parte, de que forma Viriato Corrêa leva o protagonista à autonomia e ao desenvolvimento finais de *Cazuzza*? Tal segmentação mostra-se conveniente em função do destaque conferido pelo narrador a diferentes aspectos de seus tempos de criança conforme as mudanças ocorridas na sua vida, pelo deslocamento geográfico e pelo progressivo afastamento da família.

No estudo da infância em *Cazuzza*, toma-se como ponto de partida a definição de infância trazida por KUHLMANN; FERNANDES (2004), segundo os quais:

infância seria a concepção ou representação que os adultos fazem do período inicial da vida, ou como o próprio período vivido pela criança, o sujeito real que vive esta fase da vida. A história da infância seria portanto a história da relação da sociedade, da cultura, dos adultos, com esta classe de idade, e a história da criança seria a história da relação das crianças entre si e com os adultos, com a cultura e com a sociedade. (KUHLMANN; FERNANDES, 2004, p. 15)

A peculiaridade relativa à infância reside no fato de que a criança não costuma deixar registros de sua história, mas sim é destinatária dos discursos que objetivam formá-la para a vida adulta. Desta forma, para a compreensão e atribuição de sentido à infância, faz-se necessário buscar entrevê-la nestes discursos, quando tentam defini-la (KUHLMANN; FERNANDES, 2004), manejo importante no que diz respeito à análise das fontes históricas ou documentais.

Por oportuno, tratando das fontes, Gouvêa (2008) considera duas categorias de análise ao comentar a tipologia destas nos estudos de infância: a autoria do documento — se adulto ou criança — e sua inscrição em espaços de produção discursiva — discursos que se ocupam do imaginário sobre a infância e discursos ligados a práticas de socialização e institucionalização da criança. Neste ponto, a fonte literária ganha destaque porque contém representações do adulto sobre o mundo infantil e apresenta indícios da cultura infantil vigente.

A narrativa de *Cazuzza* informa logo em seu início tratar-se de manuscritos de memórias de infância de um homem entregues a seu vizinho, para que este analisasse e verificasse a



possibilidade de publicação (CORRÊA, 1985, p. 11). É, portanto, um adulto ressignificando os primeiros anos de sua vida, recortando fatos, pessoas e sentimentos que considerou mais marcantes.

Na investigação das relações travadas entre as crianças presentes em *Cazuza*, é preciso ter em mente que:

A criança tem uma produção simbólica diferenciada, em que o mundo adulto constitui a fonte de sua experiência social e material de suas formas de expressão. Mesmo sendo um sujeito ativo no processo de socialização, a criança tem uma peculiaridade, advinda de seu lugar no mundo social. Nas interações com os adultos, mediadas por produtos culturais a ela dirigidos, a criança recebe, significa, introjeta e reproduz valores e normas, ou *habitus*, tidos como expressão da verdade. A criança é depositária e destinatária dos discursos e práticas produzidos sobre a infância, não existe um sujeito criança anterior ou externo a tal produção. Ou seja, analisar as produções infantis significa considerar uma certa estereotípiia característica, fruto da singularidade de tal ator histórico e de suas formas de inserção social. (GOUVÊA, 2008, p. 73)

Para a compreensão das experiências das crianças presentes em *Cazuza*, é primordial a investigação interdisciplinar, priorizando a História da Infância e a Sociologia da Infância.

Tratando especificamente da História da Infância, alguns acontecimentos impactaram diretamente na formação das crianças nas sociedades do século XX, como a entrada marcante da mulher no mercado de trabalho e o avanço tecnológico dos meios de transporte e de comunicação, conferindo características próprias para a infância e a família.

Já em relação à Sociologia da Infância, cumpre observar que esta pesquisa se dedica à análise dos personagens infantis em *Cazuza*, especialmente o protagonista, além de outros, cujos traços de personalidade e ações sejam fundamentais para a construção narrativa a que se propôs Viriato Corrêa em sua obra de maior destaque. Neste sentido, é útil o estudo de *Cazuza* à luz do modelo construtivista de corrente da Sociologia da Infância, que “apesar de considerar o papel das crianças na reprodução social, não analisa adequadamente as crianças como co-construtoras das realidades sociais” (SARMENTO, 2007, p. 16).

### **3.1 Brincadeiras e ambiente do povoado de Pirapemas**

Na análise da infância na primeira parte da narrativa, segue nas próximas páginas discussão acerca dos jogos e brincadeiras expostos quando Cazuza habitava, junto com sua

família, o povoado em que nasceu e do ambiente em que se passa esse fragmento da obra.

No capítulo inicial, “Minha terra, minha casa e minha gente”, Cazuza descreve o povoado onde nasceu e informa que sua família era a mais rica da localidade, sendo seu pai a pessoa mais importante: era respeitado como autoridade policial, conselheiro, juiz e médico, homem inteligente e generoso. Sua casa era frequentada por “gente da família, do povoado e de fora”.

PIRAPEMAS, o povoado em que eu nasci, era um dos lugarejos mais pobres e mais humildes do mundo. Ficava à margem do Itapicuru, no Maranhão, no alto da ribanceira do rio.

Uma ruazinha apenas, com vinte ou trinta casas, algumas palhoças espalhadas pelos arredores e nada mais. Nem igreja, nem farmácia, nem vigário. De civilização — a escola, apenas.

A rua e os caminhos tinham mais bichos do que gente. Criava-se tudo à solta: as galinhas, os porcos, as cabras, os carneiros e os bois. (CORRÊA, 1985, p. 16)

Destaca-se, neste trecho, a ambientação no meio rural em que se situa Pirapemas, que influenciou fortemente as experiências do personagem principal. Viriato Corrêa lança mão, em muitos momentos da primeira parte de *Cazuza*, da descrição da natureza da terra natal de si próprio e de seu protagonista.

A localidade de Pirapemas, então integrante do município de Itapecuru-Mirim, e o município de Coroatá, para onde a família se desloca no avanço da narrativa, fazem parte do sertão maranhense.

O surgimento do sertão maranhense se deve à expansão das fazendas da região da Bahia, motivada principalmente pela demanda de carne nas Minas Gerais, no momento em que suas fazendas, por necessidades econômicas e sociais, começam a dilatar-se em direção ao interior. A partir da década de 1730 as primeiras fazendas de gado começaram a instalar-se no sul, fundando-se o povoado de Pastos Bons, consolidado como o centro da ocupação do sul do Maranhão. Santos (2011, p. 55) destaca que a região reunia boas condições naturais de clima, relevo pouco acidentado, grande quantidade de água disponível nos seus rios e principalmente pastos naturais de boa qualidade. No dizer de Prado Junior (1999):

Constitui-se de largos chapadões de terreno mais ou menos unido e plano; e a vegetação, ao contrário das densas matas que bordam boa parte do litoral e revestem outras áreas do território da colônia, é formada de uma associação florística que, sem ser rasteira, é bastante rala para oferecer passagem natural franca, dispensando para a instalação do homem quaisquer trabalhos preliminares de desbravamento ou preparo do terreno. (PRADO JUNIOR, 1999, p. 62)

Com o início da atividade pecuária em Minas Gerais e no sul do país, em condições naturais e técnicas ainda mais favoráveis que no Maranhão, a pecuária nordestina começou a dar sinais de decadência a partir do final do século XVIII. Tal retraimento, no entanto, foi contornado pela incorporação da região de Pastos Bons à dinâmica da vida social, econômica e política do Maranhão litorâneo. Entre as medidas políticas adotadas, encontram-se o incentivo à navegação através de rios como o Itapecuru e o Tocantins, a fim de melhorar as comunicações. (SANTOS, 2011, p. 70). A povoação de Itapecuru-Mirim teve início na margem direita do rio Itapecuru, em data anterior a 1768, ano em que os moradores da ribeira pediram ao Rei de Portugal alvará de confirmação da vila, que ali fora fundada por ordem régia<sup>67</sup>.

No século XIX e início do século XX, momento em que se passa a narrativa de *Cazusa*, o sertão maranhense foi retratado por periódicos do início do século XIX como uma região abandonada pelas autoridades públicas, carente de escolas, saneamento, estradas e telégrafos, o que inviabilizava seu desenvolvimento. Em defesa das localidades, os sertanejos a representavam como terra fecunda, rica e vasta, onde habita uma gente forte, trabalhadora e patriótica. De acordo com o jornal *O Lábaro*,

a nossa florescente cidade de Caxias acha-se n'um deplorável e tristíssimo estado entregue ao desmando de homens como o senador Benedito Leite que só tem por fim sobrecarregar o povo com impostos enormes e provocar desordens e tantas guerrilhas em diversas partes do nosso Estado com bem no Grajaú, Riachão, Imperatriz, Carolina e outros lugares do nosso sertão que se acha em estado deplorável; o senador é o único responsável por estas mortandades, queimas de casas, e as muitas violações, os saques, e tudo mais que tem havido no interior do nosso estado, que por amor da sua política desenfreada, tudo se tem feito por mandado de agentes, tudo com o seu assentimento .  
(*O Lábaro*, Caxias, 18/01/1900, p.3)

O território de Pirapemas era uma localidade denominada povoado Beira Rio, surgida em função da implantação de engenhos de cana de açúcar, da lavoura e da pesca, às margens do Rio Itapecuru e sua jurisdição pertencia ao município de Itapecuru-Mirim. Somente com a construção da Estrada de Ferro São Luís-Teresina, iniciada em 1927, o seu crescimento populacional foi incrementado, através da fixação de residência dos trabalhadores para a montagem dos trilhos, passando a denominar o pequeno povoado de Esplanada. Finalizada a construção da estação ferroviária do lugar, foi chamada de Estação Ferroviária de Pirapemas, isto porque

---

<sup>67</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/itapecuru-mirim/historico>. Consultado em 19 jan. 2022.

por volta de 1912, alguns pescadores encontraram em um igarapé uns peixes denominados de pema ou pirapema, e então denominaram tal igarapé de Pirapemas. Assim, quando da instalação da Estação Ferroviária o pequeno Povoado Esplanada passou à categoria de Vila com a denominação de Vila Pirapemas<sup>68</sup>.

No *Álbum do Estado do Maranhão* (1923), em que se discorre sobre os municípios maranhenses, há uma descrição de Itapecuru-Mirim, que à época integrava Pirapemas:

Cidade à margem do Rio Itapecuru ligada à capital pela navegação fluvial e pela estrada de ferro S. Luiz-Teresina.

Pelo último recenseamento a população é de 3.000 habitantes. O município produz cereais e algodão e deste último faz exportação. A pecuária está calculada em 16.000 bovinos, 9.200 equinos, 2.700 asininos e muares, 15.000 suínos, 3.000 ovinos e 10.000 caprinos.

O valor da produção agrícola é de 900 contos, o da pecuária é de 950 contos e o da propriedade de 75 contos de réis. É sede do município de mesmo nome e cabeça de comarca.

Um dos produtos que mais avulta na exportação é o coco-babaçu. (*Álbum do Maranhão*, 1923, p. 73)

Tal caracterização abre espaço para o exame a respeito da presença do meio ambiente em *Cazuza*. A partir do capítulo “Tia Mariquinhas”, nota-se a presença marcante das paisagens naturais na obra, com uma descrição minuciosa do ambiente natural do sítio da Pedra Branca, onde morava a viúva tia Mariquinhas, viúva de um parente afastado da mãe de Cazuza, “senhora de cabeça branca, magrinha, risonha” (CORRÊA, 1985, p. 19).

Havia de tudo no sítio: araçás, goiabas, saptis, jacas, tangerinas, jenipapos, atas, abius, umbus, cambucás, todo um mundo de gulodices que endoidecem as crianças. Quando eu lhe entrava em casa ela me enchia de frutas e não sabia em quantas se virasse para me ser agradável. Pegava-me pela mão, ia comigo pelos cantos e cantinhos do terreiro e do quintal, deixava-me subir às mangueiras e laçar periquitos. (CORRÊA, 1985, p. 23)

No trecho final do capítulo, o narrador explicita que, aos olhos do menino Cazuza, no sítio de tia Mariquinhas “a vida parecia ser mais bela do que em qualquer outra parte” (Corrêa, 1985, p. 23).

Com efeito, para Decroly<sup>69</sup> (1929), a vida se constrói nos intercâmbios com o meio através da sua exploração, observando-se e atuando-se individual ou coletivamente na natureza,

<sup>68</sup> extraído de <https://www.pirapemas.ma.leg.br/institucional/noticias/quarta-noticia>. Consultado em 20/11/2021.

<sup>69</sup> Jean-Ovide Decroly (1871-1932) nasceu em um meio rural hostil, na pequena cidade belga de Rennaix, foi submetido às exigências de pais obcecados pelo seu sucesso escolar. Interessou-se, após tornar-se biólogo, pela

que desperta o interesse das crianças por sua variedade e poesia, educando de maneira mais eficaz que as cidades:

Desde que assumimos o trabalho de estudar a criança para descobrir a verdadeira base de uma pedagogia natural, se sabe que somente o interesse biopsicológico provoca e sustenta a atenção, e dirige e regula a assimilação mental. Sabe-se também que os interesses nativos das crianças de todos os países estão fora da escola, como o afirmaram também os pedagogos logistas. Sabe-se que a natureza é a verdadeira educadora dos homens, e se sabe que unicamente a ação contínua de um meio ambiente bem escolhido pode estimular as atividades próprias da criança e permitir-lhe a realização verdadeira e total de sua personalidade. (DECROLY, 1929, p. 276)

Piorski<sup>70</sup> (2016), por sua vez, entende que o ser humano desde tempos imemoriais reconhece na natureza a fonte para o conhecimento e ação, baseando-se no meio natural para as noções de espacialidade, geografia, habitação, alimentação, festejos, ritos, gestos e linguagens corporais. Dessa forma, sugere que o mundo natural é suporte para a imaginação criadora, sendo, nesse sentido, a cultura uma extensão da natureza. “Portanto, na fluência imaginária, cultura é natureza e natureza é cultura” (2016, p.31).

Discutindo o vínculo entre a criança e a natureza por meio da imaginação, Piorski (2016, p. 26) entende que imaginação e natureza reúnem-se no ato de brincar, permitindo que a criança crie a sua experiência com maior liberdade:

A experiência do mundo natural é espelho de calhas oceânicas do imaginar. A criança encontra-se com a natureza, a vida social, as matérias do adulto (incluindo seus gestos), os artefatos e a imaterialidade da cultura, para realizar a tarefa imaginária atemporal de desmanchar o mundo ou, num dizer alquímico, corrigir a natureza. A criança, com sua capacidade de fabular, é impulsionada a recriar o real no irreal. (PIORSKI, 2016, p. 27)

Os brinquedos, daqui em diante também denominados artefatos, são considerados fontes, já que contêm em si informações culturais e constituem repositório de valores dos seus

---

medicina mental. A vida na cidade o fez confrontar a miséria do abandono humano, social e pedagógico no qual vegetavam seus pequenos pacientes. Entendia que nos casos de um ambiente familiar nocivo a proteção médico-pedagógica das crianças vale mais do que os hospícios, os asilos, os reformatórios e as prisões. Decroly denunciou o monopólio das humanidades clássicas centradas no homem, defendendo a abertura do ensino aos conhecimentos adquiridos há três séculos sobre a matéria (a natureza). Iniciou seus estudos de psicogênese pela observação de sua primeira filha, tendo observação individualizada do desenvolvimento infantil, enfatizando a especificidade de cada personalidade e a totalidade do indivíduo que percebe, pensa e age em conjunto. (DUBREUCQ, 2010).

<sup>70</sup> O maranhense de Codó Joubert Gandhi Maranhão Piorski Aires é Bacharel em Teologia pela Faculdade Católica de Fortaleza (2010) e Mestre em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba (2013). Atua como pesquisador das práticas da criança na área de antropologia do imaginário e produções simbólicas.

produtores e dos seus usuários, que podem não pertencer a um mesmo grupo social. Para Benjamin (1984), “os brinquedos das crianças não dão testemunho de uma vida autônoma e especial; são, isso sim, um diálogo simbólico entre ela e o povo” (p. 94).

Na categorização proposta por Piorski (2016), classificando os brinquedos de acordo com a sua correspondência com os quatro elementos da natureza — terra, ar, fogo e água — os artefatos que fazem parte das infâncias em Cazuza estão inseridos, em sua maioria, no elemento terra. Isto porque apontam para brincadeiras que imitam a vida, relacionadas à gravidade social, à cultura, integrando as crianças em um dado contexto. Buscando a estrutura da natureza no interior das formas, habita-se a região dos “sonhos que nascem na criança para instruí-la sobre seu encaixe no mundo, o enraizamento no cosmos social, o contato com sua intimidade e interioridade, a busca pela intimidade com tudo que está fora de si”. (PIORSKI, 2016, p. 20).

Um dos artefatos aludidos por Corrêa em *Cazuza* consiste na arapuca para apanhar passarinhos, presente no capítulo “Aprisionando passarinhos”: “O Ninico da Totonha era, na verdade, uma tentação. Contou-me, uma tarde, das arapucas que estava armando para os lados do igarapé. Em breve teria gaiolas cheias de juritis, sururinas, pecoapás e jaçanãs. Deu-me vontade de também armar arapucas.” (CORRÊA, 1985, p. 38).

O manejo de objetos como estilingues, arapucas, alçapões e gaiolas é observado nos costumes indígenas e, de acordo com Kishimoto (2010), a caça de passarinhos e posterior domesticação integram a tradição cultural brasileira: “a prática de utilizar aves domésticas como bonecos bem como o uso do bodoque e do alçapão para pegar passarinhos e depois criá-los são tradições que permanecem na infância brasileira”. (KISHIMOTO, 2010, p. 63).

Como indício da permanência temporal da arapuca para apanhar passarinhos, também Candido Portinari<sup>71</sup> se apropriou do artefato, ao criar tela a óleo *Menino com arapuca* (1959).

---

<sup>71</sup> O paulista de Brodósqui Candido Portinari (1903-1962) foi pintor, gravador, ilustrador e professor. Portinari caracteriza-se como um artista que muda suas técnicas ao longo do tempo, mas mantém como temática o homem brasileiro e as questões sociais e históricas que o determinam. Ao longo da carreira, supera o regionalismo e produz uma obra com um caráter nacional e moderno, não apenas pelos temas tratados, mas também por suas grandes qualidades plásticas. Portinari é um artista reconhecido não apenas por seus quadros, mas também por seus famosos murais em prédios e monumentos. (<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10686/candido-portinari>)





Figura 43 – Menino com arapuca, Portinari 1959  
 Fonte: Acervo Digital do Portal Portinari

Na imagem, o menino está em pé, de frente com pássaro na mão direita e arapuca na mão esquerda. Tem a pele escura, cabeça inclinada para baixo, usa chapéu de palha de aba larga cobrindo os olhos parecendo olhar na direção do pássaro alaranjado que segura em sua mão direita, na altura do peito. Segura, com a mão esquerda, uma arapuca junto à perna.

É possível constatar, portanto, a atemporalidade de objetos dessa natureza no contexto da infância, presentes desde a colonização do Brasil, quando crianças europeias e africanas adquiriram práticas de caçar passarinhos e animais para a domesticação, a partir do contato com os nativos, conforme assinalado por Kishimoto (2010). Se tanto Corrêa, retratando o sertão maranhense, quanto Portinari, trazendo para suas telas o interior paulista, se valem da imagem de meninos com arapuca para apanhar passarinhos, há permanência do artefato no tempo e no espaço.

O ato de brincar, intimamente identificado com a cultura infantil e com necessidades da infância, liga-se a aspectos sensoriais, psíquicos e sociais (KISHIMOTO, 1999). Ademais, conforme definição de Huizinga (2002), a atividade lúdica não surge de forma natural e biologicamente inata na criança:

o jogo é uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e de espaço, segundo regras livremente convertidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e de alegria e de uma consciência de ser diferente da vida quotidiana. (HUIZINGA, 2002, p. 33)

No capítulo “Figuras do povoado”, Cazuzza conta que o personagem adulto Jorge Carreiro “brincava como se fosse um menino; carregava-nos aos ombros, escanchava-nos no cogote e fazia de cavalo para que lhe montássemos nas costas” (CORRÊA, 1985, p. 18), demonstrando que mesmo eventual adulto que participe do jogo está sujeito a um sistema de regras chancelado, *a priori* ou *a posteriori* pelas crianças nas atividades lúdicas.

Dadas tais características, os jogos são de livre participação e fundamentados em regras a serem respeitadas, ainda que apoiados na fantasia e na imaginação, portanto apartados das normas de convívio social. Huizinga (2002) frisa, em acréscimo, que os jogos promovem agrupamentos sociais, o convívio em comunidade e a capacidade de o indivíduo se colocar no lugar do outro.

Em *Cazuza*, Viriato Corrêa retrata momentos de brincadeiras fornecendo dados de como ocorria a socialização entre as crianças à época, com divisão de tarefas e organização de atividades baseado na limitação física de uma das crianças, Pinguinho, que, por outro lado, era dotado de perfil de liderança, criatividade e carisma, conforme o trecho que segue:

Como não podia correr porque cansava e não podia gritar porque tossia, o Pinguinho animava a brincadeira. Se a cabra-cega ia aborrecendo, fazia-nos mudar para a boca-de-forno; se a boca-de-forno já não despertava entusiasmo, lembrava a gangorra, o remporeá, o anel, ou qualquer outro brinquedo.

Foi ele que, uma vez (na manhã da morte do Chico da Lúcia), se apresentou entre nós com quatro rodas de ferro, encontradas atrás da casa da máquina de descarregar algodão.

Não sei onde se foi buscar um caixão de bacalhau, não sei onde se arranjam martelo e pregos. Em pouco, estava armado um carro.

E o carro encheu-nos o grande dia. Dois garotinhos dentro, outros dois empurrando e a pequenada a revezar-se dirigida pelo Pinguinho que, por ser doentio e dono das rodas, não empurrava nunca e era empurrado sempre (CORRÊA, 1985, p. 30-1).

Conforme as perspectivas teóricas examinadas a par das fontes documentais, importa sublinhar que os jogos colaboram para o desenvolvimento infantil. Atuando neles, as crianças são capazes de manifestar suas vontades, criando e alterando regras como for conveniente, e de interagir com outras crianças, estabelecendo vínculos e vivendo os mesmos sentimentos,

vencendo ou perdendo competições. Há, claramente, um componente de fantasia e imaginação nos jogos e brincadeiras infantis.

Como é possível constatar no trecho acima, em que uma criança com limitações físicas, mas inventiva, é acolhida por seus pares, as regras para as brincadeiras e jogos por vezes não chegam a ser combinadas, seguindo um acordo tácito entre os participantes, provando que a lógica da vida real serve como baliza para o que é permitido entre as crianças.

Digno de nota, no fragmento destacado, é a presença de um veículo construído de forma artesanal para a brincadeira proposta por Pinguinho. Discorrendo sobre o universo dos jogos e brinquedos nos tempos do Antigo Regime, Ariès (1981)<sup>72</sup> considera que tais materiais se originaram de uma vontade infantil de reproduzir o mundo adulto. O autor ilustra sua tese exemplificando com o cavalo de pau, sendo então o cavalo o principal meio de transporte, e o catavento, representação dos moinhos de vento originários na Idade Média. Lembra também as bonecas, presenteadas às meninas, que lembram o mesmo objeto ofertado às deusas na Antiguidade Clássica rogando amor, casamento e fertilidade.

As brincadeiras citadas no fragmento fazem parte dos costumes brasileiros, sendo algumas delas descritas por Luís da Câmara Cascudo<sup>73</sup>. O autor define folclore como a “cultura popular tornada normativa pela tradição, compreendendo técnicas e processos utilitários que se valorizam numa ampliação emocional, além do ângulo do funcionamento racional”<sup>74</sup>, sendo a cabra-cega conceituada como:

Jogo infantil, que consiste em uma criança vendada, a cabra-cega, agarrar uma outra que a substituirá no posto. O mesmo que cobra-cega, batecondê etc. Muito comum em Portugal e Espanha, de onde veio para o continente americano. Rodrigo Caro, citado por

<sup>72</sup> Questionando-se sobre a construção das maneiras de pensar e agir do homem comum ao longo do tempo, Ariès utilizou em sua pesquisa grande variedade de documentos produzidos na Idade Média (séculos V-XV) e na Idade Moderna (séculos XV-XVIII), como quadros e gravuras desse último período, além de tapeçarias, tratados de moral e civilidade, diários, cartas e muitas outras fontes. “As análises empreendidas por Ariès buscando identificar as mutações ocorridas na convivência dos mais jovens com os mais velhos ao longo da Idade Moderna tornaram-se exemplares. Elas passam pela análise do compartilhamento (Idade Média) e posterior distinção (Idade Moderna) das vestimentas, dos jogos, das brincadeiras e dos rituais de sociabilidade comungados entre uns e outros.” (CAMPOS, 2019, p. 229)

<sup>73</sup> O natalense Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) foi historiador, antropólogo, advogado e jornalista. Dedicou-se ao estudo da cultura brasileira e atuou como professor da Faculdade de Direito de Natal, hoje Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), cujo Instituto de Antropologia leva seu nome. Pesquisador das manifestações culturais brasileiras, deixou extensa obra, inclusive o *Dicionário do Folclore Brasileiro* (1952). Entre seus muitos títulos destacam-se: *Alma patricia* (1921) e *Contos tradicionais do Brasil* (1946). Estudioso do período das invasões holandesas, publicou *Geografia do Brasil holandês* (1956). Suas memórias, *O tempo e eu* (1971), foram editadas postumamente. (<http://www.cascudo.org.br/biblioteca/vida/biografia/>)

<sup>74</sup> CÂMARA CASCU DO, 1979, p. 400.

Maria Cadilla de Martínez (*Juegos e Canciones Infantiles de Puerto Rico*, 76), informa ter sido jogo popular entre crianças da Roma Imperial, onde a denominavam *musca aena*, *chalké muia*, na Grécia. É de fácil encontro no documentário da Idade Média e Renascimento. Em Espanha e América espanhola, chamam-na *La Gallina Ciega* (Días Geniales o Lúdricos, Diálogo VI). (CÂMARA CASCUDO, 1979, p. 213)

O *anel*, a que Cascudo denomina *jogo do anel*, uma das distrações propostas por *Pinguinho*, consiste em um

divertimento para crianças e pessoas adultas, constando de um anel adulto entre as palmas das mãos fechadas e fingidamente depositado nas mãos de todas as pessoas presentes. Pergunta-se quem tem o anel e o indicado indicará um dos componentes, pagando prenda quando não coincidir com o verdadeiro depositário. É, para nós, de origem portuguesa. (CÂMARA CASCUDO, 1979, p. 78)

Na narrativa de *Cazuza*, ao retratar os jogos infantis, Corrêa enumera meninos e meninas entre as crianças que participavam das atividades com o protagonista, não buscando diferenciá-los quanto às brincadeiras em que cada um se envolvia, fazendo o leitor crer que todos participavam das mesmas atividades lúdicas:

Eram quinze ou dezoito os meninos que brincavam comigo: o *Quincas*, que já estava com os dentes quase todos mudados; a *Chiquitita*, sempre de pernas raladas pelas travessuras; o *Ioiô*, que fazia caretas horríveis virando as pálpebras pelo avesso; o *Manduca*, dando, com agilidade de um sagüi, saltos como os artistas de circo; a *Tetéia*, que subia as árvores como qualquer menino; o *Pinguinho*, o *Chiquinho*, a *Rosa*, o *Maneco*, o *Vavá* e vários outros, quase tudo gatinha miúda que ainda chupava o dedo. (CORRÊA, 1985, p. 27)

Investigando as formas de socialização de crianças residentes em bairros operários que se encontravam para brincar, Fernandes (1979) compreendeu que as crianças, de fato, constroem a sua cultura se apropriando de elementos da cultura dos adultos, por meio de um processo de aceitação e transformação ao longo do tempo. Conforme o autor,

O desejo comum de brincar, o contínuo trato com as mesmas crianças, a preferência por certos tipos de jogos, sua livre escolha, a liberdade de que goza nesses momentos e o interesse que lhe desperta o brinqueado em bando conduzem a criança à formação das primeiras amizades, dando-lhes a noção de posição social.(p. 378)

Importante destacar que estas atividades lúdicas, parcialmente apartadas dos deveres reais, têm o condão de tornar menos severo o processo de formação social das crianças, sendo

brincadeiras e jogos formas de experiências sociais e culturais para as crianças frente a demandas mais complexas a serem vivenciadas no futuro.

No trecho que segue abaixo, é possível notar que, por meio das brincadeiras, é concedida às crianças a oportunidade de descobrir as relações existentes entre os adultos, apropriando-se mimeticamente das atividades sociais, ainda que simbolicamente (CORDAZZO; VIEIRA, 2007):

De quando em quando, inventávamos uns brinquedos e, como das nossas cabeças não saíam as histórias contadas por Vovó Candinha, nos brinquedos que inventávamos quase sempre figuravam reis, príncipes, princesas e pajens.

Naquela noite, ao luar, eu fazia de rei. O Mundico batia à porta do meu palácio:

— Ó de casa!

— Ó de fora! respondia eu. Quem está aí?

— Um príncipe.

— Entre. Depois batia o Quincas. Eu perguntava.

— Quem é?

— Um lavrador que pede licença para falar a Vossa Majestade.

— Espere aí embaixo.

— Majestade, eu tenho pressa, insistia ele.

— Espere, se quiser. Não vou deixar de atender a um príncipe para atender a um trabalhador de enxada.

No momento em que eu pronunciava estas palavras, meu pai passava perto. Vi-o parar. Senti que me queria dizer alguma coisa, mas imediatamente se arrependeu, seguindo o seu caminho (CORRÊA, 1985, p. 68).

Após o episódio descrito, o pai de Cazuzza o convida a passear na roça do Lourenço, um pobre lavrador que os recebe com hospitalidade e gentileza, oferecendo-lhes frutas do seu cultivo. O pai de Cazuzza, então, palestra ao filho sobre o valor do trabalho dos mais humildes e a necessidade de respeitá-los e valorizá-los em suas condições:

— Sim. Ontem à noite, quando brincavas de rei, disseste que não ias deixar de atender a um príncipe para atender a um trabalhador de enxada. Um trabalhador de enxada, meu filho, é maior do que um príncipe, quando o príncipe vive na ociosidade. O homem só vale quando trabalha e o trabalho, seja ele qual for — o de enxada ou qualquer outro — é digno e nobre desde que seja honesto.

E depois de uma ligeira pausa:

— Os lavradores como o Lourenço são humildes, mas nem por isso deixam de ser úteis (CORRÊA, 1985, p. 70).

Em relação ao ambiente familiar, cumpre levar em conta a descrição que Philippe Ariès, no seu estudo clássico (1978), traz da trajetória da infância, desde a Antiguidade até os dias atuais, lançando luz sobre a influência da sociedade europeia a partir do século XVII nas concepções modernas dos modelos de cuidado e proteção da infância.

Segundo o autor, a sociedade medieval não apartava crianças e adolescentes do mundo adulto, mesmo em família. Aries (1978, p. 10) destaca que, entretanto, havia um nascente e superficial sentimento em relação às crianças em idade tenra, que constituía entretenimento das pessoas, semelhante à diversão com os animais. Ainda que a morte das crianças pequenas causasse consternação, pensava-se que outra criança logo a substituiria.

As famílias, naquele período e naquele contexto, eram compostas pelo casal e pelas crianças. Era comum que a criança passasse a viver em outra casa e não a de sua família, caso ultrapassasse a morte precoce e a fase da “paparicação”.

Em *Cazuza*, a casa familiar do protagonista, no seu povoado natal, era habitada por seus pais e irmãos e, já que grande o suficiente para ser a maior da região, com quartos e avarandado na frente e atrás, por vezes reunia outros integrantes da família, como tio Olavo, vovó Candinha<sup>75</sup>.

Na sequência da narrativa, Cazuza, seus pais e seus irmãos deixam, todos juntos, o povoado de Pirapemas por questões econômicas, mantendo-se o núcleo familiar:

Nunca pude saber, ao certo, o motivo que levara minha família a deixar o povoado em que meu pai nascera e vira nascer os seus primeiros filhos. Mas não foi somente porque a escola da vila fosse melhor que a da povoação.

Ao que percebi nesta frase, naquela, naquela outra, a causa da mudança foram os negócios comerciais de meu pai. Os negócios iam mal.

Vovô Lucrécio, pai de minha mãe, morador da vila, já velho e cansado de trabalhar, oferecera a meu pai a sua casa de negócios. (CORRÊA, 1985, p. 71)

No fragmento que segue, o pai de Cazuza é caracterizado como pessoa influente na região, o que deixa transparecer o prestígio de sua família no lugarejo.

Não havia no lugarejo ninguém mais importante do que meu pai. Era tudo: autoridade policial, juiz, conselheiro, até médico.

A sua figura inspirava respeito; a sua presença serenava discórdias. Se havia uma desordem, mal ele chegava a desordem acabava. Bastava que desse razão a uma pessoa, para que todo mundo afirmasse que essa pessoa é que estava com a razão. Os seus conselhos faziam marido e mulher, desunidos, voltarem a viver juntos. Ninguém tomava um remédio sem lhe perguntar que remédio devia tomar.

Era um homem inculto, mas com uma inteligência tão viva, que se acreditava ter ele cursado escolas. E, ao lado disso, uma alma aberta, franca, alegre, jovial e generosa, que fazia amigos ao primeiro contato. (CORRÊA, 1985, p. 16)

<sup>75</sup> No capítulo “A sabatina de tabuada”, em que Cazuza retorna da escola após castigo físico aplicado pelo professor, a família está reunida no avarandado e tio Olavo faz observações em defesa do caráter punitivo dos métodos de ensino de que o protagonista e seus pais se queixavam. No avançar da narrativa, o personagem deixa a casa dos pais para frequentar a escola da capital, passando a conviver com os tios em São Luís.

Para compor a estrutura familiar de Cazuzza, Corrêa parece ter buscado elementos na sua própria família. Pinto (1966) caracteriza o pai do escritor como “o elemento aglutinante das vantagens e dos desejos da população, era um homem rico daquelas paragens”. Vestia-se bem, era simpático e bondoso, cabia a ele resolver conflitos e buscar a solução do que qualquer pessoa da localidade levasse ao seu conhecimento, além de patrocinar festas da localidade — “sua preocupação era procurar dar, de quando em quando, um divertimento àquela gente triste” (PINTO, 1966, p. 13).

Chamava-se Manoel Viriato Corrêa Bayma, conhecido como Capitão Manoel Viriato, título que lhe fora atribuído pela inteligência e a sua residência era conhecida como a casa grande do lugar, imensa, avarandada, de telha e com tantos quartos que era capaz de acolher tudo o que chegava a Pirapemas navegando pelo Itapecuru (PINTO, 1966, p. 15), de maneira semelhante ao descrito na narrativa, caracterizando o pai de Cazuzza:

Os "gaiolas" (vaporezinhos de roda que faziam a navegação do rio) paravam no povoado para se abastecer de lenha e para embarcar e desembarcar mercadorias e passageiros. Não sei por que, os fazendeiros do sertão, quando tinham de tomar passagem para a capital, preferiam aquele porto insignificante. Rara era a semana em que não chegava gente de fora à povoação.  
E, como a nossa casa era a maior de todas, era nela que eles se hospedavam.  
No interior do Brasil a hospitalidade é um dever sagrado que se cumpre religiosamente. Nossa casa vivia apinhada de criaturas estranhas vindas de longe. (CORRÊA, 1985, p. 15)

A proteção e o amparo à infância não escaparam ao olhar e à tematização de Viriato Corrêa em *Cazuzza*, o que se nota por meio do personagem Pata-choca, assim apelidado o colega de classe Evaristo. No capítulo “O Pata-choca”, o autor procede à descrição do personagem Evaristo, focalizando representação de atraso intelectual, seu comportamento e aspecto físico. O pai, Chico Lopes, é chamado à escola quando o aluno é flagrado comendo terra, sendo solicitado pelo professor que o retire da escola, ao que o pai não concorda e implora para sua permanência na instituição. No dia seguinte, chega à escola com marcas de castigo físico e, ao errar mais uma vez a lição, recebe orelhas de burro e lhe é ordenado que vá para casa com o adereço, pelas ruas. Cazuzza faz menção de ir testemunhar, sendo interrompido pela mãe.

O Pata-choca era o aluno mais atrasado da escola. Havia bastante tempo que lá estava e não conhecia, sequer, as letras do alfabeto.  
Talvez já tivesse dez anos, mas, pela inteligência, não parecia ter mais de cinco.



— Se não abrires os olhos, diziam as mães aos filhos que não sabiam as lições, se não abrires os olhos, tu acabas como o Pata-choca.  
 Era um pequeno amarelo, feio, desmazelado, carne balofa, olhos mortos, barriga muito grande e pernas muito finas. Vivia silencioso, boca aberta, cochilando nos bancos, com um eterno ar de cansaço, como se a vida lhe fosse um grande sacrifício.  
 Começou a comer terra quando ainda engatinhava.  
 O pai (ele não tinha mãe) dava-lhe surras tremendas, de lhe deixar o corpo moído e de levá-lo à cama.  
 Mas nada o corrigia. Ao apanhar distraídas as pessoas de casa, atirava-se aos torrões de terra, comendo-os gulosamente.  
 Vivia machucado de pancadas, doentinho, o ar de fadiga, o ar estúpido, malquerido da gente grande e desprezado pelas próprias crianças.  
 Não havia nada que o acordasse daquela moleza. Se ralhavam com ele, parecia que o ralho lhe entrava por um ouvido e lhe saía pelo outro. Se lhe davam bordoadas, chorava um instante, enquanto as pancadas doíam, mas voltava imediatamente à expressão de indiferença e de embrutecimento. (Corrêa, 1985, p. 60)

A atuação destacada de um médico higienista de passagem por Pirapemas foi a responsável pelo tratamento de sua doença, percebida pelo professor, mas insolúvel para o pai do menino. Compunha-se, portanto, um quadro de atenção a regras básicas de higiene, atenuação da considerada ignorância popular e cura de doenças, não escapando à obra questão relevante àquele tempo no país e ao Maranhão. A título de demonstração, Bezerra (2019) aponta missões sanitárias que se dirigiram ao interior do Maranhão, tendo as seguintes passagens por Coroatá, município do Sertão maranhense na região de Pirapemas: em 1904 para combater a peste bubônica, em 1920 para missão exploratória sanitária, em 1921, para instalação de postos antiofídicos, em 1929 para a instalação de subposto de saúde para atender à população local.

Discutindo a interferência dos discursos e conhecimentos médico-higiênicos na formação e ofício da docência primária, Paiva (2013) toma de empréstimo a definição de “discurso competente”, indicada por Marilena Chauí (1993), notando que

a responsabilidade de formar hábitos higiênicos na escola, enquanto caracterização de um discurso instituído e legitimado, procurou atingir a formação do professorado primário com o objetivo de arremeter sujeitos capazes de multiplicar as “verdades científicas” em nome de um progresso que tinha a escola como um de seus principais escopos. Era necessário incluir o professor primário neste projeto tanto por ser ele quem lidava, por maior tempo, com as crianças na escola como por ser uma maneira mais econômica de levar os hábitos saudáveis ao ambiente escolar (CHAUÍ, 1993, p. 73).

Houve, com efeito, após a Proclamação da República, iniciativas de viés educativo e higiênico para a sociedade, que levou os cidadãos da classe média e das elites a denunciar e buscar soluções para o analfabetismo e a ausência de cuidados básicos de saúde (CAMARA,

2017). No que se assemelha a uma missão civilizatória, no capítulo “O médico do ‘gaiola’” aportou no povoado um vapor trazendo um médico a bordo, que logo foi procurado pelos habitantes e pôs-se a examinar quem desejasse. Ao se deparar com Pata-choca, chamou o pai do colega de Cazuza e o informou da moléstia que sofria, a que denominou “bichas”.

— Como deixou este menino ficar neste estado? É preciso curá-lo e curá-lo com presteza.

O Chico Lopes avançou um passo.

— Ele não está doente, doutor. O que ele é, é sem-vergonha. Está assim porque come terra.

— O senhor está enganado, replicou o médico. Ele não está assim porque come terra. Ele come terra é porque está assim!

— Como diz, doutor? interrogou o matuto.

— Ele come terra é porque está assim. O que esta criança tem são bichas. As bichas é que o fazem comer terra.

— Mas, doutor, então...

— Não tenha dúvida. São os vermes, no estômago e no intestino, que obrigam essa pobre criança a ter desejos esquisitos de comer coisas extravagantes. O senhor, com certeza, dá-lhe bordoada.

— Sim, doutor, para lhe tirar o vício.

— Não adianta nada. Bordoada não adianta. O que adianta é remédio. O que é preciso é curá-lo. No dia em que deixar de ter vermes, deixará de comer terra.

E, depois de passar carinhosamente a mão pela cabeça do pequeno:

— É bem possível que neste menino mole e triste esteja uma criatura alegre e inteligente. Dê-lhe remédio para lombrigas. (CORRÊA, 1985, p. 66-7)

Assim, foi feita a intervenção sanitária sobre o desamparo à saúde daquela criança, que, conforme aquele ideário, não conseguiria a cura para o seu mal devido à ignorância do pai roceiro. Pelo que se sugere, Pata-choca teve melhor sorte que Pinguinho, representante de uma infância que nem assistência familiar parecia ter, já que não caracterizada por Viriato Corrêa. O personagem, dotado de vivacidade no olhar e sede por brincadeiras, era frágil em sua saúde: fisicamente débil, de mãos geladas, testa quente e tosse seca. Nas ocasiões de falecimento de algum habitante do povoado, quando os adultos se ocupavam da morte, rendendo as últimas homenagens ao morto, e as crianças celebravam a vida, aproveitando para brincar, a Pinguinho cabia a vivacidade de comandar os jogos infantis. E em um desses acontecimentos de funeral veio o seu fim:

À noite, o pobrezinho ardia em febre. Não comeu mais, não saiu mais do fundo da rede. De quando em quando — golfadas de sangue. E emagrecendo, emagrecendo — ficou pele e osso.

Não lhe saíamos de perto. Quando podíamos enganar a vigilância de nossos pais, íamos para junto dele, consolar-lhe os sofrimentos.

Numa manhã, linda manhã em que as andorinhas brincavam no céu como garotinhos travessos, ele morreu. (CORRÊA, 1985, p. 32)

Trazendo dados históricos sobre a assistência à saúde no Maranhão, Leite (2018) diz que

Do início do século XX até 1929 (Primeira República), sanitaristas, guardas sanitários e outros técnicos organizaram campanhas para lutar contra as epidemias que assolavam o Maranhão no início do século (febre amarela, varíola e peste). Esse tipo de campanha era decorrente de uma política de saúde pública importante para os interesses da economia agroexportadora no Maranhão (p.11).

Prosseguindo, o autor afirma que “no período de 1920 a 1945, não ocorreram grandes transformações na saúde pública, que continuava voltada ao combate das doenças endêmicas, mas na assistência individual começa a se delinear” (LEITE, 2018, p. 12) e que

a partir da década de 1930, a política de saúde pública no país e, por extensão, no Maranhão, estabeleceu formas mais permanentes de atuação com a instalação de Centros e Postos de Saúde para atender, de modo rotineiro, a determinados problemas. Para isso, foram criados alguns programas, como pré-natal, vacinação, puericultura, tuberculose, hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis e outros. Neste modelo se estruturaram as Redes Estaduais de Saúde, a assistência era voltada para os segmentos mais pobres da população. Os segmentos mais abastados procuravam o cuidado de sua saúde nos consultórios médicos privados” (LEITE, 2018, p. 12).

Nota-se que, no caso de Pinguinho, a missão dos médicos higienistas não foi concretizada, escapando-lhe a assistência médica a essa infância desamparada. Por seu turno, o autor lançou mão, neste ponto da narrativa, do retrato do costume popular de honraria aos mortos, de jogos infantis populares e de uma infância que acaba de conhecer a finitude da vida humana.

Conclui-se, após esta análise dos jogos e das brincadeira que permeiam *Cazuza*, que o aporte teórico dos campos da História e da Sociologia são relevantes para a compreensão da infância e das infâncias de que trata Viriato Corrêa, levando em conta que se trata de um adulto que produziu a obra para crianças, buscando inculcar valores e crenças a partir das suas observações e da sua leitura de um comportamento infantil ideal à época.

### 3.2 Socialização e sentimentos na vila de Coroatá

Adentrando a análise dos personagens infantis apresentados por Corrêa na Parte II de

*Cazuza*, no capítulo “Dentro da mata”, o protagonista admite: “Na vila, eu tinha vida muito presa: de casa para a escola, da escola para casa.” A Vila em questão trata-se de Coroatá, município assim descrito no *Álbum do Maranhão*:

Cidade à margem do rio Itapecurú. É sede do município do mesmo nome e da comarca. Está ligada à capital pela estrada de ferro S. Luiz-Therezina.

O município de Coroatá situado em lugar alto e sêcco gosa de um clima amêno e por isso mesmo é muito procurado pelos habitantes da capital, na convalescência das moléstias graves. É portanto muito salubre. D'esde tempos remotos o município de Coroatá é tido como centro produtor de algodão e como tal, já em 1863, apresentava colheitas abundantes; com a passagem por elle da estrada de ferro S. Luiz-Therezina, o Coroatá que havia cahido em decadência, foi pouco e pouco ganhando forças, até que hoje em dia é um dos mais importantes municípios do Estado.

Na organização dos horários da estrada de ferro que vae de S. Luiz á Therezina, ficou o Coroatá, constituindo uma das estações de pernoite e escolhido para ponto de entroncamento e início da nova estrada que vae de Coroatá até a villa de Imperatriz no alto Tocantins, ou mais conhecida como o nome de ferro do Tocantins, ligando o vale dos rios Mearim e Tocantins ao do rio Itapecurú.

Como centro produtor de algodão e pelas condições climáticas muito próprias ao desenvolvimento e cultivo do algodão, o governo federal mantem um pôsto agrícola experimental, que tem ao seu encargo sobretudo o expurgo e distribuição de sementes de algodão imunes aos lavradores do Estado.

Não é só como produtor de algodão que sobressae o município de Coroatá; além desse, produz muitos cereaes taes como: feijão, arroz, milho, etc.

A população do município pelo último recenseamento está calculada em 49.720 habitantes.

A pecuária está recenseada em 13.800 bovinos; 5.150 equinos; 1.320 asininos e muares; 8.763 suínos; 3.800 ovinos e 9.000 caprinos.

Está o município dotado de estação telegraphica e agência postal.

É um dos centros exportadores de amendoas de côco babassú, couros e outros productos.

A sua produção agrícola está orçada em 800 contos, a pecuária em 68 contos e o valor da propriedade em 250 contos de réis.

A instrução primária é ministrada em 13 escolas publicas (*Álbum do Maranhão*, 1923, p. 109).

Neste cenário, ganham destaque os personagens infantis criados por Corrêa em *Cazuza* estabelecendo a sua socialização e lidando com seus sentimentos. Compreendendo o desenvolvimento cognitivo como um processo de aquisição cultural, Vygotsky (1998, p. 27) afirmou que “a natureza psicológica da pessoa é o conjunto das relações sociais, transferidas para dentro e que se tornaram funções da personalidade e formas da sua estrutura”. Para ele, a relação entre cultura e desenvolvimento da mente parte do pressuposto que as funções psicológicas se dão em dois planos: nas atividades coletivas, portanto sociais, que denomina funções intersíquicas; e nas atividades individuais, no pensamento da criança, denominadas funções intrapsíquicas. (VYGOTSKY, 1977, p. 46).

Como na hipótese de Vygotsky o movimento histórico transforma o ser biológico em um ser cultural através da interação em meios culturalmente organizados, os personagens infantis de Cazuzza constituem a si mesmos a partir de suas interações sociais, incorporando os elementos culturais que as aproximam de outros indivíduos. Não são, portanto, mera reprodução, mas sim reconstituição subjetiva.

Necessário é, neste ponto, definir o que vêm a ser as emoções. Estas, de acordo com Galvão (1995), possuem características específicas de manifestações da afetividade

que são acompanhadas de alterações orgânicas, como aceleração dos batimentos cardíacos, mudanças no ritmo da respiração, dificuldades na digestão e secura na boca. Além dessas variações no funcionamento neurovegetativo, perceptíveis para quem as vive, as emoções provocam alterações na mímica facial, na postura, na forma como são executados os gestos. Acompanham-se de modificações visíveis do exterior, expressivas, que são responsáveis por seu caráter altamente contagioso e por seu poder mobilizador do meio humano (GALVÃO, 1995, p. 43).

Passagem da narrativa potente no tocante às emoções é o que se sucede com a chegada do circo à Vila de Coroatá para uma apresentação. Cazuzza e seus amigos Antonico, Biné, Laleco, Curió, Zezifo e Bentoca demonstram ansiedade e entusiasmo pela chegada do circo à vila, conforme o trecho que segue:

A notícia deixou-nos o dia inteiro no ar. Não prestamos atenção nenhuma às aulas. À boca da noite, quando nos reunimos no pedestal do cruzeiro, esperamos o Antonico com ansiedade maior que das outras vezes. Ele nos prometera trazer notícias novas. E foi com a respiração suspensa que o ouvimos, quando ele apareceu. Estava informado de tudo. O circo chegaria nos quinze ou vinte dias mais próximos. Talvez fosse o maior que já tivesse pisado na vila. Vinte artistas. Oito cavalos. Um urso. (CORRÊA, 1985, p. 88)

Em estudo acerca da encenação de espetáculos circenses no Brasil, Ilkiu (2011) salienta que

A partir do século XIX encontram-se registros oficiais sobre a presença de circos no Brasil, que perambulavam por diversas cidades levando seus espetáculos a lugares aonde provavelmente não chegava nenhum outro grupo artístico. No entanto, o início dos espetáculos de circo em nosso território está associado aos ciganos vindos da Europa e datam antes mesmo da época dos espetáculos consolidados por Philip Astley na Inglaterra. No mesmo período, vários outros circos chegaram por aqui, dentro dos mesmos moldes de organização de espetáculo, exceto pelo circo Lowande, o primeiro a trazer acrobacias nos cavalos e a partir da segunda metade do século XIX o “circo de cavaleiros”, como também era chamado, já se fazia presente em muitas cidades brasileiras. (ILKIU, 2011, p. 85)

Nos dias que se seguem, as crianças vivem a excitação da espera pelo espetáculo do circo e, no dia do evento, a angústia pela impossibilidade de Antonico comprar suas entradas, tendo sua mãe gasto todo o dinheiro com remédios para a cura de doença da irmã do personagem. Penalizado, Cazuzza oferece a sua entrada para Antonico assistir ao início da apresentação, com a promessa de que seria devolvida nos primeiros minutos para que Cazuzza pudesse entrar. Antonico, no entanto, enternecido pelos números circenses, esquece a promessa e lá permanece até o fim, deixando Cazuzza irado e amargurado com o amigo por toda a infância.

Após o fim da narrativa sobre o episódio no circo e a ira diante de Antonico, o narrador se coloca no lugar de adulto e afirma que:

Ficamos mal toda a vida. Durante a minha infância nunca lhe perdoei a noite do circo. Hoje é que compreendo o que se passou. O Antonico não me traiu. Não foi o patife, o canalha, o bandido que eu julguei. O que ele não pôde foi sair do circo. O brilho das luzes, os cavalos adornados, os trapézios, o urso, o macaco, as dançarinas, o palhaço, tudo, tudo o prendeu lá dentro e ele nem por um instante se lembrou de mim. Eu faria o mesmo. O mesmo fariam todos os meninos daquela idade. (CORRÊA, 1985, p. 94)

Lucci (2006, p. 5) lembra que em Vygotsky a atividade cerebral é sempre mediada por instrumentos e signos, sendo estes mediadores internos que dirigem e controlam as ações psicológicas do próprio indivíduo e de outros indivíduos. O momento em que o personagem Zezinho brinca com a vela do “gaiola” é ilustrativo de tal aspecto.

Tal acontecimento ocorreu no dia da partida de Cazuzza para a capital, São Luís, a fim de dar continuidade aos seus estudos, conforme o desejo de seu pai. Na ocasião, quase toda a escola, incluindo colegas, a diretora e a professora, foi ao porto vê-lo embarcar. Na passagem que segue, Zezinho dá vazão à sua vontade:

Ainda faltava muito para o momento da partida, quando o apito ressoou vivamente nos ares.  
Corremos todos a ver o que se passava. Era o Zezinho agarrado à corda, puxando-a doidamente.  
Um homem de bordo deu-lhe uns gritos. Ele não atendeu.  
Veio o imediato, veio o comandante, vieram outras pessoas. O menino, aquele menino triste de outros dias, agarrava-se cada vez mais à corda, apitando, apitando, apitando.  
E só a largou quando ouviu a voz de Dona Nenén e da diretora.  
— Você está doído, Zezinho? perguntou-lhe o Fala Mole. Ele, cansado, mas satisfeito, disse tranquilamente:  
— Eu queria matar este desejo. (CORRÊA, 1985, p. 131)

A navegação fluvial no Maranhão era incipiente até meados do século XIX, tendo sido modernizada com a criação da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão em 1858, trazendo ao imaginário das populações ribeirinhas a ideia de progresso.

A exploração fluvial a vapor do rio Itapecuru tem como marco inicial a lei provincial nº 426/1856, que constituiu a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, considerada o fato “na época, sem dúvida, mais importante para a economia e para o povoamento do interior” (AYRES, 2001, p. 174) implicando incremento populacional da região, multiplicando povoações, vilas e cidades. Por terra, os caminhos de tropeiros e/ou estradas eram os principais meios de transporte, sobretudo nas últimas décadas do século XIX, destacando-se, entre outras, a articulação sul-nordeste — Carolina a Coroatá, passando por Grajaú e Barra do Corda.

Em 1905, O Congresso Estadual decretou e o governador Alexandre Collares Moreira Júnior sancionou a Lei nº. 384, com a finalidade de aperfeiçoar o serviço de navegação fluvial no interior do Estado do Maranhão, dinamizando através da quebra do monopólio das Companhias Fluvial Maranhense e a de Vapor do Maranhão, que navegavam pelo Itapecuru somente até Caxias e pelo Mearim até Vitória do Baixo Mearim, ampliando o trecho de navegação dos rios Mearim e Itapecuru. (FERREIRA, 2009, p. 3)

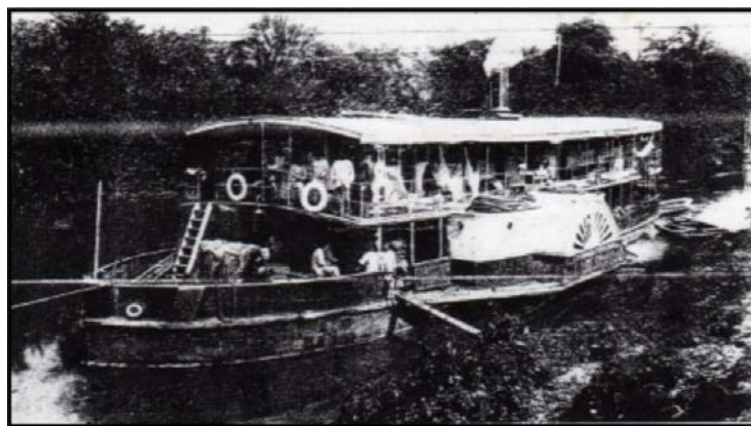


Figura 44 - vapor da Companhia Fluvial Maranhense (1905)  
Fonte: Abranches, 1993, p. 85.

Enquanto em atividade, os vapores que cruzavam o Sertão maranhense ou “gaiolas” como denomina Viriato Corrêa em *Cazuza*, consolidaram o desenvolvimento econômico, social, político e cultural das regiões pelas quais passaram, ao mesmo tempo em que assumiam significados diversos para os moradores: “Naquelas ocasiões, nas curvas dos rios que antecede o



lugar, soava bonito e forte o apito da lancha que sacudia do marasmo os seus habitantes, [...] era um espetáculo”, aponta Martins (2007, p. 85).

Na narrativa, a chegada do navio a vapor trazia dinamismo econômico e ar festivo à localidade, trazendo histórias tão fascinantes quanto o soar do seu apito:

Mas o ‘Gaiola’ era, ao mesmo tempo, o grande perigo dos povoados. Atordoava, envenenava e enlouquecia aquelas almas simples. É que ele se fazia de portador que exagerava e falseava. Ficava todo mundo de boca aberta, ouvindo as coisas bonitas que a gente de bordo contava da Capital, ficavam as roceirinhas de água na boca, a sonhar com os gozos que os lugarejos não têm. Para os meninos como eu, o ‘Gaiola’ era tudo. Não somente porque viesse da cidade e trouxesse tudo que conhecíamos de deslumbrante e de prodigioso, mas por causa do apito. (CORRÊA, 1985, p. 130).

Sendo a linguagem o mediador do desenvolvimento infantil e compreendendo várias formas de expressão — oral, gestual, escrita, artística, musical e matemática —, (LUCCI, 2006, p. 5) as sucessivas interações entre as crianças da narrativa se manifestam de diferentes formas até que se chegue a uma nova acomodação de valores, como no episódio da briga entre Bicho-de-coco e Basílio.

Passou-se que Bicho-de-coco esbarra em Basílio durante a aula e borra a sua escrita caligráfica. O segundo decide tirar satisfações com o primeiro ao saírem da escola, desferindo um soco. Antonico intercede em favor de Bicho-de-coco, argumentando que Basílio o agride por ser mais fraco e, ato contínuo, empurra o agressor fazendo-o cair na calçada. Basílio, no entanto, afirma que não o vai agredir, porque apenas escorregou e não se feriu. As crianças que assistiram ao entrevero combinam de não contar na escola, mas a presença de Biné, notório novidadeiro, os faz concluir que o acontecido atravessará os muros da instituição.

No dia seguinte, já sabendo do que se passara, a professora, dona Nenén, dita à classe fábula em que um mosquito acidentalmente se prende à teia de uma aranha e se desculpa, no intuito de não ser devorado. Entretanto, a aranha afirma que mesmo assim irá devorá-lo, o que sempre faz com quem atinge a sua teia. A seguir, um gavião passa pela teia fazendo um grande rombo e a aranha nada faz, argumentando consertar facilmente e não gostar de carne de gavião.

Assim, as estruturas de percepção, a atenção voluntária, a memória, as emoções, o pensamento, a linguagem, a resolução de problemas e o comportamento assumiram diferentes formas, influenciados pelo contexto cultural da escola da vila de Coroatá.

Uma das crianças da narrativa, que surge por breve momento, mas de grande valor para a compreensão das noções de infância em *Cazuza*, é Zizi, irmã do personagem principal da obra. O desenvolvimento da função simbólica e da linguagem em Zizi são explicitadas no trecho que segue, em comportamento baseado em inteligência prática e simbólica.

Uma vez, minha mãe, que gostava de preparar as sobremesas, fez um manjar branco para o almoço. Zizi viu-a colocar o prato no guarda-comida, e mais tarde, quando pilhou toda a gente distraída, trepou numa cadeira e deu uma dentada no doce.  
Estávamos à mesa quando mamãe notou a dentadinha.  
— Quem teria dado esta dentada neste doce? perguntou fingindo-se ingênua.  
Zizi, que estava perto, não disse palavra.  
— Não sabes, minha filha? insistiu mamãe. Zizi respondeu sarapantada:  
— Foi Eva.  
Eva era a ama-seca que lhe encobria as traquinadas. Mamãe examinou a dentada e disse:  
— Os dentes de Eva ficaram pequenos, minha filhinha.  
— Por quê? perguntou a garotinha. — Porque a dentadinha que aqui está é de dentes muito pequeninos.  
Zizi não se embaraçou e respondeu:  
— Ela pediu a minha boquinha emprestada. (CORRÊA, 1985, p. 109-10)

Neste sentido, partindo da concepção de atividade do organismo e da contínua interação entre as condições sociais, mutáveis, e a base biológica do comportamento humano, Lucci (2006), mencionando Vygotsky, observou que

o ponto de partida são as estruturas orgânicas elementares, determinadas pela maturação. A partir delas formam-se novas e cada vez mais complexas funções mentais, dependendo da natureza das experiências sociais da criança. Nesta perspectiva, o processo de desenvolvimento segue duas linhas diferentes em sua origem: um processo elementar, de base biológica, e um processo superior de origem sociocultural. (LUCCI, 2006, p. 7)

O processo superior de origem sociocultural parece claro no comportamento e nas emoções infantis que ocorreram no capítulo “A vaquejada”. Neste, Viriato Corrêa se dedica à caracterização desta tradição brasileira, na ocasião em que Cazuza visita a fazenda de Titio Aquino, localizada numa região de mata, “a pouco mais de dez léguas da vila”<sup>76</sup>. A vaquejada, a propósito, é definida em pelo narrador como “a contagem anual do gado” e descrita como o momento em que o gado criado à solta nos campos e nos matos é levado aos currais das fazendas do seu dono para em seguida voltar à vida livre (CORRÊA, 1985, p. 112).

<sup>76</sup> Transformada em quilômetros, tal distância equivale a aproximadamente 48km da vila de Coroatá.

Logo a seguir, a narrativa se ocupa da caracterização do vaqueiro, através da descrição da vestimenta de Fala Mole:

— Cazuzza! ouvi uma voz gritar atrás de mim.  
Voltei-me. Era o Fala Mole.  
Estava de causar inveja a qualquer menino, todo vestido de couro como um vaqueirinho: perneira, gibão, peitoral, chapéu. Até a vara de ferrão trazia ele empunhada, como os vaqueiros. (CORRÊA, 1985, p. 112-3)

Considerado pela historiografia nordestina sinônimo de coragem e heroísmo, o vaqueiro tem qualidades hauridas do enfrentamento das adversidades do sertão e da resistência a longas jornadas na condução do gado e a captura deste, vista como expressão da sua bravura (AIRES, 2008, p. 72).

Quando o homem se aproxima, o boi foge para o mato vizinho, e é perseguido seguido o mais próximo possível a fim de aproveitar a vantagem dos ramos entreabrirem na passagem do animal [...] E como a vara na mão direita, quase arrastando pelo solo, galopa sem diminuir o passo, voltando a sua posição logo que o obstáculo foi transposto, quando atinge o boi, fere-o com a vara e, se o golpe foi certo, atira-o ao chão. [...] muitas pancadas são recebidas pelo vaqueiro, mas é raro ocasionar-lhe a morte. (KOSTER, 1978, p. 163-164, *apud* AIRES, 2008, p. 73)

Com efeito, o vaqueiro de fazenda era visto como um ser imbatível, porque o seu corpo na vaquejada ainda se apresentava envolvido pela representação de que suas vestes configuravam proteção contra as adversidades do sertão. Os atributos de couro, como o gibão sobre o tronco corporal, o chapéu sobre a cabeça, as luvas sobre as mãos, as perneiras sobre as pernas e as botas sobre os pés constituíam a dimensão do vaqueiro visto como rústico, bruto e heroico (AIRES, 2008, p. 125).

As condutas infantis no vapor e na vaquejada encontram explicação no fato de a criança reagir corporalmente aos estímulos exteriores com expressões faciais e tomando atitudes de acordo com as sensações experimentadas em cada situação. Imprime-se ao corpo, nesse momento, impregnação perceptiva, fazendo a criança tomar consciência das realidades externas. Assim, poderá reproduzir cenas após tê-las presenciado, imitando-as. Para Vygostsky (2001, p. 241), a imitação é um modo de a criança agir na cultura, se apropriando de atos que regem o seu meio cultural. Inclusive, para ele, segundo a abordagem histórico-cultural, a imitação nunca é idêntica por parte da criança. Há sempre um componente de invenção, do uso da imaginação

criadora. Na vila de Coroatá os personagens infantis são ativos nas situações pelas quais passam, principalmente no recreio, cuja área

devia ter mais de cem metros de comprimento, quase toda plantada de sapotizeiros com grandes copas e grandes sombras. Espalhávamo-nos sob os galhos, em liberdade, a comer e a brincar. Eu tinha o meu sapotizeiro predileto. Merendavam debaixo dele uns quinze ou vinte alunos, entre meninos e meninas. (CORRÊA, 1985, p. 100)

E não só no ambiente escolar, mas também no pedestal do cruzeiro do largo da igreja, onde Antonico contava histórias ao anoitecer enquanto vendia bolos feitos pela mãe, para o encantamento de Cazuzza e seus amigos Zezinho, Curió, Biluca, Bentoca, Laleco e Biné (CORRÊA, 1985, p. 82).

Galvão (1995) lembra que

ao participar de grupos variados a criança assume papéis diferenciados e obtém uma noção mais objetiva de si própria. Quanto maior a diversidade de grupos de que participar, mais numerosos serão seus parâmetros de relações sociais, o que tende a enriquecer sua personalidade (GALVÃO, 1985, p. 71).

As emoções chegam a ter propriedade epidêmica, instalando-se nos grupos manifestações emocionais coletivas, potencializadas quando se trata de coletividade de crianças (GALVÃO, 1995, p. 73), como nos momentos no vapor, na vaquejada e na praça.

Neste ponto, é importante destacar que as instabilidades da vida escolar vão possibilitar as mudanças na personalidade da criança. Afastada do convívio familiar, as diferentes situações envolvendo jogos que se desenvolvem em alternâncias de papel passam a ser atrativos. Se na Parte I de *Cazuzza* predominavam brincadeiras que demandavam mais movimentos físicos do que elaboração intelectual, na Parte II surge a brincadeira de soldado, com papéis bem definidos quanto à criança do grupo encarregada de criar o adereço necessário para a atividade — os chapéus de dois bicos, confeccionados pelo Dedé — e quanto a quem era concedida a prerrogativa de caminhar à frente dos demais:

O mais taludo era o Curió, filho do sacristão. O pai queria-o para padre e fazia-o ajudar nos serviços da igreja, para lhe inculcar o gosto pelas coisas religiosas. O pequeno ajudava à missa, mas com o desamor e a indiferença de quem não nascera para aquilo. Mas, quando brincávamos de soldado, punha-se à nossa frente, com tanto garbo e tanto brilho, que sempre lhe dávamos o comando da tropa. (CORRÊA, 1985, p. 81)

Cabe, neste ponto, referência à presença do militarismo na Parte II de *Cazuza*, não restrito ao divertimento do recreio. Tal ocorre também quando o velho Honorato, amigo do avô do protagonista que fora combatente na Guerra do Paraguai, surge na narrativa contando o episódio em que deveria vigiar um soldado paraguaio de braços atados a uma árvore e, conversando com o prisioneiro, decide deixá-lo fugir para que voltasse a sua família. Em que pese o fato de seus ouvintes serem apenas adultos, em cadeiras na calçada, o padre Zacarias, dona Janoca, dona Nenén e dona Rosinha, abre-se aqui espaço para as ideias que Viriato Corrêa desejava veicular para a criança leitora de sua obra, cabendo exame da abordagem deste conflito armado oitocentista em *Cazuza*.

A Guerra do Paraguai se insere na história imperial brasileira como uma das tentativas políticas de constituição das bases da identidade nacional em torno de imagens do conflito que remontassem a uma brasilidade de bravura e superioridade em detrimento dos traços sociais paraguaios. Envolvendo Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai, foi uma luta que contribuiu, inclusive, para mexer com os alicerces sociais, políticos e econômicos do regime monárquico brasileiro, colaborando para sua ruptura (DORATIOTO, 2009).

Os acontecimentos que Corrêa traz na pequena história em *Cazuza* revela temas importantes na compreensão da Guerra do Paraguai na condição de evento histórico que colaborou para a formação da identidade do Brasil oitocentista e que repercute nesta obra datada de 1937.

O velho Honorato, ex-combatente, é descrito como um homem “magro, forte, muito alto”. Tinha a pele escura, a cabeça branca e manquejava ligeiramente da perna esquerda” (CORRÊA, 1985, p. 115), no que aponta para a participação de negros na Guerra do Paraguai.

Estudos sobre a participação de escravos e libertos no conflito platino apontam que enquanto os cidadãos do Império dispunham de diversas formas de se esquivarem da convocação de voluntários para a guerra, iniciada já em 1865, aos despossuídos não restava outro recurso para escapar ao alistamento que a fuga para o mato. Os delegados de polícia e seus prepostos “iam caçar o caboclo no Amazonas e no Pará, o tabaréu nordestino na caatinga, o matuto na sua tapera, o caiçara no litoral, enfim brancos, mulatos e negros que, depois de reunidos e contados, eram despachados em magotes” (QUEIROZ DUARTE *apud* SALLES, 1990, p. 102).

Como medida para aumentar o contingente do Exército, o imperador libertou escravos das fazendas nacionais (SCHULZ, 1994, p. 60) para lutarem na guerra, apontando as estimativas para

8.489 ex-escravos, *libertos*, em meio ao mobilizado para a guerra, perfazendo um total de 123.150 soldados ou 6,9% de escravos do total de soldados do exército (SALLES, 1990, p. 103).

Residindo a longa distância da vila de Coroatá, o velho Honorato deslocava-se à localidade “uma vez por ano, para receber um pequeno soldo que a nação lhe pagava por ter lutado em defesa da pátria nos campos paraguaios” (CORRÊA, 1985, p. 116).

Passando-se aos fatos contados, o ex-combatente narra o episódio em que deveria vigiar um soldado paraguaio de braços atados a uma árvore e, conversando com o prisioneiro, decide deixá-lo fugir para que voltasse a sua família. O velho Honorato questiona se o não cumprimento do dever, como soldado, teria sido bom e digno ou errado. Neste sentido, tal pensamento se alinha ao que Doratioto (2009) entende da historiografia clássica, momento em que o conflito foi representado pela narrativa histórica dos ex-combatentes presentes no front — Taunay, Dionísio Cerqueira, André Rebouças e Sena Madureira — e buscaram a criação de uma justificativa plausível para o conflito, contendo historiografia valiosa para a compreensão dos aspectos sócio-históricos da contenda.

A literatura memorialista nacional é farta de diários e recordações de guerra, produzindo-se relatos de que os historiadores têm se aproveitado para o estudo do conflito. Digno de nota é que, apesar de a defesa da pátria ser o mote narrativo, os sofrimentos vivenciados no cotidiano dos enfrentamentos fazem os memorialistas sopesarem a necessidade da guerra com questões como a justiça. Assim se sucedeu com a narrativa do velho Honorato, indagando ao padre Zacarias se tinha o direito de soltar o paraguaio, ato que tantos anos depois “ainda lhe corroía a consciência” (CORRÊA, 1985, p. 122 ). O vigário responde:

E com a voz cheia de calor:

— Você fez muito bem, Honorato. O seu procedimento seria belo em qualquer ocasião e mais belo foi por ter sido na guerra. Na guerra, o fim é destruir. Não há clemência, não há humanidade. E você, na guerra, teve um gesto de misericórdia.

E erguendo-se:

— Pode ser que, para os homens, você seja um criminoso, mas para Deus, que não nos fez inimigos e, sim, irmãos, você praticou uma nobre ação. (CORRÊA, 1985, p. 122)

Quanto ao tratamento aos prisioneiros paraguaios, sem torturas ou outras formas degradantes, o *Diário da Guerra do Paraguai* produzido pelo engenheiro André Rebouças traz narrativa direta dos cotidianos dos combates e noções de patriotismo, representando o inimigo ora com desprezo ora como objeto de compaixão e pena: “Ainda durava o combate e já os nossos

soldados lastimavam a nudez e a magreza dos prisioneiros e feridos que caíam em nosso poder!” (REBOUÇAS, 1973, p. 85).

Taunay (2002) traz descrição de confronto direto com as tropas inimigas e aprisionamento de combatentes, à semelhança do que pode ter vivido o velho Honorato:

Não só neste ponto, mas ainda na margem do Paraguai, têm-se dado desses atentados. Um bote tripulado por quatro homens, tendo se encostado à barranca do Lambaré, foi também repentinamente assaltado, escapando-se um só homem que declarou terem sido os seus companheiros ou mortos ou aprisionados.

A localidade prestava-se perfeitamente à defensiva, pois por uma garganta apertada é que se penetrava num recôncavo de montanhas; sem desanimar contudo a gente oriental pôs pé em terra e galhardamente sustentou por mais de uma hora fogo de fuzilaria, levando em seguida de vencida o inimigo que esmoreceu ao ver o Comandante Insfran cair nas mãos dos atacantes. Cinquenta e três soldados, o Capitão Insfran, o 2º Tenente Moreno e Alferes Caceres ficaram prisioneiros; 23 paraguaios foram mortos, fugindo o resto para os matos. (TAUNAY, 2002, p. 116)

Com este fecho para a inserção da Guerra do Paraguai em *Cazuza*, Viriato Corrêa busca sinalizar para a infância leitora virtudes como a prática do bem, da justiça e do perdão.

Se Vygotsky compreende que o desenvolvimento humano ocorre graças ao ambiente cultural, em *Cazuza* fica latente que ora predomina a afetividade, nas partes I e II, e ora predomina a aprendizagem, como será visto na parte III da publicação viriatiana. Com efeito, as ações narradas derivam dos recursos de que a criança dispõe no momento na interação com o meio em que vive.

### 3.3 Experiências e virtudes na capital São Luís

Questão relevante que se impõe, durante toda a discussão acerca da infância em *Cazuza* é: em que medida, através da narrativa da trajetória de Cazuza, Corrêa compreende a infância como uma fase vital passageira e em que medida o autor considera que a infância permanece no ser humano? O trecho que segue, reflexão do personagem quando chega a São Luís, demonstra a pertinência do questionamento:

Eu, que vinha da roça, e que quase nada tinha visto, estava com a alma preparada para todas as emoções.

São Luís, aos meus olhos, era o esplendor das cidades.

Não me cansava de andar por aquelas ruas, boquiaberto, parando diante dos



velhos sobradões de azulejos, das lojas, das farmácias, das igrejas, dos jardins e das carruagens.

O repique dos sinos nas torres, o apito das fábricas, o desfile dos batalhões, os dobrados das bandas de música, deixavam-me maravilhado no meio da rua.

Tudo me encantava. A baía de São Marcos, infinitamente mais larga do que o rio em que eu nascera e toda soprada de vento, com barcos e navios maiores que o vaporzinho que me trouxera, tinha, para mim, uma grandeza estonteante. (CORRÊA, 1985, p. 133)

Com efeito, estudos mais recentes em Sociologia da Infância — Corsaro (2011), Sarmiento e Gouvêa (2009) e Kohan (2003) —, entendem que esta consiste em uma etapa permanente do desenvolvimento, considerando que as crianças são construtoras de realidades sociais e denunciam uma hierarquia nas condutas humanas.

O *Álbum do Maranhão* (1923) assim caracteriza a urbe ludovicense:

S. Luiz é a capital do estado, fundada em 1612, pelos franceses, sob o comando de Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, que assim a denominou, em honra a Luiz XIII, o qual reinava, então na França. Fica na borda noroeste da ilha de mesmo nome, em uma península, banhada pelos rios Anil e Bacanga, que formam confluência onde está o ancoradouro e, reunidos, constituindo uma pequena baía, vão misturar as suas águas com as da baía de S. Marcos, entre as pontas da Areia e da Guia.

A sua posição astronômica é 2°31'36" de latitude sul e 1°6'36" de latitude ocidental, pelo meridiano do Rio de Janeiro.

O encanto do menino Cazuzza, vindo dos sertões maranhenses, com o progresso da capital do Estado não foi à toa, já que “a cidade assenta sobre um terreno acidentado” e conta com “ruas largas e calçadas e edificação sólida, notando-se muitos palacetes”. Entre os prédios públicos que o *Álbum* destaca, estão “a Catedral, a Igreja do Carmo, a Igreja de Santo Antônio, onde pregou o padre Antonio Vieira, os palácios do governo e do bispado e o Theatro Arthur Azevedo”.

Entre outros elementos urbanos, estão a Avenida Maranhense, uma das quais em que o personagem poderia ter caminhado a admirar as construções: estabelecimentos comerciais, como bancos, companhias de seguros, de navegação, e industriais, como fábricas de algodão, sabão, óleo, gêneros alimentícios, de construção civil.

Juntando-se aos tios e ao primo, Cazuzza tornou-se um dos 80.000 habitantes da capital do Maranhão (*Álbum do Maranhão*, 1923, p. 125) naquele primeiro quarto de século XX.



Figura 45 - Avenida Maranhense  
 Fonte: *Maranhão Ilustrado* (1899)

### S. Luiz

Capital do estado, fundada em 1612, pelos franceses, sob comando de Daniel de La Touche, senhor de La Ravadière, que assim a denominou, em honra a Luiz XIII, o qual reinava, então, na França. Fica na borda noroeste da ilha do mesmo nome, em uma península, banhada pelos rios Anil e Bacanga, que formam confluência onde está o ancoradouro e, reunidos, constituindo uma pequena baía, vão misturar as suas águas com as da Baía de S. Marcos, entre as pontas da Areia e da Guia.

A sua posição astronômica é 2°31'36'' de latitude sul e 1°6'36'' de longitude ocidental, pelo meridiano do Rio de Janeiro.

À entrada do porto, estão os fortes de S. Marcos e ponta da Areia, nas antigas fortalezas dos mesmos nomes, hoje pontos de sinais marítimos.

A cidade assenta sobre um terreno acidentado. As ruas são largas e calçadas. A edificação é sólida, notando-se muitos palacetes. Entre os edifícios públicos, tornam-se dignos de menção: — a Catedral; a igreja do Carmo; a igreja de Sto. Antônio, onde pregou o padre Antônio Vieira; os palácios do governo e do bispado; o teatro Arthur Azevedo; a Escola Modelo Benedito Leite; a Delegacia Fiscal; os quartéis federal e estadual; os Hospitais da Santa Casa de Misericórdia, Portuguez, de Tuberculosos, da Profilaxia Rural, o Isolamento e o Leprosário, este em construção.

Tem a cidade lindas artérias, arborizadas com muito gosto, sendo as principais as avenidas Maranhense, Gomes de Castro e Silva Maia; as praças João Lisboa, Benedito Leite, Deodoro, Odorico Mendes e Gonçalves Dias, onde se admira a estátua do grande poeta lírico que lhe deu o nome. Conta cinco bancos, incluindo as agências do Banco do Brasil e London Bank, companhias de seguros, dez de navegação, e muitas outras de várias empresas. Tem um instituto de Assistência à Infância, o Orfanato Sta. Luzia, Asilo de Menoridade, e uma filial do Instituto Oswaldo Cruz.

É abastecida de água potável, canalizada, e possui luz elétrica; é percorrida por diversas linhas de bondes; servem-na extensas redes telefônicas, estações telegráficas, — nacional, do cabo submarino e radiográfica.

Atestam o seu movimento industrial seis fábricas de fiação e tecidos de algodão; duas oficinas de fundição de ferro e bronze, seis fábricas de arroz, seis de sabão, três de óleos, duas de chocolate, uma de gelo, uma de massas alimentícias, uma para o preparo de algodão hidrófilo, oito de cal, quatro de produtos cerâmicos, e outras de menor importância.

Tem dez tipografias, cinco oficinas de encadernação, quatro jornais diários.

A sua população é de 80.000 habitantes.

É sede do município e da comarca da capital. Foi berço de muitos homens ilustres, entre os quais Odorico Mendes, Sotero dos Reis, Artur Azevedo, Joaquim Serra. Possui a Academia Maranhense, um estabelecimento de instrução secundária — o Liceu Maranhense, com os cursos ginasial e profissional, o seminário de Sto. Antônio, uma Escola Modelo e outras escolas primárias, estaduais e municipais, uma Faculdade de Direito, oficializada pelo governo estadual, Escola de Farmácia Instituto Rosa Nina, Escola Normal Primária, o Instituto Gomes de Souza, o Educandário Maria Auxiliadora, Escola de Belas Artes, o Centro Caixeiral etc. (*Álbum do Maranhão*, 1923, p. 108)

Encantado com o “esplendor” de São Luís, Cazuza apreciava a decoração da farmácia no Largo do Carmo. Este logradouro é descrito no álbum *Maranhão Ilustrado* (1899) como “uma das belas praças do Maranhão” (p. 72), onde existia o Convento de N. S. do Monte Carmello e sua igreja. Oferecia vista agradável pelo seu vistoso arborizamento dentro de uma pequena extensão no lugar mais movimentado da cidade. No seu centro, um chafariz cercado de gradeado de ferro e a sua volta prédios e estabelecimentos comerciais — a exemplo da farmácia a que o protagonista gostava de se dirigir —, bem como uma linha de bondes da Companhia Ferro Carril.

A publicação destaca que o Largo do Carmo encerra em si a lembrança histórica do combate entre holandeses e portugueses, datado de 1643, vencido pelos últimos. Entre 1815 e 1890, o Largo do Carmo abrigou um pelourinho, alvo de críticas ao argumento que limitava o trânsito público, sendo removido apenas quando já tinha se encerrado o regime escravocrata no país.



Figura 46 - Largo do Carmo  
Fonte: *Maranhão Ilustrado* (1899).

Se no início da narrativa as crianças obedeciam às regras por força das relações sociais, como nas brincadeiras no povoado de Pirapemas, avançando no enredo os personagens infantis se dão conta de que há ações que não podem praticar, adquirindo postura de maior compreensão em relação aos eventos que se sucedem, como nos conflitos entre si mediados pela autoridade adulta. Na parte final, por outro lado, nota-se que Cazuzza e seus amigos passaram a interiorizar e refletir sobre as regras morais recebidas dos adultos. Com efeito, a partir do seu desembarque na Baía de São Marcos, Cazuzza passa a ponderar os valores que recebeu dos adultos, compreendendo as consequências de seus atos.

Tratando de infância, a primeira criança com quem Cazuzza interage a partir de então é Bicho Brabo, menino de aspecto amedrontador — “nele tudo arrepiava: as unhas compridas, o despenteado dos cabelos, a voz fanhosa, as maneiras brutas, parecia ter sido criado no mato como se criam os bichos.” (CORRÊA, 1985, p. 139) —, com quem dividia o dormitório na escola. À noite, dando-se conta de que não tem mais a companhia e os cuidados maternos, o protagonista chora de saudades da mãe. Para a sua surpresa Bicho Brabo o acolhe, informando que não conheceu a sua, num momento tocante da história:

Ficamos silenciosos. Eu queria falar, mas a emoção não me deixava sair nenhuma palavra da boca. O Bicho Brabo, ao que parece, também fazia os mesmos esforços, mas da boca nenhuma palavra lhe podia sair.

Dois, três minutos assim.

Quem conseguiu falar primeiro foi ele. Todo aquele ar de bicho desapareceu. Pôs a mão no meu ombro, como se fôssemos velhos amigos e disse-me:

— Conte! Fale!

— De quem?  
 — Dela. De sua mãe.  
 E com um desolado acento de voz que me doeu no fundo da alma:  
 — Eu não posso falar da minha! (CORRÊA, 1985, p. 140)

O papel relevante da figura materna para a infância é tratado na conferência *As crianças*, realizada na Biblioteca Pública de São Luís em 1909 por Laura Rosa<sup>77</sup>, especialmente no trecho que segue:

Habituai-as a dormir, assim, ninadas por uma canção em surdina, meiga, suave; dessas que só as mães sabem entoar em dulçuroso canto, cuja ternura evolada, só os pequenitos sabem ouvir e compreender, com os olhos semicerrados e os lábios cor de rosa entreabertos com sorriso inocente e angélico.  
 Quantas mães não tenho ouvido nessa doce cantarola cheia de harmonia, cheia de carinhos, cheia de amor, mas, amor grande e incomparável! (ROSA, 1909, p. 26)

Se, por um lado, Cazuza fruiu o acolhimento de sua mãe, conforme o descrito acima, com o Bicho Brabo tal não se deu, revelando a face da infância desamparada. O seu comportamento pouco sociável e o seu aspecto físico deixam transparecer o estado de abandono em que se encontrava.

As ações voltadas para a assistência da infância abandonada, iniciadas ainda no século XIX, pelos higienistas da época — profissionais de áreas diversas, como juristas e médicos — tinham como objetivo, segundo aquele ideário, inserir o Brasil no grupo de nações civilizadas e buscavam combater a mortalidade infantil, cujos altos números eram creditados à recorrência de nascimentos ilegítimos, oriundos de relacionamentos entre escravos ou destes com os senhores; à falta de educação, física e moral das mães, acusadas de negligência (KRAMER, 2011). No trecho que segue, Rosa (1909) declara que

há certas mães que, sem força moral nenhuma, dizem dos seus pequenos quando alguém lhe faz queixa das suas insolências: ora... são crianças...  
 Ou então, de quando em vez, dizem molemente: tem modo, menino!  
 Se porém o vizinho vem lhes fazer queixa de que os meninos lhe quebraram a cabeça do filho, dizem num português assassinado:  
 Deixa-te estar que eu conto p'ra seu Zé quando ele chegar!  
 Seu Zé é o marido.  
 Chega o seu Zé, conversa, janta e vai ler os jornais do dia.

<sup>77</sup> Laura Rosa (1884-1976) foi uma contista, poetisa, professora e conferencista ludovicense que exerceu cargos na área educacional e, sob o pseudônimo de Violeta do Campo, publicou contos e poesias nos anos 1920. Em 1943 tornou-se a primeira mulher a ingressar na Academia Maranhense de Letras, ocupando a cadeira de n.º 26.. (<https://imirante.com/namira/maranhao/noticias/2014/03/08/exposicao-mulher-em-destaque-homenageia-13-maranhenses.shtml>)

O pequeno mais velho ainda tenta contar a história, porque não entrou na pândega: a mãe promete-lhe, porém, um fato novo: — assim papai vai se aborrecer depois do jantar — e fica por isso... os meninos continuam. (CORRÊA, 1985, p. 31)

Já no período republicano, os esforços foram sobre os focos de doenças e desordem, entendendo que a degradação das camadas mais pobres da população consistiria num problema de ordem moral e social (RIZZINI, 2011, p. 25), o que parece justificar as temáticas empregadas por Viriato Corrêa quando traz para a narrativa personagens com os traços de Bicho Brabo, Vilares, Bonifácio e Gonçalves. A má higiene, a agressividade e a retração são, nesta perspectiva, males da infância a serem combatidos.

De maneira geral, quase toda a população pobre era adjetivada de modo pejorativo, sendo caracterizada como a parcela da sociedade que se encontrava marginalizada do projeto progressista de país moderno. Se entre os termos ofensivos, listavam-se “degenerados, incivilizados, feios, medíocres, sujos, preguiçosos” (PATTO, 1999, p. 184), em *Cazuza* Viriato Corrêa rejeita tais rótulos, já que ora usa poucos adjetivos na descrição dos personagens, atentando-se mais às ações, ora prefere destacar traços dignos de apreciação nos personagens pobres.

O Floriano nem sempre dava uma impressão agradável a quem o via pela primeira vez. Os olhos castanhos, num rosto quase negro, surpreendiam, espantavam. Mas, pouco a pouco, se ia notando que aqueles mesmos olhos brilhavam risonhamente, que a pele do rosto era fresca, o cabelo macio e ondulado, a fisionomia doce e luminosa. (p. 150)

Nunca vi pessoa mais porca. Não sei que astúcia fazia ele pela manhã, à hora do banho obrigatório, que (Bonifácio) nunca se lavava. Não limpava os dentes, não mudava a roupa e trazia sempre as unhas tarjadas de preto. (p. 146)

Para solucionar a questão do elevado número de crianças que perambulavam pelas ruas e eram vistas como ameaça à ordem pública, a elite intelectual daquele período se ocupou de analisar o descaso perante a infância abandonada à mercê dos maus cuidados de famílias viciosas ou entregue às instituições de caridade (RIZZINI, 2011).

As observações iniciais de Cazuza vindas da cidade e de Bicho Brabo, com importantes reflexões, dão o tom de suas experiências nesta nova fase de sua infância. Para Coles (1998), as experiências vividas na infância definem o que cada um compreende como conduta moral, portanto a “inteligência moral não é adquirida apenas com a memorização de regras e

regulamentos” (COLES, 1998, p. 5). Se o caráter serve de baliza para as nossas ações, é preciso analisar e compreender as variadas situações à luz de uma ética que está sendo incorporada.

Se “a inteligência moral não é adquirida apenas com a memorização de regras e regulamentos, por meio de discussões abstratas nas aulas ou na obediência às normas da casa” (COLES, 1998, p.5), é verdade que a ação adequada diante das situações cotidianas encaminha a formação do caráter moral visando ao agir abalizado na ética, compreendida como “campo da filosofia e se caracteriza por se constituir em uma reflexão a partir da qual a moral, que é um conjunto de regras práticas, vai se organizar” (SUCUPIRA LINS, 2009, p. 116). Na leitura de *Cazuza*, resta clara a necessidade do exercício das virtudes na infância como forma de se bem viver, antes de considerar que a infância seria apenas uma etapa preparatória para a vida adulta.

No caso de Bicho Brabo, as relações interpessoais que estabelece com as demais crianças refletem a consciência que tem de si mesmo, influenciando, portanto, seu desenvolvimento. A depender da natureza do ambiente sócio moral geral da vida de uma criança, ela vai compreender como o mundo é seguro ou perigoso, carinhoso ou hostil (DEVRIES; ZAN, 1998, p. 51).

Após este encontro, Cazuza passa à descrição de três meninos que incomodavam os demais: Vilares, Gonçalves e Bonifácio.

Vilares, menino forte e de ar autoritário, esforçava-se para impor a sua vontade a todo custo e “vivia censurando os companheiros, metendo-se onde não era chamado, implicando com um e com outro, mandando sempre” (CORRÊA, 1985, p. 151). Gonçalves, por outro lado, apresentava péssimo humor, “sempre com uma ruga de zanga na testa, sempre com uma expressão de brutalidade na fisionomia” (CORRÊA, 1985, p. 151) chegando a agredir Cazuza quando este o convidou para se juntar à brincadeira. Sendo a virtude o meio-termo entre a falta e o excesso<sup>78</sup>, Vilares e Bonifácio tinham em si a hostilidade, falta que corresponde ao excesso da adulação e ao meio-termo da amabilidade (ARISTÓTELES, 1999, p. 39).

O caso de Bonifácio se distingue dos demais na medida em que se refere a um tema caro aos anos 1930: os cuidados de higiene, conforme lembra Rosa (1909, p. 29):

Todo cuidado na roupinha dos pequeninos é pouco; sempre lavada e escaldada, sempre passada a ferro para que sejam mortos os micróbios que lhe possam vir, sempre perfumada, sutilmente, para que se reúna o útil ao agradável

---

<sup>78</sup> Falando sobre virtudes, em Aristóteles são de duas espécies: dianoéticas e éticas. As primeiras se originam dos ensinamentos e as segundas dos atos e comportamentos reiterados que mostram as virtudes incorporadas à sua natureza.



Cazuza afirma que Bonifácio todas as manhãs se esquivava de tomar banho por meios astuciosos, “não limpava os dentes, não mudava a roupa e trazia sempre as unhas tarjadas de preto” além de exalar mau odor e vestir roupas engorduradas, os sapatos por engraxar. Diziam até que tinha piolho na cabeça” (CORRÊA, 1985, p. 144).

Diante dos perfis de Vilares, Gonçalves e Bonifácio, é possível notar que as experiências pelas quais as crianças passam abarcam toda a rede de interações da criança nas instâncias sociais por onde circula. Para Devries (1998), as crianças constituem a própria moral não ao seguir as regras de obediência à autoridade ou hábitos de uma educação a que foi submetida, mas, sim, através das questões interpessoais que enfrentam ao longo da vida.

Adiante, temos dois personagens mais próximos ao protagonista, alinhados aos seus valores: Fagundes e Henriquinho, também conhecido pelo apelido Espalha-brasas. Do primeiro, Cazuza apreciava a coleção de cromos, elemento presente em muitas infâncias sob o nome de figurinhas.

Os primeiros registros de figurinhas são da Europa, por volta de 1870, distribuídas em maços de cigarro, como estratégia de marketing desta indústria, que se utilizou do mesmo artifício no Brasil, vinte anos mais tarde. Seus temas eram personalidades de política, literatura, ciências, cinema, circo e cabaré e criavam uma expectativa em relação ao produto<sup>79</sup>.

A sua popularização no país, no entanto, se deu com o lançamento do álbum de estampas dos sabonetes da então recém-inaugurada Eucalol, em 1925, como estratégia de marketing da empresa. Nos anos seguintes, vieram os álbuns de balas (Balas Futebol, Balas Cinédia, Balas Fruna, Balas Ruth), que fizeram sucesso com o público infantil e, como com a Eucalol, impulsionaram a indústria de doces<sup>80</sup>.

No que diz respeito à personalidade de Fagundes, Cazuza afirma que “talvez tivesse sido o menino mais caipora que encontrei na meninice. Vivia apontado como incorrigível, quando, na verdade, era um pequeno aplicado, dócil e brioso” (CORRÊA, 1985, p. 154). Assim, o personagem reunia, além dessas virtudes, a prudência, virtude moral imprescindível para que o indivíduo seja virtuoso.

---

<sup>79</sup> <https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/noticia/2011/07/pesquisador-paulista-resgata-historia-das-figurinhas>

<sup>80</sup> <https://coleccionar.wixsite.com/figurinhaec/historia-das-figurinhas-no-brasil>

Correspondendo às práticas habituais, Aristóteles (1991, séc. IV, a.C.) distingue as virtudes morais das intelectuais na medida em que as segundas virtudes advêm do ensino e do exercício da racionalidade. Além disso, por meio da prática das virtudes é que a pessoa se torna virtuosa, uma vez que se caracterizam como disposições intencionais realizadas. Sendo as atitudes humanas motivadas pelo prazer ou pela dor, as virtudes serão o meio termo entre a busca pelo primeiro e a fuga do segundo (ARISTÓTELES, 2013 séc. IV, a.C.). Assim, Fagundes agia com retidão apesar do infortúnio, resistia à dor apesar do desprazer do não reconhecimento.

No capítulo “O leilão”, passa-se à narrativa dos acontecimentos do fim do ano, quando Cazuzo adoece e, por causa de seu tratamento de saúde, permanece durante as férias na casa de tia Calu, em lugar de voltar para a vila. Durante esse tempo, visita os amigos Fagundes e Espalha-brasas, que recebe o castigo de não poder sair de casa por demonstrar desconhecimento de conteúdo de Aritmética. Tem a oportunidade de ir à rua quando sua mãe pede que troque nota de vinte mil réis. Procurando estabelecimento comercial em que pudesse fazer a troca, acompanhado de Cazuzo, Henriquinho vai ter às Mercês, festividade local no largo da cidade, onde ocorrem leilões. Para impressionar Pituca, sua namorada, Henriquinho concorre no leilão de uma toalha de renda e o vence, presenteando-a com o artigo. Só depois, com o alerta de Cazuzo, se dá conta de que gastou na contenda o dinheiro que precisava trocar.

Cooperando com as ações de Espalha-brasas, Cazuzo internalizou valores éticos por meio das trocas com o companheiro. Suas ações, que objetivavam auxiliar no que fosse necessário, culminaram na formação e confirmação do seu caráter. Segundo Aristóteles (1991, séc. IV a.C), cada pessoa é livre para deliberar e fazer escolhas, com apoio em autoconhecimento e equilíbrio entre as ações. Por isso, na infância, é necessário que haja fortalecimento da vontade, como a liberdade de Cazuzo para ir ou não à procissão, apoiar ou não o amigo em suas peripécias no leilão.

Em um raciocínio de reflexão acerca de Fagundes e Espalha-brasas/Henriquinho, cabe assinalar que o processo do desenvolvimento infantil forma a personalidade total. Os dois meninos estão inseridos em um mesmo círculo social, passam por reveses, mas buscam a realização de formas diferentes, ao sabor da personalidade de cada um. Fagundes segue cultivando os seus valores nas suas ações, apesar da falta de sorte, e Espalha-brasas/Henriquinho busca se safar das situações ruins com esperteza. Dito de outro modo, o primeiro é fiel às suas virtudes e o segundo experimenta, maximizados, a dor e o prazer, cada um exercendo a sua

liberdade de ação moral, vinculadas por Comte-Sponville (2002) direcionando à pergunta “o que devo fazer?”:

As pessoas se enganam sobre a moral. Em primeiro lugar, ela não existe para punir, para reprimir, para condenar. Para isso há os tribunais, os policiais, as prisões, que ninguém confundiria com uma moral.... É aí que a moral começa, para cada um, e sempre recomeça: onde nenhuma punição é possível, onde nenhuma repressão é eficaz, onde nenhuma condenação, em todo caso nenhuma condenação exterior, é necessária. A moral começa onde somos livres: ela é essa liberdade mesma, quando ela se julga e se comanda. (COMTE-SPONVILLE, 2002, p.17)

Se a liberdade dá o tom das ações dos dois amigos mais próximos a Cazuzza, o mesmo não ocorre com outra dupla de personagens cujos perfis são bem delineados na narrativa: Jaime e Floriano, os dois alunos mais aplicados da classe.

O Jaime — claro, belo, forte e elegante. O Floriano — escuro, quase negro, franzino e mal vestido.

O primeiro tinha pais ricos e morava no mais lindo palacete da cidade. O outro era filho de uma preta lavadeira, a Idalina, e vivia numa casinha de porta e janela, na praia de Santo Antônio. (CORRÊA, 1985, p. 150)

Ambos são descritos como virtuosos: Jaime “fazia-se estimar pela simplicidade, pela delicadeza e pela brandura” e Floriano tinha “olhos (que) brilhavam risonhamente” e “fisionomia doce e luminosa” (CORRÊA, 1985, p. 150). A oposição entre eles consiste, portanto, entre riqueza e pobreza em São Luís no início do século passado.

Jaime, em suas características físicas e comportamentais, pertence a uma elite, definida como “conjunto dos grupos sociais que dominam a sociedade mediante sua influência, seu prestígio, suas riquezas, seu poder econômico, cultural e político” (CHAUSSINAND-NOGARET, 1993, p. 283). O tratamento que recebe dos que o cercam, compreendido no contexto geográfico-histórico do Maranhão do início do século XX, em lugar de ser algo dado, é um fenômeno social e histórico a ser explorado. Trata-se de um capital cultural, mais potente que o capital econômico, porque age como capital simbólico, no bojo do mercado de bens culturais (BOURDIEU, 1998 [1979]). Tal vantagem, no entanto, não impediu que Jaime sofresse reveses na narrativa. O fato de logo em seguida a sua descrição haver um contraponto — a descrição de um Floriano negro mas também prestigiado e um embate entre ambos nas páginas finais de Cazuzza deixa transparecer os fracassos a que os privilegiados estão sujeitos. Para Lahire (2005, p.

17) as disposições múltiplas de cada indivíduo nem sempre encontram terreno para produção de resultados, ainda que favorecidas por conjuntura externa, como família e amigos.

Inserido em um grupo diferente de sua família — que na narrativa se restringe à mãe —, Floriano se depara com a diversidade social de seus amigos, sendo conceituado de acordo com suas características físicas. Viriato Corrêa não afirma que Floriano é o único negro entre as crianças da terceira parte da narrativa, no entanto, é o único dos personagens infantis do círculo de companheiros de Cazuza em São Luís a ser descrito em sua cor da pele. Tal diferença não aponta para inferiorização ou discriminação, na narrativa, embora recorrente na sociedade escravocrata, mas, ao contrário, Floriano é exaltado em sua beleza e simpatia. Não são perceptíveis estereótipos negativos ligados ao negro e nem autoexclusão ou autodesprecação por parte do personagem, diferentemente do contexto social e discriminatório de então.

Recuando no tempo para compreender o que se passava naquela região do Brasil, na segunda metade do século XIX, importa sublinhar que a sociedade maranhense encerrava negros libertos, escravizados e homens livres pobres e tinha a infância como parte integrante da massa trabalhadora:

Anselmo, preto de 11 anos, é indicado como trabalhador da lavoura, mas com pouca aptidão para o trabalho. [...] mas, Carolina, preta com 10 anos já era classificada como trabalhadora da lavoura, embora com pouca aptidão para o desenvolvimento das tarefas. Francisca, parda de 6 anos, também é indicada como trabalhadora da lavoura e com boa aptidão para o trabalho: o mesmo acontece com Amélia, parda de 3 anos, apta para os serviços domésticos. (JACINTO, 2008, p.154)

Desempenhando diversas atividades laborais, as crianças escravizadas eram constantemente anunciados nos periódicos por quem desejasse adquiri-los para submissão a trabalho, situação que mudou, em parte, com a Lei do Ventre Livre — conhecida como projeto Rio Branco, aprovada em 28 de setembro de 1871: “[...] os pretinhos nascidos agora, não têm nenhum valor para seus donos, senão o de comilões inúteis. Por isso não se faz nada por eles, nem lhes ensinam como antigamente qualquer habilidade manual, porque, mais tarde, nada renderão” (BINZER, 1982, p. 34).

Mattoso (1988) aponta que a Lei do Ventre Livre já apresentava mecanismos para a permanência dos filhos de mulheres escravizadas sob o regime de escravidão:

Art. 1.º Os filhos de mulheres escravas que nascerem no Império desde data dessa lei serão considerados de condição livre.

§ 1.º Os ditos filhos menores ficarão em poder ou sob autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a essa idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se de serviços dos menores até os 21 anos completos. No primeiro caso o governo receberá o menor e lhe dará destino, na conformidade da referida lei.

Portela (2011) destaca, portanto, que o instrumento jurídico que deveria proteger e libertar aquelas crianças as manteve subjugadas, sem muito tempo para brincadeiras, antecipando a sua inserção no mundo dos adultos escravizados.

Em estudo sobre a literatura infantil brasileira do início do século XX, observa-se que as representações sociais sobre o negro em obras literárias para o público infantil no Brasil, até os anos 1930, sugerem uma integração racial marcada por uma visão etnocêntrica, em que os personagens são identificados pela vontade de embranquecer (GOUVÊA, 2000). Viriato Corrêa, por seu turno, foi original em *Cazuza* ao retratar Pinguinho, no povoado de Pirapemas, e Floriano, em São Luís, enfatizando seus comportamentos e olhares de amabilidade.

Interessante notar que a narrativa de um protagonista já adulto rememorando fatos e emoções da sua infância não está baseada somente em suas recordações, ou ainda, no que viveu, mas, sim, nas percepções do que conseguiu compreender já adulto e que não conseguia compreender quando criança. Nesta perspectiva, se alinha ao pensamento de Benjamin:

A saudade que em mim desperta o jogo das letras prova como foi parte integrante de minha infância. O que busco nele na verdade, é ela mesma: a infância por inteiro, tal qual sabia manipular a mão que empurrava as letras no filete, onde se ordenavam como uma palavra. A mão pode ainda sonhar com essa manipulação, mas nunca mais poderá despertar para realizá-la de fato. Assim, posso sonhar como no passado aprendi a andar. Mas isso nada adianta. Hoje sei andar; porém, nunca mais poderei tornar a aprendê-lo. (BENJAMIN, 1993, p. 104)

Benjamin, ao refletir sobre sua infância em Berlim nos anos de 1920, lembra do seu passado sob um olhar a partir do que já viveu até a idade adulta, tornando-o presente e redescobrimo sentidos, transformando a sua experiência com a infância em novas experiências. Segundo o autor, “as crianças formam seu próprio mundo de coisas, um pequeno mundo inserido no grande” (BENJAMIN, 1993, p.58).

Nesta perspectiva analítica, é possível pensar em uma criança como sujeito não fragmentado, mas, sim, como ser único e transformador, compreendendo a criança como um ser criador e participante. A criança de Benjamin, potente, criadora e curiosa, coincide com a criança

de Viriato Corrêa, na medida em que Cazuza e demais personagens infantis vivem experiências simbólicas e repletas de sentidos.

As experiências podem ser transformadas através da narração, reinventando-se o passado com a finalidade de que seja refeito nas memórias presentificadas de cada um. Para Benjamin (1986) a arte de narrar recupera a memória e a cultura. São elas que nos reconduzirão à tarefa histórica e cultural de sermos humanos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, a investigação da trajetória intelectual de Viriato Corrêa permitiu constatar que a sua aposta de escrever para o público infantil na coluna “Gazeta das Crianças” no jornal *Gazeta de notícias*, no ano de 1906, rendeu frutos no âmbito comercial e no pedagógico — já que impulsionou as vendas do periódico e ensinava de forma lúdica —, mas também se mostrou um importante fator na carreira literária de Corrêa. A receptividade junto ao numeroso público infantil que conquistou determinou o começo do seu interesse na produção de obras voltadas para as crianças, culminando na escrita de *Cazuza*. E, ao lado do seu prestígio como contista, cronista e principalmente teatrólogo, colaborou para o seu ingresso na Academia Brasileira de Letras, em 1938, restando assentada a sua vocação para mediador cultural.

A discussão acerca de *Cazuza* e sua inserção no projeto de popularização do acesso ao livro empreendido pela Companhia Editora Nacional permitiram verificar a sua importância entre as obras infantis brasileiras, a despeito da pouca menção nos estudos historiográficos em Literatura. Neste sentido, parece claro o caminho ainda a ser percorrido pela Literatura Infantil no Brasil, rompendo preconceitos que a enquadram como gênero menor com utilidade meramente didática e pedagógica.

Adentrando o estudo da cultura escolar, foi possível verificar os diferentes métodos de ensino que se contrapunham no cenário de mudanças no campo educacional brasileiro que marcaram os anos 1930 no Brasil. A compreensão das práticas escolarizadas apresentadas por Viriato Corrêa foi capaz de desvelar a implantação de um novo modelo pedagógico proposto pelo movimento escolanovista e a permanência de determinados aspectos que seus defensores pretendiam suplantam.

O método de ensino baseado na violência física na escola do povoado de Pirapemas foi, de acordo com as pesquisas aqui empreendidas, colhido das instituições de ensino de então que ainda mantinham tal prática, apesar de já proibido por lei. Nesta medida, mostrou-se relevante descrever as características da palmatória e a ideia deste instrumento na cultura escolar. A transmissão de saberes proposta por este método ganhou destaque em *Cazuza* com os exercícios de caligrafia e a sabatina de tabuada, exigindo um olhar atento para tais elementos presentes na cultura escolar desde os tempos do Brasil Colônia (1530-1822). Foi sintomática ao final da Parte I da narrativa a fala do personagem tio Olavo em defesa de uma escola que buscasse transmitir

valores morais, princípios éticos e padrões de comportamento, numa transição para a característica marcante da cultura escolar tratada na parte seguinte.

O tom moralizante empreendido pelas professoras da escola da vila de Coroatá, na Parte II de Cazuza, exigiu, nesta pesquisa, aprofundamento na análise da formação docente no Maranhão daquele tempo, com a criação da Escola Normal, e da estrutura do ensino, com a instituição dos Grupos Escolares, ambos ocorridos na virada no século XIX para o XX. Tais acontecimentos foram capazes de desencadear mudanças que serviram de base para Viriato Corrêa caracterizar a escola de Coroatá de modo tão diverso da escola de Pirapemas: Cazuza deixou de ser submetido à rigidez e à disciplina excessiva para receber acolhimento que lhe permitiu liberdade e espontaneidade na sua relação com o corpo docente. As reformas do ensino, caracterizadas no Maranhão principalmente nas citações de Rabelais Júnior (1903) e Schwennhagen (1924), se materializaram na narrativa substituindo a palmatória e a aprendizagem por meio do terror pela relação de confiança entre estudante e docentes, na vila de Coroatá compreendidas como parceiras afetuosas. Estas parceiras receberam, em certo ponto da narrativa, a companhia de um padre na tarefa de transmitir valores morais, em alusão à associação entre Igreja e escola na missão de formar as mentes dos pequenos brasileiros de então. Foi importante para o encerramento da análise da cultura escolar da Parte II trazer discussão sobre o eventos escolares abertos à sociedade, neste ponto da narrativa retratado pelo aniversário da diretora dona Janoca, demonstrando os sentidos que a escola atribuía a si mesma, o que se esperava dela, o que desempenhavam os seus integrantes e que relações eram travadas entre eles.

A caracterização do Colégio Timbira exigiu, num primeiro momento, que se adentrasse o significado e o valor cultural do termo timbira, designação de grupo indígena autóctone do Maranhão que empresta o nome ao poema épico “Os timbiras”, elemento de *Cazuza* que traz a cultura local em sua potência. Quanto à cultura escolar, a análise da postura do professor João Câncio e do diretor Lobato como manifestações de uma cultura escolar que buscava incutir valores cívicos e patrióticos para a formação do cidadão brasileiro levou à leitura de autores maranhenses que tratavam do papel moralizador da escola, já compreendida como instituição incumbida de engrandecer o país ensinando a retidão de caráter. Tocando questões diversas como amabilidade, respeito aos mais velhos e mais frágeis e cuidados higiênicos, Viriato Corrêa apresentou fim prático à educação, em lugar de métodos de instrução simplesmente teóricos e alheios ao mundo concreto e à vida cotidiana. No campo político, a valorização de temas



patrióticos no contexto educacional se deu por meio de falas de João Cândio relativas à natureza, à bandeira nacional e à força trabalhadora. O professor consegue tocar a emoção dos alunos visando modelar um patriotismo baseado na retidão moral e no respeito às autoridades, à moral e ao valor do trabalho. Também Viriato Corrêa o faz com seus leitores, sem esquecer de tornar visíveis descendentes de africanos, os que apenas subsistiam e os que exerciam ocupações menos qualificadas. Externando na narrativa de *Cazuza* que a escola é para todos, o autor problematiza a dificuldade de acesso e permanência na escola das crianças de famílias mais pobres por meio do personagem Veloso e do discurso docente sobre o jurista Luís Gama, buscando assim sensibilizar seus leitores para a imprescindibilidade do estudo. Por fim, a cultura escolar retratada na obra com a disputa pela medalha de ouro no Colégio Timbira em um duelo público entre Jaime e Floriano alude à política educacional de valorização do saber, da inteligência e da aplicação nos estudos. Idealizada por diretor e professores, este evento de fim de ano letivo comum nos anos iniciais do século XX, conforme a pesquisa realizada, teve seus objetivos revistos por Cazuza, Jaime, Floriano e as mães dos dois últimos. A injustiça do percurso da competição e do resultado proposto pelos examinadores foi superada pela postura dos participantes, que responderam de forma crítica ao que foi instituído pelo projeto político a racionalizar e controlar as atividades escolares.

Assim foi realizada a crítica ao sistema educacional baseado na autoridade e no caráter punitivo e a defesa de outro que prezasse pelo bem-estar infantil, empreendendo Viriato Corrêa alterações na cultura escolar ao longo de *Cazuza* a partir do que desejava transmitir ao leitor. Neste sentido, a interpretação dos dados empíricos a que o autor teve acesso, como as leis e as condições educacionais no Maranhão de seu tempo, foi fundamental na investigação do cotidiano das instituições descritas na narrativa, com seus espaços e personagens.

Oportunamente, a inserção da narrativa na cultura escolar mereceu ter destacadas as possíveis classificações de *Cazuza*, conferindo relevo às suas características de livro de leitura, livro didático e romance de formação. Se a sua circulação nas escolas e os conhecimentos básicos para formação moral e cívica do cidadão que Corrêa em *Cazuza* introduziu o aproximam de um livro de leitura, a sua materialidade e a sua inserção no acervo da cultura material escolar o credenciam a ser considerado um livro didático. Por outro lado, o desejo do protagonista de tornar-se homem por meio do processo educativo percorrendo diferentes instituições escolares em contato com valores éticos e morais no bojo da ideologia de formação no início da República,

credenciam *Cazuza* a fazer parte das obras caracterizadas como romance de formação.

Tratando da infância presente em *Cazuza*, esta pesquisa se pautou no destaque conferido a diferentes aspectos dos tempos de criança do narrador, ao sabor das mudanças ocorridas na sua vida, pelo deslocamento geográfico e pelo progressivo afastamento da família, analisando-se os personagens infantis cujos traços de personalidade e ações sejam fundamentais para a construção narrativa.

Mostrou-se relevante, na primeira parte, aprofundar os estudos dos jogos e brincadeiras expostos quando *Cazuza* habitava o seu povoado natal, Pirapemas. Neste intuito, os brinquedos foram considerados artefatos que imitavam a vida, relacionados à sociedade, à cultura e integrando as crianças, com divisão de tarefas e organização de atividades colaborando para o desenvolvimento dos personagens. Foi possível perceber que por meio das brincadeiras as crianças de *Cazuza* tiveram a oportunidade de descobrir as relações existentes entre os adultos, apropriando-se das atividades sociais, ainda que simbolicamente. Ao lado disso, o ambiente cultural da narrativa foi discutido levando em conta o cenário natural do sertão maranhense, notadamente o sítio de Tia Mariquinhas, e a estrutura familiar do protagonista, muito semelhante a de Viriato Corrêa, de acordo com Pinto (1966). Também a proteção e o amparo à infância não escaparam ao olhar e à tematização de Viriato Corrêa, por meio dos personagens Pinguinho e Pata-choca. Crianças doentes, o primeiro morre em desamparo e o segundo sobrevive e se cura graças à assistência médica que de tempos em tempos passava pelo sertão maranhense, conforme constatado por Bezerra (2019).

A Parte II de *Cazuza* abriu possibilidade para a análise do aspecto da socialização entre as crianças da narrativa, especialmente para tratar das passagens da presença do circo de cavaleiros em Coroatá e do duelo físico envolvendo Bicho-de-coco e Basílio, demonstrando que estruturas de percepção, memória, emoções, pensamento, linguagem, resolução de problemas e comportamento assumiram diferentes formas, influenciados pelo contexto cultural da vila de Coroatá. Outro aspecto relevante foram os sentimentos vividos pelas crianças, discutidos por meio, entre outros momentos da narrativa, do contentamento de Zezinho ao manejar a corda e o apito do “gaiola” e da demonstração de orgulho de Fala Mole pelo seu pai, vaqueiro, exigindo adentrar a cultura sertaneja maranhense da navegação fluvial e das vaquejadas. A segunda parte da narrativa se encerrou com o relato do ex-combatente da Guerra do Paraguai, apresentado por Viriato Corrêa ao seu público leitor com o objetivo de fazê-lo refletir sobre virtudes como a

prática do bem, da justiça e do perdão, já sinalizando o elemento predominante da parte final de *Cazuza*.

Enquanto no início da narrativa as crianças obedeciam ao que era predeterminado pelas relações sociais, mais adiante percebem que ações não podem praticar, como nos conflitos vivenciados entre si. Na parte final, ambientada em São Luís, Cazuza e seus amigos refletem sobre os valores que receberam dos adultos, compreendendo as consequências de seus atos. Postos lado a lado na mesma classe de Cazuza, Jaime e Floriano, meninos virtuosos mas de origens sociais distintas, exigiram pesquisa acerca do lugar da criança negra na sociedade do Maranhão de fins do século XIX e início do século XX e de suas representações.

As experiências simbólicas e plenas de sentidos vividas pelas crianças na narrativa de *Cazuza* proporcionaram um exercício de recuperação da cultura, uma propriedade dos textos literários que lhes conferem a possibilidade de fonte histórica.

Compreendendo os textos literários como materiais propícios a múltiplas leituras (FERREIRA, 2009, p. 61), *Cazuza* se apresentou nesta pesquisa em sua riqueza de significados e possibilidades de interpretação para a investigação do universo cultural da cultura escolar e da infância. Para tanto, foi importante assumir postura interdisciplinar, aproximando-se de áreas de conhecimento afins. Com o auxílio da Sociologia, foi possível analisar os modos de brincar e se relacionar das crianças da narrativa, sob a perspectiva do adulto que produziu a obra para crianças. A Geografia, por seu turno, permitiu identificar os espaços onde se dá a narrativa por Viriato Corrêa, na investigação das características do sertão maranhense e da capital do Estado necessárias ao estudo de aspectos da obra estudada.

Do mesmo modo, foi frutífero buscar relações de *Cazuza* com as Artes Plásticas, quando foi feito um paralelo entre as brincadeiras de caçar passarinhos com a tela de Candido Portinari *Menino com arapuça* (1959), e com a Literatura, trazendo elementos de *O Ateneu*, de Raul Pompeia, nas páginas desta pesquisa que tratam da cultura escolar do Colégio Timbira.

Através desta pesquisa foi possível perceber a pertinência da Literatura objeto de especial interesse de historiadores, na medida em que as diferentes vozes em interlocução em *Cazuza* representam o real por meio dos recursos imaginativos manejados pelo autor, que se valeu da veracidade do seu exterior — neste estudo, cultura em que estava imerso e a visão de mundo dos indivíduos e dos grupos que o cercavam.

Enraizada na sociedade, Viriato Corrêa buscou elementos do Maranhão do entresséculos para criar Pata-choca, o circo de cavalinhos que passou por Coroatá, o Colégio Timbira, entre as

representações presentes em *Cazuza*, a narrativa é capaz de aguçar a imaginação e a sensibilidade ao mesmo tempo em que, como obra clássica, se impõe no tempo por seu valor intrínseco, importante não apenas para o público leitor em geral, mas também para os historiadores (FERREIRA, 2009, p. 71).

Espero, investigando a infância e a cultura escolar em *Cazuza* nesta dissertação, ter contribuído para o aprofundamento das discussões sobre esta obra que atravessa gerações e segue sendo lida e admirada por leitores e pesquisadores, constituindo para estes últimos via de acesso à compreensão dos contextos culturais em que está inserida.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ABRANCHES, Dunshee de. *A Esfinge do Grajaú*. São Luís: ALUMAR, 1953.
- AIRES, Francisco Janio Filgueiras. “‘O espetáculo do cabra-macho’: um estudo sobre os vaqueiros nas vaquejadas no Rio Grande do Norte”. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008. (Dissertação)
- ANDRADE, Beatriz Martins de. *O discurso educacional do Maranhão na Primeira República*. São Luís, UFMA, Secretaria de Educação, 1984.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2a ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ARISTÓTELES. *A Ética: textos selecionados*. São Paulo: Edipro, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Ética a Nicômacos*. Tradução Mário da Gama Kury. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Ética a Nicômaco; seleção de textos de José Américo Motta Pessanha*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.D. Ross. São Paulo: Nova Cultural, 1991, 4ª edição (Os pensadores; v. 2).
- AZEVEDO, Crislane Barbosa de. *Grupos escolares em Sergipe (1911-1930): cultura escolar, civilização e escolarização da infância*. Natal: UFRN, 2009.
- AZEVEDO, Fernando. de et al. *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2010.
- BARBOSA, Rui. *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, v. X, tomo IV, 1982.
- BASTOS, Maria Helena Camara. “Leituras de formação. Coração, de Edmundo De Amicis”. Anais eletrônicos do I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 8 a 11 de novembro de 2004.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes. 2008. “O manuscrito na escola primária brasileira: o caso dos paleógrafos”. In: CASTILLO GOMES, Antonio; SIERRA BLASS, Veronica (orgs.), *Mis primeros pasos: alfabetización, escuela y usos cotidianos de la escritura (siglos XIX y XX)*. Gijón: Ediciones Trea, p. 71-93.
- BENITO, Agustín Escolano. *A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia*. Tradução de Heloísa Helena Pimenta Rocha e Vera Lucia Gaspar da Silva. Campinas: Alínea, 2017.

BENJAMIN, Walter (1993). “Infância em Berlim por volta de 1900”. In: *Rua de mão única*, Obras Escolhidas, Vol. 2, pp. 71-143. São Paulo: Brasiliense. (Original publicado em 1987)

\_\_\_\_\_. “O narrador”. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Obras Escolhidas, v. 1).

BEZERRA, Mariza Pinheiro. “NOS SERTÕES DO NORTE: saúde pública e saneamento no Maranhão (1889-1930)”. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019. (tese)

BINZER, Ina Von. *Os Meus Romanos: alegrias e tristezas de uma educadora no Brasil; Tradução Alice Rossi e Luisita da Gama Cerqueira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. "Produção didática e programas de ensino das escolas paulistas nas primeiras décadas do século XX". *Revista da Faculdade de Educação da USP* São Paulo, 1989, vol. 2, nº 15.

BORGES, Vavy Pacheco. “Grandezas e Misérias da Biografia”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

BOTO, Carlota. *A escola primária como rito de passagem: ler, escrever, contar e se comportar*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012.

BOURDIEU, Pierre. “Os três estados do capital cultural”. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1998 [1979]. p.71-79.

BROUGÈRE, Gilles. *Brinquedos e companhia*. São Paulo: Cortez, 2004.

BRUNEAU, Thomas. *O Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

CAMARA, Sônia. “As damas da assistência à infância e as ações educativas, assistenciais e filantrópicas” (Rio de Janeiro/RJ, 1906-1930). *História da Educação* [online]. 2017, vol.21, n.53, p.199-218.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. *Dicionário do folclore brasileiro*. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1979.

CAMARGO, Joracy. “Discurso de posse do Sr. Joracy Camargo, em 16 de outubro de 1967”. In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Anais de 1967. Julho a dezembro. Rio de Janeiro. Ano 60, vol. 150.

CAMPOS, Humberto de. *Memórias inacabadas*. Rio de Janeiro: Jackson, 1960.

CAMPOS, Raquel Discini. “Philippe Ariès: a paixão pela História”. In: BOTO, Carlota, ed. *Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados* [online]. Uberlândia: EDUFU,

2019, pp. 219-243. História, Pensamento, Educação collection. Novas Investigações series, vol. 9. ISBN: 978-65-5824-027-3.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. “A configuração da historiografia da educação brasileira”. FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 329-353.

\_\_\_\_\_. “Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas”. In: FREITAS, Marcos C. (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

CASTANHEIRA, Jaqueline de Oliveira. “Um estudo da recepção de *Cazuza*, de Viriato Corrêa”. 15º Congresso de Leitura do Brasil. 2006.

CAVALCANTE, Vanessa Matheus. *O teatro de Viriato Corrêa: uma escrita da História para o povo brasileiro*. 155f. Dissertação de Mestrado Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. Campinas: Papyrus, 1995.

CHARTIER, Anne-Marie; CLESE, Christiane; HEBRARD, Jean. *Ler e escrever: entrando no mundo da escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

\_\_\_\_\_.; HEBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura: 1880-1980*. São Paulo: Ática, 1995. Resenhado por: BOTO, Carlota. *Revista USP*, 1996, n. 29, pp. 201-208.

CHAUSSINAND-NOGARET, Guy. Elites. In: BURGUIÈRE, André (Org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993.

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil – 1882-1982*. Brasília, Quíron/INL, 1984.

COLES, Robert. *Inteligência moral das crianças*. Rio de Janeiro: Campos, 1998.

COMTE-SPONVILLE, André. *Apresentação da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CORDAZZO, Scheila Tatiana Duarte; VIEIRA, Mauro Luís. “A brincadeira e suas implicações nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento”. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 92-104, 2007.

CORRÊA, Viriato. *Cazuza*. 33. ed. São Paulo: Nacional, 1985. 188 p.

\_\_\_\_\_. “Discurso de posse do Sr. Viriato Corrêa, em 29 de outubro de 1938”. In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Anais de 1938. Julho a dezembro. Rio de Janeiro. Ano 31, vol. 56.

COUTO, Henrique José. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Raul da Cunha Machado, Governador do Estado, referente ao ano de 1918 pelo Secretário do Interior \_\_\_\_\_, em 10/01/1919. Maranhão: Imprensa Oficial, 1919.

CRUZ, Mariléia dos Santos. “A educação dos negros na sociedade escravista do Maranhão provincial”. *Outros Tempos*, v. 6, p. 110-126, 2009.

DALBOSCO, Cláudio Almir. *Primeira infância e educação natural em Rousseau: as necessidades da criança*. Educação (Porto Alegre), v. 62, p. 313-336, 2007.

DECROLY, Jean-Ovide. *Problemas de psicologia y de pedagogia*. Madrid: Francisco Beltran, 1929.

DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DE LUCA, Tania Regina. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezy (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

DEVRIES, Rheta; ZAN, Betty. *A ética na educação infantil*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. “História e Ideologia: a produção brasileira sobre a Guerra do Paraguai”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Coloquios, 2009. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org>.

DUARTE, Sérgio Guerra. *Dicionário Brasileiro de Educação*. Rio de Janeiro: Nobel, 1986.

DUBREUCQ, Francine. “Jean-Ovide Decroly (1871-1932)”, *Jean-Ovide Decroly – Coleção Educadores*, MEC. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora: Massagana, 2010.

ERIKSON, Erik Homburger. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Formação do Estado e civilização*. v. II. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. “Cultura e prática escolares: escrita, aluno e corporeidade”. In: *Cadernos de Pesquisa*, n. 103, mar. 1998, p. 136-149.

FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 2a ed. São Paulo: Vozes, 1979.

FERNANDES, Henrique Costa. *Administrações Maranhenses: 1922-1929*. Maranhão: Imprensa Oficial, 1929.

FERNANDES, Rogério; KUHLMANN, Moisés Jr. “Sobre a história da infância”. In: FARIA, Luciano Mendes Filho (org). *A Infância e sua educação: Materiais, práticas e representações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 15-34.



FERREIRA, Antônio Celso. “Literatura – A fonte fecunda”. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013.

FERREIRA, Antonio José de Araújo. “A Evolução da Geografia dos Transportes no Estado do Maranhão, Brasil: de ancoradouro a sistema multimodal”. 2009. Consultado em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/GeografiadeItransporte/35.pdf>.

FERRO, Maria do Amparo Borges. *Cazuza e o sonho da escola ideal*. São Luís: EDUFMA, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. “Uma genealogia dos impressos para o ensino da escrita no Brasil no século XIX”. *Revista Brasil Educação*, 15(44):264-281. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000200005>.

FRAGOSO, Augusto Tasso. “O Colégio do Pires”. IN: MEIRELES, Mário Martins et alli (org.). *Antologia da Academia Maranhense de Letras*. Maranhão, Academia Maranhense de Letras, 1958.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. 40. ed. São Paulo: Record, 2000.

GALVÃO, Izabel. *Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad. Jônatas B. Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GODOIS, Antonio Batista Barbosa de. *O mestre e a escola*. Maranhão, Imprensa Oficial, 1910.

GOMES, Angela Maria de Castro. "A escrita da história nos palcos Teatro histórico e crítica literária na Marquesa de Santos". *Varia Historia* [online]. 2018, v. 34, n. 66, pp. 669-698. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-87752018000300005>>. ISSN 1982-4343. <https://doi.org/10.1590/0104-87752018000300005>.

GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao patíbulo (castigos de escravos no Brasil)*. Rio de Janeiro: Conquista 1971.

GOUMELOT, Jean Marie. “As práticas literárias ou a publicidade do privado”. In: CHARTIER, Roger. (Org.). *História da vida privada, 3. Da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. “Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica”. Texto apresentado no Congresso do Ische (International Society conference of history of education), 23, 2000, Alcalá de Henares, Espanha. Acessível em <http://www.scielo.br>.

\_\_\_\_\_. “A escrita da história da infância: periodização e fontes”. IN: SARMENTO, Manuel e GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. *Estudos da Infância. Educação e práticas sociais*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 2008, p.97-118.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. *Pés-de-anjo e letreiros de neon: ginásianos na Aracaju dos Anos Dourados*. São Cristóvão: Ed. da UFS, 2002.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos. O estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985.

HUIZINGA, Johan. *Homo ludens*. 5a ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

ILKIU, Elisangela Carvalho. “Respeitável público, o Circo chegou: trajetória e malabarismos de um espetáculo”. In: *Temporalidades – Revista Discente do Programa do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, vol. 3 n. 1. Janeiro/Julho de 2011.

JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. *Laços e enlaces: intimidade de sujeitos escravizados em São Luis do Maranhão – Século XIX*. São Paulo: EDUFMA, 2008.

JESUS, Matheus Gato de. “Raça e cidadania no pós-abolição maranhense (1888-1889)”. *AFROASIA*, v. 59, p. 1, 2019.

JULIA, Dominique. “A cultura escolar como objeto histórico”. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 1, p. 9-44, 2001.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *O jogo e a educação infantil*. 4a ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

\_\_\_\_\_. *Jogos infantis: O jogo, a criança e a educação*. Petrópolis, Rj. Vozes, 16 ed, 2010.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo: EDUSP: Com-Arte, 2006, Col. Memória Editorial.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

KRAMER, Sônia. *A política do pré-escolar no Brasil — A arte do disfarce*. São Paulo: Cortez, 2011.

LAHIRE, Bernard. *Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. Sociologia, problemas e práticas*. Lisboa: Instituto Universidade de Lisboa. n. 49, 2005. p. 11-42.

LAJOLO, Marisa (Org.) “Introdução”. In: BILAC, O., BOMFIM, M. *Através do Brasil* São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.11-32.

\_\_\_\_\_. *Usos e abusos da literatura na escola*. Rio de Janeiro: Globo, 1982.

LEAL, Antônio Henriques. “Biografia de A. Gonçalves Dias”. In: DIAS, A. Gonçalves. *Obras póstumas*. Precedidas de uma notícia de sua vida e obras pelo doutor Antônio Henriques Leal. São Luís do Maranhão: [s.n.], 1868. V. 1, p. XI-LXIV.

LEÃO, Múcio. “Discurso de recepção de Viriato Corrêa do Sr. Múcio Leão, em 29 de outubro de 1938”. In: Revista da Academia Brasileira de Letras. Anais de 1938. Julho a dezembro. Rio de Janeiro. Ano 31, vol. 56.

LEITE, José Márcio. *A medicina no Maranhão, da colônia à república*. São Luís: 2018, edição do autor. <http://www.academiademedicinama.com.br/wp-content/uploads/2018/08/livreto.pdf>. Consultado em 15/11/2021.

LIMA, Heloisa Pires. “Personagens Negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil”. In: MUNANGA, Kabengele (Org). *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC-SECAD, 2005.

LOBO, Antônio. *Os Novos Atenienses – subsídios para a história literária do Maranhão*. 3ª edição. São Luís: AML/EDUEMA, 2008 [1909].

LOPES, Eliane Marta. *Lendo e escrevendo Lobato*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. *Tendências da educação brasileira*. Organização de Ruy Lourenço Filho e Carlos Monarcha. 2. Ed. Brasília: MEC/INEP, 2002.

MAAS, Wilma Patricia. *O cânone mínimo: o Bildungsroman na história da literatura*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MAGALHÃES, Josiane. “Estudo sobre a fidelidade à palavra empenhada: a constituição moral de crianças e adolescentes da rede pública e privada de ensino fundamental na cidade de Cáceres MT”. Disponível em: [http://www.urutagua.uem.br/008/08edu\\_magalhaes.htm](http://www.urutagua.uem.br/008/08edu_magalhaes.htm) . Acesso em 15/11/2021.

MANSON, Michel. *História do brinquedo e dos jogos – brincar através dos tempos*. Lisboa: Editorial Teorema, 2002.

MARTINS, José de Ribamar. *São Luís era assim: Relembrando lanchas e o Mearim*. Brasília: Editora Equipe LTDA, 2007.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. 1988. “O Filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre)”. Revista Brasileira de História. São Paulo: n. 16, p. 37-55, mar. 88/ago. 89.

MEIRELLES, Mário. *História do Maranhão*. 2. ed. São Luís: FUNC, 1980. p. 296.

\_\_\_\_\_. *Panorama da Literatura Maranhense*. São Luís: Imprensa Oficial, 1955.

MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de Termos Literários*. São Paulo: Cultrix, 1995.

MONTEVERDE, Emilio Achilles. *Manual Encyclopedico para uso das escolas de instrucção primaria*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1879.

MUNAKATA, Kazumi. “Livro didático como indício da cultura escolar”. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S223634592016000300119&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S223634592016000300119&script=sci_abstract&lng=pt)>. Acesso em: 20 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. “Produzindo livros didáticos e paradidáticos”. 1997. 223 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

NUNES, Clarice. “(Des)encantos da modernidade pedagógica”. In: LOPES, E. M; FARIA FILHO, Luciano Mendes de.; VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

OLIVEIRA, Antonio de Almeida. *O ensino público (obra destinada a mostrar o estado em que se acha, e as reformas que exige a instrução pública no Brasil)*. vol. único, Maranhão, Typ. do Paiz, 1874.

OLIVEIRA, Cátia; SOUZA, Rosa. “As faces do livro de leitura”. *Caderno Cedes*, ano XIX, nº 52, novembro/2000.

ORIÁ, Ricardo. *O Brasil contado às crianças: Viriato Corrêa e a literatura escolar brasileira (1934-1961)*. São Paulo: Annablume, 2011.

PACHECO, Gabrielle Carla Mondêgo. “Páginas Curtas na imprensa: experiências além-mar de Júlia Lopes de Almeida (1929-1932)”. *Letras em Revista*, v. 2021, p. 136-151.

PAXECO, Fran. *Geografia do Maranhão*. São Luiz: Typogravura Teixeira, 1923.

PATTO, Maria Helena de Souza. “Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres”. In: *Estudos avançados* 13 (35), 1999, p. 167-198.

PEIXOTO, Afrânio. *Noções de História da Educação*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1933.

PENTEADO, Ana Elisa de Arruda. “Literatura Infantil, História e Educação: um estudo da obra Cazusa, de Viriato Corrêa”. 2001 – Dissertação de Mestrado pela Unicamp, Campinas (SP).

PIAIA, Victor Rabello. “E brincando se faz a República: Viriato Côrrea, público infantil e imprensa no início do século XX.” *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: saberes e práticas científicas*. Disponível em <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/>

anais/28/1400275\_ARQUIVO\_Piaia,Victor.EbrincandosefazaRepublica-ViriatoCorrea,publicoinfantileimprensanoiniociodoseculoXX.pdf. Consultado em 13/03/2022.

PINTO, Genulfo Hércules. *Viriato Corrêa (a modo de biografia)*. Rio de Janeiro: Editora Alba Ltda., 1966.

PIORSKI, Gandhi. *Brinquedos do Chão: a natureza, o brincar e o imaginário*. São Paulo: Editora Peirópolis. 2016.

PORTELA, Daniela Fagundes. “Projetos educacionais para infância brasileira a partir da promulgação da Lei do Ventre Livre: (1871-1879)”. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 6. reimpr. da 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RABELAIS JUNIOR (pseud.) “A escola velha e a escola nova”. *A Revista do Norte*. Maranhão, (34); 94-5, 16 jan. 1903.

REBOUÇAS, André. *Diário: A Guerra do Paraguai (1866)*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1973. Introdução e notas de Maria Odila Silva Dias.

REIS, Amada de Cássia Campos. *História e memória da educação em Oeiras: de meados do século XVIII à primeira metade do século XX*. Teresina: Expansão/ EDUFF.

RIZZINI, Irene. *O Século Perdido. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2011.

ROSA, Laura. *As crianças*. São Luís: Imprensa Oficial, 1909. Disponível em [http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/201408272218141409188694\\_74731409188694\\_7473.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/201408272218141409188694_74731409188694_7473.pdf).

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

SCHULZ, John. *O exército na política. Origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SCHWENNHAGEN, Ludovico. “Algumas ideias sobre a instrução pública”. In: *Pacotilha*, Maranhão, 03/07/1924.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Dr. Luiz Domingues da. Mensagem lida ao Congresso Legislativo do Maranhão na abertura solene da 2ª Sessão da 7ª Legislatura em 12/02/1911, pelo Exmo. Sr. Dr. \_\_\_\_\_. Governador do Estado do Maranhão, Imprensa Oficial, 1911.

SILVA, Luiz Domingues da. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão em 05/02/1913 pelo Exmo. Sr. \_\_\_\_\_. Governador do Estado. Maranhão: Imprensa Oficial, 1913.

SILVA, Márcia Cabral da. “Histórias da nossa terra: sobre o projeto cívico de construção da nação brasileira por meio do impresso”. *Revista Brasileira De História Da Educação*, 20(1), 128, 2020. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/54312>

SIRINELLI, Jean *Francês* “Os símbolos” René Rémond (org.). Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Juliano de. “O ‘esporte das multidões’ no Brasil: Entre o contexto de ação futebolístico e a negociação mimética dos conflitos sociais”. Curitiba, 2014, 433 f. Tese (Doutorado em Educação Física) — Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná — UFPR, Curitiba, 2014.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. “Decorar, lembrar e repetir: o significado de práticas escolares na escola brasileira do final do século XIX”. In: SOUSA, Cynthia Pereira (Org.). *História da educação: processos, práticas e saberes*. São Paulo: Escrituras, 1998.

SOUZA, Roberto Acízelo. “Os timbiras’: o poema que podia ter sido e que não foi”. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v. 22, n. 40, p. 56-72, 2020.

SUCUPIRA LINS, Maria Judith da Costa. “Maturidade ética e identidade moral: a construção na prática pedagógica”. *Revista Diálogo Educacional (PUCPR)*, v. 9, n. 28, p. 633-650, nov/dez. 2009.

TAUNAY, Alfredo d’Escragolle. *Diário do Exército, campanha do Paraguai, 1869-1870: Comando-em-Chefe de S.A. o Sr. Marechal de Exército Conde d’Eu*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. “A indústria de livros, a materialidade do impresso e o campo educacional; reflexões sobre a organização do Acervo Histórico da Companhia Editora Nacional”. III Congresso Brasileiro de História da Educação: escolas em perspectiva histórica. 2004. Disponível em <https://silo.tips/download/maria-rita-de-almeida-toledo-puc-sp>.

VIANA, Manuel Álvaro de Sousa Sá. “Discurso de Paraninfo”. IN: MEIRELES, Mário Martins et alii (org.). *Antologia da Academia Maranhense de Letras*. Maranhão: Acad. Mar. de Letras, 1958.

VIDAL, Diana Gonçalves. “Da caligrafia à escrita: experiências escolanovistas com caligrafia muscular nos anos 30”. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 126-140, jan./jun. 1998.

\_\_\_\_\_. “Escola Nova e processo educativo”. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 2ªed. Belo

Horizonte: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_.; GVIRTZ, Silvina. O ensino da escrita e a conformação da modernidade escolar: Brasil e Argentina (1880-1940). *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 8, p. 13-30, 1998.

VINHA, Telma Pileggi. *O educador e a moralidade infantil: uma visão construtivista*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.

VIVEIROS, Jerônimo de. “Apontamentos para a história da instrução pública e particular do Maranhão”. *Revista de Geografia e História*, São Luís, v.4, p. 3-43. dez. 1953.

\_\_\_\_\_. *História do comércio do Maranhão*. São Luís: Associação Comercial, 1954.

\_\_\_\_\_. *Benedito Leite: um verdadeiro republicano*. 2. ed. São Paulo: Serviço de documentação, 1960.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *Psicologia Pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WALLON, Henri. *A evolução psicológica da criança* (1941). Lisboa: Edições 70, 1968.

WOLF, Ferdinand. *O Brasil literário: história da literatura brasileira*. Tradução, prefácio e notas de Jamil Almansur Haddad. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1955.

### **Periódicos consultados**

*Boletim de Ariel*, 1935.

*Correio Paulistano*, 1938.

*Diário Carioca*, 1938.

*Diário de Notícias*, 1967.

*Diário do Maranhão*, 1906.

*Gazeta de Notícias*, 1906.

*O jornal*, 1919.

*Jornal da Tarde*, 1905.

*Vamos Lêr!*, 1938; 1942.